



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXIV SUP. ÚNICO AO Nº 35, QUINTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de setembro de 2019	4
Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de setembro de 2019	33
Ata da 3ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2019	79
1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884/2019	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 e 4 de setembro de 2019	127
1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 886/2019	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 14 de agosto de 2019	158
Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2019	160
1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 887/2019	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2019	165
Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 2019	169
Ata da 3ª Reunião, realizada em 3 de setembro de 2019	182
1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 888/2019	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de agosto de 2019	190
Ata da 2ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 2019	194
Ata da 3ª Reunião, realizada em 11 de setembro de 2019	195





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Lídice da Mata, Bruna Furlan, Alexandre Leite, Túlio Gadêlha, Bacelar, Dr. Leonardo, Dr. Jaziel, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Lupion, Eliziane Gama, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcio Bittar, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Alessandro Molon e Celso Russomanno. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Eleito Presidente o Senador Angelo Coronel e designada relatora a Deputada Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente Eventual da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/04>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, destinada à instalação e à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para – abro aspas: "investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio".

Instalada a Comissão, consulto as Lideranças sobre as indicações para o preenchimento dos referidos cargos.

Recebo aqui indicações, para Presidente, do Senador Angelo Coronel. (*Palmas.*)

Havendo sido aclamado para Presidente o Senador...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

Não, não tem aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – ... Angelo Coronel...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, uma questão de ordem. Deputado Filipe Barros, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Pois não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Presidente, nobres colegas Senadores, Deputados, Deputadas e Senadoras, o art. 296 do Regimento Interno do Senado Federal diz que a votação será por meio de cédulas. Então, como não há um acordo em relação ao nome, eu gostaria que nós fizéssemos a votação, cumprindo o Regimento Interno, através de cédulas.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não pode ser eletronicamente, Presidente?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, Deputado Rui Falcão. Senador Alessandro, aqui.

Eu indago se existe alguma outra candidatura para a Presidência, porque, se não existe outra candidatura, evidentemente, existe consenso.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Mas, como o Deputado Filipe Barros solicita que se faça votação, vamos fazer por meio eletrônico.

Então, podem acionar o painel. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Filipe, embora seja inusitado, porque não há outra indicação, V. Exa. insiste na votação?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim, Presidente, para nós cumprirmos o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – É regimental.

Vamos fazer a votação eletrônica.

Os Deputados que são favoráveis à indicação, por favor, registrem o seu voto.

Vamos à votação ali na cabine, porque a votação tem que ser secreta.

(Procede-se à votação.)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem.) – Presidente, se houver uma ordem de inscritos, eu queria me inscrever para falar no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Assim que completar a eleição, eu passo a Mesa para o Presidente, e ele encaminha,

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Primeiro inscrito, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputados e Senadores, podem se dirigir à cabine.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – E as demais funções da Mesa, Presidente Rui?

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Vou chamar pelo painel.

Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

Senador Eduardo Gomes.

É a ordem de votação.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Presidente Rui...

Presidente Rui Falcão, não poderíamos fazer também a votação, a eleição para o Vice-Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Não houve indicação ainda do Vice-Presidente. Parece-me que a indicação do Vice é do Senador Izalci Lucas. É isso?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não é através de votação, não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Se há indicação e se formos fazer a votação, que se votem os dois, não havendo outra indicação. (*Pausa.*)

Está liberada a cabine de votação.

Não há necessidade de chamar pelo painel.

Por favor, os senhores e as senhoras façam a fila ali. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Encerrado o processo de votação.

Tendo sido atingido o quórum regimental, peço...

Ainda há um voto.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Proclamo eleito o Senador Angelo Coronel e peço que assuma a Presidência dos trabalhos. (*Palmas.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, por terem referendado o meu nome para presidir esta Comissão, esta CPI, CPI esta de suma importância neste mundo tecnológico em que estamos vivendo, onde vemos, a cada dia, famílias serem atingidas por notícias falsas em Facebook, Instagram, Twitter, em WhatsApp, Telegram. E precisamos dar um basta nisso e descobrir quais são os focos dessa indústria de *fake news*, que abala a democracia brasileira e que, muitas vezes, coloca uma pecha em alguém que não merece ser avacalhado, vamos assim dizer.

Já fui vítima de *fake news*, sei muito bem o que é *fake news*, e precisamos agora extirpar esse câncer da nossa sociedade. E esta Comissão terá um papel importante. É uma Comissão suprapartidária, uma Comissão que eu espero dirigir com responsabilidade, uma Comissão em que eu espero contar com todos os pares aqui da Câmara Federal e do Senado, para que a gente possa fazer um trabalho que dê essa resposta, essa satisfação à nossa sociedade.

Eu queria aproveitar a oportunidade para convidar, para ser a Relatora desta CPI, a nossa querida ex-Senadora e atual Deputada Federal, mulher experiente, Lídice da Mata. Mas por enquanto ela não é, parece, titular da Comissão. Então fica somente aguardando a sua titularidade, porque segundo o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento, ainda não podemos eleger ou indicar uma suplente para ser Relatora. Então esta Presidência aguarda a sua assunção a titular.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Presidente.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Eu me inscrevi para falar primeiro, Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Ricardo Barros, depois...

Pode falar.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Eu já me havia inscrito na lista anterior.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Eu vou passar primeiro ao autor da proposta da CPI, Sr. Presidente. Depois eu gostaria de me inscrever, Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente. Presidente! Presidente, rapidamente, Deputado Filipe Barros. Está muito barulho. A gente não consegue prestar atenção ao que está sendo falado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que o Plenário, os jornalistas, os assessores pudessem reduzir um pouquinho a altura da voz, para que a gente pudesse dar sequência à instalação.

Então, com a palavra o Deputado...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – O autor da proposta, Presidente. *(Pausa.)*

Presidente, eu vou sentar aqui, fica mais fácil. Não estavam me enxergando.

Presidente, primeiro parabênz V. Exa. pela eleição.

E aqui faço um discurso em justificativa por não ter votado em V. Exa. Não é...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas Excelência, se V. Exa. desejar, eu peço para retroagir, para V. Exa. colocar o seu voto.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem.) – Não, de forma alguma.

Presidente, vou justificar o motivo. No início, me foi proposto pelos Líderes encampar essa briga pela investigação sobre os crimes praticados pela internet, sobre a utilização de *fake news* nas eleições,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre os crimes de *cyberbullying* e sobre o incentivo à prática de crimes de ódio pela internet, por menores de idade.

No que tange às investigações referentes a crimes eleitorais utilizando-se de *fake news*, a nossa proposta, já antes feita junto aos Líderes desta Casa e da Câmara dos Deputados, era de que nós investigássemos casos parecidos com o que ocorreu na Inglaterra e nos Estados Unidos com a empresa Cambridge Analytica, que se utilizou do Facebook para a compra de dados de usuários, utilizando-os em campanhas eleitorais, como a do Trump. E, de fato, isso ocorreu no Brasil, sim, na eleição do Bolsonaro, até mesmo o Haddad fez utilização desse recurso, mas o nosso escopo não é tentar retroagir no resultado das eleições. A ideia proposta era justamente tentar identificar quem são essas empresas que estão atuando de igual forma no Brasil ou se alguma empresa de âmbito internacional, de hospedagem internacional, agiu no Brasil interferindo no resultado das eleições, interferindo na nossa soberania.

No início, eu senti, de pronto, de parte dos Deputados, uma tendência muito grande em politizar esta CPMI para desvirtuar todo o conceito proposto e encampado por mim e pelo qual eu pedi o voto dos meus amigos, em confiança ao meu nome e ao meu trabalho, assegurando que aqui seríamos rigorosos. Daí porque, naquele momento, exigi que a Presidência, ou melhor, que a relatoria não fosse da Câmara dos Deputados, justamente por esse motivo de risco de desvirtuamento da investigação ora proposta e ora encampada por este primeiro signatário.

É legítimo, completamente legítimo, o PT reivindicar a relatoria. É legítimo! E, sendo oposição, também o faria. Agora cabe a nós julgar a responsabilidade de dar ou não ao principal interessado em retroagir o resultado das eleições. Com isso eu não concordei, e o Presidente Davi também não concordou. Por isso, o PT e os partidos de oposição se uniram e indicaram o nome do PSB para a relatoria, que ainda deve ser indicado.

Então, Presidente, não querendo fazer parte desse processo, uma vez que há a tendência de que ele fuja ao escopo do que eu propus na pretensão inicial, que há o possível desvirtuamento das intenções investigativas – e já citei aqui uma delas –, V. Exa. tem uma grande responsabilidade, Senador Angelo, de manter as rédeas dessa eleição dentro do foco do que o Brasil precisa, e não em mais um escândalo, atrapalhando o Brasil, causando ainda mais insatisfação popular com, quem sabe talvez, um tumulto judicial, podemos assim dizer, ou outro processo de *impeachment*, quem sabe. Não sei onde vão chegar os interessados, uma vez que você entrega a investigação aos principais interessados.

Esta CPMI não tem um objeto claro. Ela tem um objeto definido, porém o objeto definido é amplo e pode ser ampliado. Ora, crimes virtuais podem se estender a qualquer âmbito, inclusive chegar à Operação Lava Jato, a esses *hackers* que foram presos recentemente.

Então, Presidente, sabendo dessa costura política que fora feita em torno dos nomes desta Comissão, eu não me senti confortável em fazer parte dela. Estou com um requerimento aqui pronto para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhar à Mesa da Casa, para que meu partido substitua o meu nome nesta Comissão, porque eu não quero fazer parte do que aqui vai ser decidido porque não faz parte daquilo que eu propus como autor.

Em deferência aos amigos para os quais eu pedi total confiança no momento em que eu pedi a assinatura da CPMI, em nome dessas pessoas, eu me justifico e peço desculpas porque isso fugiu ao meu controle. E, repito, o máximo que eu posso fazer é torcer para que o Senador Angelo consiga manter os ânimos nos caminhos corretos da democracia e nos interesses propostos na elaboração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Muito obrigado.

Boa sorte, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado. Deputado Felipe, nós vamos sentir muito a sua ausência. Espero que V. Exa., antes de indicar um novo nome, reflua e continue fazendo parte desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Felipe Barros.

Ricardo Barros.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Gostaria de me inscrever depois, Presidente.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – É o Ricardo ou é o Felipe, Presidente?

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ricardo Barros. Desculpe aí a questão de nome... Tem Deputados que eu não conheço, então eu estou pedindo a assessoria que me informe aqui o nome.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem.) – Eu vou falar, é que eu estou inscrito.

Sr. Presidente, eu quero dizer que esta CPI é uma CPI importante. Nós sabemos da influência das redes sociais na formação de opinião pública e sabemos dos problemas com notícias falsas que são veiculadas nas redes sociais.

Evidentemente, o que nós pretendemos aqui com a CPI é aprender com tudo que já aconteceu e estabelecer regras, uma legislação adequada para que a nossa CPI proponha essas regras, para que o Congresso aprove e nós tenhamos um controle adequado sobre a veiculação de tantas matérias que estão sendo publicadas. E hoje já há vários veículos de grande credibilidade publicando que certas matérias são *fake news* e que não conferem com a verdade. Então, já há um certo autocontrole do processo dentro dos veículos de imprensa, mas nós queremos evidentemente poder, nas próximas eleições, ter algum elemento que nos permita evitar o uso indiscriminado de *fake news* para influenciar resultado de eleições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também dizer, Sr. Senador, Presidente Angelo Coronel, que havia um acordo na Câmara para que o PT fosse relator dessa Comissão, mas, evidentemente, não podemos interferir nas decisões do Senado Federal. Então, tendo sido S. Exa. indicado Presidente, a Câmara alterna a indicação de Relator. Isso foi acordado com o Carlos Zarattini, Deputado nosso, que faria a relatoria, dentro da lógica de que não seria adequado ter Presidente e Relator do mesmo partido. Nós, lá na Comissão do Orçamento, temos uma regra da resolução, mas aqui é um acordo, que todos nós vamos cumprir, com a maior tranquilidade.

Tenho certeza que esta CPI vai olhar para o futuro, que esta CPI vai aprender com o passado e olhar para o futuro. É isso que nós pretendemos. É assim, com esse espírito, com essa vontade, que venho participar dos trabalhos. E podem ter certeza: vamos jogar duro aqui para entender, com clareza, o mecanismo de patrocínio de notícias falsas que influenciam a opinião dos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado, pela sua intervenção.

Passo a palavra agora ao Deputado Líder do PT, Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero em primeiro lugar cumprimentar o Senador Angelo Coronel, porque essa tarefa que ele assume é uma tarefa de enorme importância para o nosso País e para a democracia. Quero cumprimentar aqui a Deputada Lídice da Mata, que será a Relatora desta CPMI e que, da mesma forma que o Senador Angelo Coronel, também terá uma enorme responsabilidade.

Eu considero, senhoras e senhores, que esse tema talvez hoje seja um dos temas mais caros para a democracia. Durante o período eleitoral, num determinado momento, eu tive a oportunidade de participar de uma reunião, representando um dos candidatos, no Tribunal Superior Eleitoral, onde estavam presentes a Ministra Rosa Weber, o Ministro Fachin e o Ministro Barroso. Estavam ali também os representantes do outro candidato. E, num determinado momento, quando surge, então, o fato de que havia uma distribuição industrial de mentiras, de *fake news*, e que muitas dessas páginas e perfis estavam hospedados fora do Brasil, que havia uma enorme utilização de recursos e de dinheiro de maneira ilegal e que isso interferiu, de maneira direta, na nossa democracia, corrompendo as regras da eleição, os Ministros do TSE se declararam impotentes para conseguir coibir isso.

Eu estive recentemente, há cerca de um mês e meio, numa reunião do Parlamento Europeu, onde estavam Parlamentares de Portugal, da Espanha, da Grécia, da Alemanha, da Irlanda e da Inglaterra, e o grande tema do debate, Sr. Presidente, foi a maneira como as democracias e as regras das eleições nacionais hoje são corrompidas pela utilização de mecanismos semelhantes a esses que eu citei a V. Exas.

Nós já sabemos que hoje existem mecanismos que permitem a utilização de recursos que ninguém sabe de onde vêm para pressionar e influenciar conduta de Parlamentares, fazer campanhas públicas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destruição de reputações... Então, sinceramente, eu entendo que não há motivo de temor desta CPMI para aqueles que efetivamente não se envolveram em práticas criminosas.

Agora, eu acho que nós temos uma oportunidade ímpar de poder avançar numa investigação. E pondero a V. Exas.: uma CPMI deve ser conduzida por Parlamentares que querem que a investigação ocorra ou deve ser conduzida por Parlamentares que não querem que a investigação ocorra, que vêm compor uma comissão de inquérito, de investigação com o intuito de que ela não investigue nada?

Então, eu acho muito bom que os Parlamentares que venham compor esta Comissão, independentemente de partidos, venham com essa disposição de que nós possamos fazer de fato uma investigação que nunca foi feita no Brasil para conseguir entender essas práticas criminosas, esses mecanismos de financiamento sofisticados que agridem a nossa democracia, que colocam em xeque o sistema eleitoral brasileiro e que são também utilizados para outras finalidades perversas, como a gente está assistindo, inclusive, envolvendo muito dinheiro, muitos interesses.

Então, eu acho que esta CPMI está sendo muito aguardada no Brasil por tudo aquilo que ela significa e por tudo aquilo que ela representa. E acho que V. Exa., Senador Angelo Coronel, e a nossa Deputada Lídice da Mata têm essa tarefa. Nós estaremos aqui para colaborar. Deputada Luizianne Lins, Deputado Rui Falcão, Deputada Natália Bonavides e Deputado Carlos Zarattini farão aqui a representação da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara. A nossa bancada vem com esse intuito, sem qualquer sentimento de ódio, sentimento de revanche, sentimento de intolerância, até porque isso não é uma prática comum do nosso partido, mas com uma disposição real de fazer uma investigação que infelizmente nunca foi feita. Muitos dos senhores e das senhoras aqui já foram inclusive vítimas, prejudicados por conta desses mecanismos.

Eu reputo a esta CPMI talvez a mais importante ação legislativa que nós faremos no Parlamento neste ano, Sr. Presidente. Se Deus quiser, V. Exa. vai ter toda a clareza, a sensibilidade e a liderança necessárias para que a gente possa produzir aqui um grande resultado que aperfeiçoe a nossa legislação, que identifique responsáveis por práticas criminosas e que possa permitir que a nossa democracia saia fortalecida, as regras eleitorais consolidadas e que a gente possa enxergar por onde os criminosos agem para que numa outra oportunidade, eles não tenham a mesma facilidade de agirem e saírem impunemente desse processo como têm saído até hoje no nosso País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

Concedo a palavra aqui ao Senador Alessandro Vieira, do Cidadania, de Sergipe.

Está inscrito, Deputado. Estou seguindo a sequência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Apenas para registrar os parabéns pela eleição e lamentar que o jovem colega Deputado não tenha permanecido na Comissão e na sala. Eu falo com tranquilidade, são quase 20 anos como delegado de polícia e agora esses seis meses como Senador da República. Investigar crimes cibernéticos é uma atividade técnica importantíssima, porque esse tipo de crime contamina a nossa democracia. Mas, antes de qualquer coisa, o jovem Deputado e outros tantos precisam compreender que investigação que tem dono não é investigação, é perseguição. E ninguém aqui quer concordar com isso. O que nós queremos é uma investigação clara, sólida, que aponte aquilo que foi feito com a nossa democracia, não apenas nesta eleição, mas em outras tantas, porque o uso da mentira é histórico, só que agora ela vem envelopada em ferramentas artificiais, que dão um alcance e uma profundidade terrível. Não é um fenômeno nacional, isso acontece hoje no mundo todo, tem técnica, tem muitos milhões envolvidos. Eu confio na condução de V. Exa. e da nossa digna Relatora para que o trabalho feito aqui seja um trabalho sério. O Brasil merece um trabalho sério, e quem quer ir para o trabalho sério tem que estar participando do trabalho. Quem não quer, fique de fora, analisando depois só o resultado feito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Senador.

Eu vou, apesar de não ter sido indicada oficialmente para a relatoria, convidar aqui a Deputada Lídice da Mata para se sentar ao nosso lado para ela já ir começando o seu trabalho.

Então, eu concedo a palavra ao Deputado Filipe Barros. Vou pedir desculpa a ele, porque ele estava inscrito inicialmente, mas, como ele tinha falado no início, pensei que já tivesse desistido de falar. Mas concedo a palavra a V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Presidente, Senador Angelo Coronel, sem problema algum. Nós temos dois Barros aqui na Comissão: eu e o Ricardo. Não somos parentes, apesar do sobrenome.

Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nossa Relatora Deputada Lídice da Mata. Presidente, eu confesso para V. Exa. que, quando o nosso colega Deputado Alexandre Leite, autor do requerimento, me procurou para assinar esta CPMI – tenho o hábito de ler o requerimento, como todos nós temos –, quando li o requerimento solicitando a criação da CPMI, nitidamente eu vi que o objeto era amplo demais. Quando eu fui dar o retorno para o Deputado Alexandre Leite, eu falei para ele: "Deputado, eu não vou assinar um requerimento de criação desta CPMI, porque a CPMI vai de *cyberbullying*, *deep web* até um revisionismo das eleições passadas". Tanto é que, após o Presidente Alcolumbre autorizar a abertura desta CPMI, eu, Deputado Filipe Barros, ingressei com um mandado de segurança no STF, uma vez que, na minha visão, Deputado Paulo Pimenta, faltava objeto determinado, que é um dos pré-requisitos constitucionais para a abertura de uma CPMI. Ingressei com o mandado de segurança no STF e, infelizmente, numa decisão monocrática do Sr. Ministro Lewandowski – e é algo até, depois eu vou conversar com o Senador Alessandro Vieira, que nós tínhamos que rever, as decisões





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monocráticas –, numa decisão monocrática, numa canetada no plantão judiciário, disse que na visão dele havia fato determinado.

E aí, Sr. Presidente, eu me lembro de que, quando a imprensa me procurou para falar sobre o mandado de segurança a que eu havia dado entrada, eu comentava e comentei que uma vez que o objeto da CPMI é amplo demais – e nós temos obviamente prazos regimentais para cumprir nessa CPMI –, na minha visão, naquele momento, a CPMI tinha alguns objetivos, que decorrem do fato de que o requerimento de criação da CPMI não tinha um fato determinado.

E quais eram esses objetivos na minha visão? Primeiro de tudo, censurar a população que hoje se manifesta livremente na internet.

O segundo objetivo do requerimento, sem foco, sem fato determinado, na minha visão, é a regulamentação da mídia, porque vejam, Srs. Deputados: *fake news* não é matéria de que eu não gosto. E muitas vezes a gente ouve: "Ah, determinado veículo de imprensa cometeu *fake news*", porque eu não gosto da matéria, e não é. *Fake news* não é matéria de que eu discordo ou de que eu não gosto. *Fake news* é matéria em que o jornalista ou por imprudência não apurou devidamente os fatos ou que, maldosamente, desvirtua a realidade. Isso é *fake news*. Então, esse debate todo sobre *fake news* precisa ser melhor delimitado. O que é *fake news*? Em primeiro lugar, *fake news* não é matéria de que eu não gosto. Então, nitidamente, na minha visão, o segundo objetivo do requerimento que foi protocolado e que deu origem a esta CPMI é a tão esperada por alguns e, para nós, a nefasta regulamentação da mídia.

E o terceiro objetivo desse requerimento aberto, sem foco determinado, sem fato específico, é criar *fake news* contra o atual Governo, alimentando boatos que surgiram desde o período eleitoral... E quando eu falo que é *fake news* é porque quem foi condenado por impulsionar conteúdo foi o Haddad, e não Bolsonaro.

Então, eu abordei esses três tópicos, esses três objetivos naquele momento porque são, na nossa visão, três objetivos que decorrem deste requerimento que foi protocolado, que deu origem a esta CPMI, sem foco, sem fato determinado.

Mas, Sr. Presidente, V. Exa., como Presidente desta CPMI, terá um desafio e imenso, que é, uma vez que a CPMI foi criada, evitar que se partidarize essa discussão, porque veja: se o requerimento fala de *cyberbullying*, se o requerimento fala de *deep web*, se nós tivemos neste ano o caso da escola de Suzano, que, pela Polícia Federal, aconteceu por influência da *deep web*, então, acho que nós temos que focar o trabalho desta Comissão nesses fatos e não em boatos.

Então, V. Exa. vai ter uma um desafio enorme porque, com todo o respeito ao colega Deputado Paulo Pimenta, nós já vimos qual será o tom da Comissão. Espero que V. Exa. tenha, como sempre tem, um objetivo claro nesta Comissão e pulso para que não desandem os trabalhos desta CPMI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, após a fala do Deputado Alexandre Leite, isso que eu abordei para vocês agora ficou comprovado, porque o Deputado requerente da abertura desta CPMI, o primeiro a utilizar a palavra nesta CPMI, disse que o seu objetivo, quando começou a coletar assinatura, quando após conseguir as assinaturas protocolou-as na secretaria e conseguiu, então, a abertura desta CPMI, foi desvirtuado. Todo mundo sabe aqui que ficamos sabendo muita coisa pelos corredores, então, não serei leviano a ponto de dizer aquilo que os corredores desta Casa dizem, mas descumpriram um acordo que tinham com o Deputado Alexandre Leite, requerente desta CPMI, e ele, abertamente, disse que o objetivo primeiro dele estava sendo desvirtuado.

Então, Srs. Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, a nossa Relatora Lídice da Mata, nós estaremos aqui participando ativamente dessa CPMI, contribuindo para os trabalhos desta CPMI.

O pedido que eu, em nome do PSL, faço neste momento, Sr. Presidente, é que, de fato, a CPI cumpra com o objetivo para que ela foi criada, que a CPMI cumpra com os objetivos originários do Deputado Alexandre Leite, que foi o criador desta CPMI e que não se tente nesta Comissão objetivar um dos três pontos que eu citei agora há pouco sobre as consequências de abrirmos uma CPMI sem fato determinado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra à nossa futura Relatora, Lídice da Mata, Bahia, PSB.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Bom dia a todos, aos amigos Senadores e Deputados que estão nesta Casa e que tenho a satisfação de poder chamar a todos de colegas, quero saudar também os nossos membros da Comissão, a equipe técnica, o Secretário e todos os que estão dispostos a nos ajudar.

Já tivemos aqui representantes de ONGs que estamos procurando para ter uma manifestação a respeito desse assunto. Eu creio que esse é um assunto muito rico e eu quero agradecer a todos os partidos, especialmente ao PT, pela indicação para cumprir esse papel de ser Relatora desta importante Comissão que se cria na Casa neste momento.

Quero deixar tranquilo o primeiro requerente desta CPMI, assim como os representantes da base do Governo, como o Deputado Filipe, que nós vamos ouvir todos que vierem aqui testemunhar e, principalmente, analisar fatos, mas nós não podemos propor legislação, observar aquilo que não existe. Nós vamos, portanto, nos dedicar aos fatos existentes na cena política nacional e, com o máximo de isenção, buscar trazer à tona a verdade sobre esses fatos, que interferem na vida do cidadão comum, uma vez que *fake news* não atinge só a política, mas a sociedade em geral, a juventude, os adolescentes, os casos de *bullying*. Enfim, são diversos os fatos que ocorrem em relação a *fake news*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que conceituar o que é *fake news* é uma tarefa desta Comissão também, mas não vamos inventar a primeira *fake news*, dizendo que o objetivo desta Comissão seja regulamentar a mídia no Brasil. Não creio que seja este o objetivo; ele não está, em nenhum momento, expresso nem nas intenções dos senhores que compõem esta Comissão nem mesmo nas minhas, como Relatora. Então, nós precisamos todos, sem dúvida – e eu peço a colaboração de todos –, sair daqui com um trabalho exemplar.

Outros parlamentos já investigaram nos seus países a prática de *fake news*. O Parlamento brasileiro se dedica a isso neste momento, numa união da Câmara e do Senado, do Congresso Nacional, e eu acredito, sinceramente, na disposição de todos nós em darmos uma contribuição para que a sociedade brasileira avance na direção de compreender, primeiro, o que é esse grande fato que preocupa a todos na sociedades chamado *fake news*, fato que vem, inclusive, com uma expressão em outra língua, que precisa ser traduzida. E muitos dizem que se trata, Senador Angelo Coronel, Deputado Bacelar, apenas do boato, da mentira criada, tão presente na política desde muitos anos.

Eu lembro um amigo pessoal, um político baiano que dizia que ele, ao enfrentar o seu adversário, procurava o bar mais concorrido da cidade, colocava ali um seu adepto e inventava uma mentira importante a respeito da família do seu adversário para espalhá-la ali naquele bar. Ora, isso é o que o se chamaria, hoje, de *fake news*. Criava uma rede na cidade com uma versão a respeito daquele adversário, atingindo a honra da sua família, às vezes do filho, da mulher ou do próprio adversário. Só que isso se dá hoje num novo tempo, no século XXI, envolvendo grandes redes de comunicação, de comunicação invisível, internacionais, que não atuam só no país, que não têm nem sede, porque atuam e alcançam a sociedade global, digamos assim. Por isso, esse fenômeno precisa de uma investigação, para que nós possamos entender de que maneira ela pode atingir a democracia brasileira.

Eu creio que o centro desta CPI deve ser responder: Será possível termos a garantia de uma sociedade democrática, com o exercício de mentiras veiculadas em redes internacionais? Será que com essa prática teremos condições de garantir aquilo que é o básico, que é o direito do cidadão à escolha livre, soberana?

Então eu creio que esse é o objetivo central e em que todos nós estaremos envolvidos aqui. E quero dar a todos vocês a garantia de que vou me dedicar de forma extrema para que possamos juntos responder a isso. E peço principalmente a contribuição de todos para que possamos trabalhar nisso.

A liderança do meu partido já está aqui presente, já viabilizou a mudança. O Deputado Molon também já me enviou uma mensagem aqui de que pudéssemos fazer essa mudança, para que nós possamos realizar aquilo que foi por todos nós acordado, que é a nossa presença na relatoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não ia falar, mas busquei falar hoje só para dizer do meu compromisso, Deputado Filipe, de que nós possamos trabalhar juntos para dar o melhor de todos nós e a melhor contribuição para o trabalho desta Comissão.

Eu estou com uma reunião que já estava marcada há muito tempo e eu não sabia que ia coincidir com este horário. Por isso, estou pedindo a todos vocês a possibilidade de me retirar hoje neste momento, porque estou ultrapassando o horário e as pessoas já me aguardando para realizar essa reunião. E eu peço desculpas, portanto, por ter que me retirar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está o.k., Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E tenho a confiança de que dois baianos só podem garantir a vocês o melhor clima, com o melhor bom humor, com o bom humor que é típico da nossa da nossa terra, do nosso povo, e a seriedade também que nos persegue como identidade da nossa gente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A serenidade será a marca desta Comissão, com certeza.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne Lins, do PT, do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parabéns aí pela sua condução à Presidência deste trabalho e a todos os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que vão fazer parte desta Comissão.

Eu queria só já registrar, até para o Deputado Filipe Barros que falou há pouco... Eu não sei se ele teve o cuidado de ler o requerimento da Comissão que foi criada. Eu fiz isso, porque seria indicado pelo meu partido, inclusive propus ao próprio partido na Câmara que nós fizéssemos uma CPI com esse tema, com essa propositura. E aí fiquei feliz quando o Senado também se agregou. Eu queria dizer para o Deputado que eu estou com o requerimento do criador da Comissão, exatamente escrito, defendido pelo Deputado Alexandre, que infelizmente não ficou na Comissão, mas diz o seguinte:

Requer [...] investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbulling* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e por fim o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então gostaria de dizer que eu sou estudiosa da área, eu sou doutoranda em comunicação e semiótica, eu sou jornalista de formação, sou professora da Universidade Federal do Ceará. É uma coisa que eu tenho estudado profundamente, mas eu quero dizer que esta Comissão tem condição, Deputado, de contribuir não só para a democracia atual, como bem falou nosso Líder Paulo Pimenta, mas como determinante do que será o Brasil daqui para frente, porque isso é um fenômeno mundial.

Importante dizer: *fake news* não é... O *modus operandi* dela não é uma coisa atual. Desde que o mundo é mundo que, por exemplo, houve o Hitler, houve o Mussolini se utilizando de notícias falsas para enganar o povo. E isso se dá, por que isso virou e por que hoje a gente nomina de *fake news*? Porque é assim, a academia, eu faço parte de um grupo chamado de Teorias do Jornalismo que estuda isso, na PUC, do Rio. Quando eu fiz o mestrado lá, durante os três anos eu fiz parte desse grupo, e a academia tem dificuldade, inclusive, de aceitar essa denominação, porque nós jornalistas partimos do pressuposto de que, se é *fake*, não é *news*. Notícia parte de um pressuposto de que ela precisa ser verdadeira para ser chamada de notícia.

Então, a gente acabou comprando, digamos assim, essa alcunha *fake news*, porque caracteriza mentira em formato de notícia. Daí *fake news*. Ela não é um texto, ela não é apenas uma coisa que se vai passando. É porque ela tem um formato de notícia, muitas vezes ela é carimbada como se viesse de um jornal ou de uma televisão etc. e tal. É a mentira em formato de notícia.

Eu queria dizer para o Deputado que eu acho que nós estamos aqui com muita serenidade nesse processo, porque esse problema não é só no Brasil, é um problema mundial. E estava me doendo muito ver o Parlamento... A Câmara e agora o Senado, felizmente, se juntaram. Na Inglaterra, quando houve a questão da Cambridge Analytica, que não existe mais porque foi denunciada, houve uma audiência e uma coletiva para a imprensa mundial, e a imprensa mundial foi para lá. Um jovem que fez parte do processo e depois entendeu onde estava, mas o Parlamento britânico tratou com muita seriedade disso; ele foi convocado, houve uma CPI lá exatamente por quê? Porque a Cambridge Analytica era sediada em Londres, embora tenha influenciado as eleições nos Estados Unidos, a eleição de Trump.

Eu gostaria de finalizar, dizendo que essa CPI... Vamos partir do princípio de que a questão central é um fenômeno advindo da internet, porque depois se derivam as redes sociais e cada vez mais... O fenômeno foi a internet, que é uma coisa boa para o mundo, que pode ser utilizada para o bem e para o mal. As redes sociais, com o fenômeno da internet, passam a existir e, cada dia mais, cada uma dessas redes deram sua colaboração não só no processo eleitoral do Brasil antes e agora, daqui para frente... Mas também cada rede tem as suas singularidades no sentido de estarem disseminando falsas informações para a população.

Eu quero dizer, com muita tranquilidade aqui, que não é o objetivo do PT, não é o objetivo fazer nenhum tipo de caça às bruxas nesse sentido, mas é, sim, que a gente esclareça e que a gente saia daqui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com um marco regulatório sobre uma coisa, eu termino dizendo isso, fundamental que se chama a questão da privacidade dos dados. Quanto à privacidade dos dados, não temos regulamentação no Brasil.

Hoje nós viramos algoritmos nas mãos das empresas, que jogam para nós exatamente as nossas possíveis necessidades, porque elas nos colocam, nos agrupam em perfis psicológicos e começam a nos mandar a partir dos cliques que a gente dá na internet, concordando com determinadas coisas.

Eu vou finalizar, só dando um exemplo. A empresa Gol, de transporte aéreo, tem internet a bordo. Então, quando eu saio daqui e vou para a minha terra, aproveito para ficar na internet para continuar trabalhando. E aí eu tive a curiosidade... Você paga para ficar com internet durante o voo, por uma hora de voo, enfim, você escolhe o pacote e entra para ficar conectado. E, aí, pagando com meu cartão de crédito – pagando –, eu não consegui acessar, porque eu tinha que dar o aceite. Como eu estou estudando isso, eu fui ler – a gente nunca lê, porque é uma coisa gigantesca, enorme –, por curiosidade, e, simplesmente, uma das primeiras cláusulas do contrato que você tem que aceitar, mesmo pagando, diz o seguinte: "A Gol está autorizada a divulgar os dados que você coloca lá, com exceção do seu cartão de crédito, mas todos os outros dados, para as empresas parceiras da Gol". Ora, eu não sei quem são as empresas parceiras da Gol, mas eu só consigo pagar o pacote de internet se eu aceitar essas condições. Isso ocorre com todas. É só parar para ver que é assim em qualquer aceite hoje. Então, isso daí vira... As empresas hoje se comunicam, e nós viramos algoritmos, simples algoritmos, na mão de quem quer que seja que está dominando por trás disso.

Por isso, eu queria dizer que eu vou ficar ajudando nesta CPI indicada pelo Partido dos Trabalhadores. Já estou começando, inclusive, a sugerir requerimentos para esta Comissão, mas eu quero dizer que nós podemos dar, Filipe, uma contribuição muito grande para a sociedade.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso fazer um aparte, Deputada, para contribuir com a sua fala?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pois não. Depois eu finalizo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Isso. Obrigado, Deputada, pelo aparte.

Só para contribuir com a fala de V. Exa., nós já temos, no nosso País, a legislação de proteção de dados, que é a Lei 13.709, de 2018, que foi alterada, posteriormente – neste ano, aliás –, pela Medida Provisória 869.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k. Mas ela ainda não deu conta dessa realidade que nós estamos vivendo. Ela não consegue coibir, por exemplo... É de 2018, mas nós estamos em 2019, e a Gol continua com o mesmo processo de aceite. Então, está faltando alguma coisa, que talvez seja esta CPMI, que agora talvez dê o desfecho final a esse processo de proteção de dados de que nós estamos hoje tão carentes aqui no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Era isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputada, pela participação.

Convido para falar a Deputada Caroline, do PSL, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Muito boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente, e a todos os Parlamentares aqui presentes.

Eu não vou fingir normalidade, porque muito me assusta tudo que está acontecendo aqui nesta CPMI, a iniciar pela declaração do autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite.

Ora, se o Deputado Alexandre Leite, que fez a CPMI com uma intenção e ainda deixando um amplo objeto de investigação, chega a esta Comissão, após instaurada, e faz um discurso dizendo que vai abrir mão da sua presença na Comissão porque ela foi desvirtuada, temos que alertar o povo brasileiro para a grande armadilha que sinto e percebo que está sendo criada aqui, principalmente contra a figura do Presidente democraticamente eleito, Jair Messias Bolsonaro, maciçamente eleito pelo povo brasileiro, embora alguns partidos não aceitem o resultado das urnas. Isso fica muito claro, principalmente após ouvir o Deputado do PT, que aqui falou, que fez insinuações maliciosas a respeito da campanha do Presidente, insinuando que havia mecanismos de financiamento sofisticados, envolvendo muito dinheiro e interesses, enfim, insinuando que haveria fraude na campanha do nosso Presidente.

Então, se o próprio autor do requerimento da CPMI abre mão ao ver um certo acordo... Que acordo foi feito? Eu pergunto aqui, deixo aqui ao povo brasileiro para saber que acordo foi feito a ponto de que o autor da CPMI pede a sua renúncia da participação. O povo brasileiro quer saber. Quero crer que não seja um tribunal de inquisição ao nosso Presidente, porque tudo aqui está se figurando. Querer regulamentar a mídia, eu leio isso como censura, e censura ao povo brasileiro, inclusive, que, agora, no meio da internet, pode exercer livremente a sua opinião, porque eu não acredito que haja plena liberdade de expressão no Brasil. O povo brasileiro pode compartilhar fatos hoje, na internet, que antes era só a grande mídia que compartilhava. Então, quando o povo está na rua e vê alguma coisa acontecendo, ele pega o seu celular, grava e bota na mídia. Qual o problema que há nisso?

Vamos aqui investigar, Presidente. Eu quero que bote aqui para a gente ir investigar também o amplo dinheiro público que foi gasto, no Governo passado, com publicidade estatal, com blogueiros, que faziam, sim, esse trabalho. É uma prática muito comum da esquerda acusar os outros do que ela mesma faz.

O grande problema nesta CPMI é, justamente, que ela descumpre um preceito, um requisito formal fundamental, que é a delimitação do objeto. Esse amplo objeto dela aqui permite que entre qualquer coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu quero saber: nós vamos investigar aqui só o vencedor ou vamos investigar os perdedores, que têm, sim, indícios de que cometeram esse tipo de coisa? Isso eu quero saber e quero que me respondam.

Enfim, é muito grave o que está acontecendo aqui. E quero deixar, desde o primeiro momento, que foi a instauração, a minha perplexidade e a minha preocupação, porque isso aqui não está sendo levado pelo caminho normal.

Eu quero passar um aparte aqui para o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deputada e Deputados, chegou ao meu conhecimento, neste momento, Presidente, utilizando o aparte à Deputada Carol, que a nossa colega Relatora, Deputada Lídice, agora, em coletiva ali fora para a imprensa, disse que, de fato, a Comissão tem que investigar mesmo as eleições passadas.

Então, Presidente, o que foi dito por ela neste plenário não é o que é dito por ela para a imprensa. Então, é justamente o que a Deputada Carol está falando.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Mas está no requerimento de constituição da CPI.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O problema é que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar sequência...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença, só retomando a palavra.

Esse é o problema. Ao não respeitarmos um requisito formal para abrir qualquer CPI ou CPMI, que é um objeto certo e determinado, nós damos chancela a qualquer tipo de coisa. Por isso que fazemos essa impugnação, constando aqui, registrando a nossa impugnação formal a esta CPMI. Ela descumpre, desde o início, um requisito formal de objeto delimitado, porque agora está se dando amplo objeto, a ponto de investigar... Vamos investigar também os perdedores e não só o vencedor da eleição.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu acho que o papel da Comissão não é investigar quem ganhou e quem perdeu. É investigar *fake news*. Aqui não é uma Comissão para definirmos mudanças no rumo eleitoral passado. Então, vamos ter serenidade e descobrir quem são os autores de *fake news* nas nossas redes de computador.

Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão, do PT, de São Paulo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, primeiro, eu queria cumprimentar V. Exa. Confio plenamente no seu tirocínio, na sua capacidade democrática e também na sua autoridade como Presidente.

Também saúdo a Deputada Lídice da Mata. Se efetivamente ela dá essa coletiva falando que é objeto também da CPMI investigar os resultados da eleição de 2018, ela está estritamente dentro do requerimento que constitui esta CPMI.

Segundo, não foi nenhum Deputado do PT que fez o requerimento para criação desta CPMI. Também nós não podemos responder por um acordo, suposto acordo que desconhecemos.

É lamentável que o Deputado Alexandre Leite tenha deixado a CPI e a sala até porque ele começava a mencionar a Cambridge Analytica, a necessidade de investigar essas grandes empresas que manipulam informações. Então, é lamentável que ele tenha nos deixado aqui. Poderia contribuir muito.

Queria também mencionar aqui o Senador Alessandro. É bom saber que ele é um delegado, além de Senador, especializado na investigação de crimes cibernéticos. Pode contribuir muito para esta CPMI. E também concordo com ele quando diz que esta CPMI não tem dono, mas, para que ela não tenha dono, nós temos de compartilhar o trabalho e fazer esse trabalho de investigação sem suposições e sem preconceitos, sem acusações e sem insinuações.

Quando se diz "resultado das eleições de 2018", havia vários candidatos nas eleições, não um direcionamento específico. Quando as pessoas colocam preocupações em relação à eleição do Presidente atual é porque temem que algo possa ter acontecido.

Nós não estamos acusando ninguém. Nós queremos investigar. Não fizemos o requerimento.

O Supremo Tribunal Federal decidiu sobre essa demanda do Deputado do PSL. Ele poderia, inclusive, quero crer, discordar da decisão monocrática e recorrer ao Pleno. É um direito dele. Mas houve uma manifestação do Supremo.

Então, esta CPMI, até o momento, se instaura dentro da mais ampla legalidade, da mais ampla conformidade com o Regimento das duas Casas do Congresso Nacional.

A nossa disposição é colaborar para que isso ocorra.

Tem razão a Deputada Luizianne Lins quando diz que *fake news* é uma contradição em termos. Essa expressão, aliás, aparece pela primeira vez na fala do atual Presidente dos Estados Unidos, que acusava seus adversários de dispararem contra ele *fake news*, logo ele que, entre algumas informações que disseminou, dizia que o ex-Presidente Obama não era americano. Essa, sim, era uma falsidade imensa, que interferiu nas eleições. Ele dizia também falsidades contra sua adversária Hillary Clinton.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu conclamaria todos os participantes e todas as participantes desta CPMI a fazerem um trabalho profícuo, muito democrático, de boa convivência entre nós, para que o resultado final seja aquilo que a população espera de nós: que tenhamos uma democracia sólida, com instituições democráticas, e que esta CPMI certamente contribua muito nessa direção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Leonardo, do Solidariedade, de Mato Grosso.

O SR. DR. LEONARDO – (SOLIDARIEDADE - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o Senador Angelo Coronel pela Presidência desta CPMI. É uma satisfação revê-lo, estou muito contente de vê-lo nessa posição.

E também cumprimento a Relatora, a nossa Deputada Lídice da Mata; todos os Senadores e Deputados; o Governador Mauro Mendes, do Estado do Mato Grosso, que aqui está, e também o nosso ex-Vice-Governador Carlos Fávaro, que também está presente.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós temos no Brasil e no mundo a massificação das ferramentas digitais de interação social e comunicação. Isso não retroagirá mais. É uma ferramenta que cada vez mais vai ter o seu uso disseminado. E o País precisa, sim, enfrentar o avanço das notícias falsas, as ditas *fake news*, que antigamente eram feitas de outras formas: panfletos apócrifos ou notícias em bar ou, como dizem no Nordeste, as presepadas que eram feitas durante as campanhas eleitorais e em outros momentos, Deputado Túlio. Mas é importante que tudo isso seja feito sem afetar um ponto fundamental: a liberdade de expressão e de comunicação e informação neste País.

O que estamos combatendo, Deputada, são as *fake news*, as notícias falsas, utilizando as ferramentas digitais de informação e interação social.

Muitas soluções foram propostas pelo Judiciário brasileiro já, mas elas se mostraram paliativas, ainda estão longe de efetivamente causarem uma unidade a essas respostas. E agora volta ao Congresso Nacional, graças a esta CPMI instalada, esse debate sobre as *fake news*. E isso é necessário porque outros Parlamentos já o fizeram pelo mundo, como foi aqui dito, nos Estados Unidos, na Inglaterra, com a Cambridge Analytica. Foram ditas situações, como a que a Deputada falou, ou seja, não é à toa que você às vezes pesquisa um produto ou até comenta e de repente, quando você vai abrir a próxima página, já aparece uma propaganda daquele produto que você comentou. Não é à toa isso, tem a ver com informação. A informação é o futuro petróleo do mundo.

Mas, meu Presidente, o quadro vai demandar muito esforço para a gente mapear situações mais críticas e muita imaginação de futuros alternativos, porque há soluções que vão ter que ser inovadoras. E esta CPMI vai poder fazer propostas para o mundo inteiro e aceitar aquelas propostas que já estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigentes em outros países. Do ponto de vista social, Sr. Presidente, esta CPMI deve ir ao encontro do nível de sofisticação e efetividade que a sociedade exige. A sociedade está exigindo uma reparação de danos causados pelas ditas *fake news*, não só no âmbito da política, mas também no âmbito social. E essa discussão é importante.

A CPMI também justifica, sim, a sua instalação pela relevância de discutirmos a liberdade de expressão de imprensa e a igualdade no campo da internet, porque hoje isso está desigual, principalmente no momento em que são buscadas respostas sociais para esse tema. *Fake news* e essas respostas são buscadas no mundo inteiro. Então, nós estamos no momento de uma discussão mundial. E este Parlamento acertou, o Senado e a Câmara, em trazê-lo para a discussão num momento em que o mundo inteiro discute isso.

Assim, Sr. Presidente, com a sua Presidência e a relatoria, eu tenho certeza de que esse será um trabalho sério, um trabalho dedicado. V. Exa. é um homem dedicado e vai se dedicar muito a esse tema, sem partidarismos. Se nós puxarmos para um lado ou para o outro nesse momento, isso pode prejudicar o enorme trabalho que teremos para buscar soluções para esse tema.

O objeto é bem-posto. Tenho certeza da maturidade do Congresso Nacional, dos Senadores e dos Deputados. Divergências ideológicas é claro que sempre teremos, essa é a beleza da democracia, mas esta CPMI é importante para o Brasil. É importante para o mundo e nós, Deputados e Senadores, estaremos em conjunto para contribuir...

Eu, que venho da área da Psiquiatria, estudo o comportamento humano, digo que é uma grande contribuição. Temos aqui doutoranda em Comunicação. Tenho um trabalho já, pensando em buscar soluções para *fake news*, mas esperei primeiro esta CPMI para colocar a contribuição, estudando com mestres nesta área, que têm teses de mestrado também, participamos para podermos contribuir juntos, presidido por V. Exa. que, mais uma vez, dou os parabéns pela Presidência.

Obrigado, Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Dr. Leonardo. V. Exa., que é médico psiquiatra, esperamos que V. Exa. seja também até um apoio nosso nessa área, caso alguém se exacerba, caso alguém da Comissão surte.

Ontem o Senador Cid caiu no Plenário, então, já temos um precedente.

Então, estamos praticamente encerrando a nossa reunião de abertura.

Convido para usar a palavra o Deputado Túlio Gadêlha, do PDT.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Presidente Senador Angelo Coronel – só nesta expressão vejo uma tripla autoridade: Senador, Presidente e Coronel, como se diz lá em Pernambuco... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas a patente é somente nome, não diz patente formal, Deputado, fique tranquilo, que a minha patente não irá atingi-lo. (*Risos.*)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Está o.k., Presidente. Gostaria de saudar principalmente V. Exa. pela Presidência desta importante CPMI.

Vale salientar a fala do autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite. Eu vejo, infelizmente, com muita tristeza, a saída dele desta Comissão, porque, ao que me parece – e eu estive atentamente prestando atenção ao seu pronunciamento –, sua saída se dá pelo simples fato de o Presidente e a Relatora terem sido escolhidos e não terem sido os da sua preferência. Como bem colocado aqui pelo Senador Alessandro, que é delegado especialista no combate a crimes cibernéticos, uma investigação com dono não é investigação, é perseguição.

Por isso que eu acho que a composição desta Mesa e desta relatoria traz consigo uma autonomia e uma legitimidade enormes, principalmente por V. Exa. e a Senadora Lídice da Mata, a Deputada Lídice, não estarem em partidos neste campo polarizados, serem de partidos distintos e que têm autonomia para discutir esse tema com profundidade.

Eu faço, mais uma vez, referência à importância desta Comissão, desse debate, porque nossa intenção aqui não é cercear a liberdade de imprensa, nem censurar usuários, muito menos regulamentar a mídia – eu acho que a liberdade de expressão é fundamental e que esta Comissão deve atentar a essas discussões –, mas, sim, defender os direitos da comunicação, para que possamos nos voltar ao cerne dessa discussão, que tem como tema a desinformação e os impactos causados por essa desinformação na política, na democracia e principalmente na vida das pessoas.

É importante também fazer um complemento com relação à fala, à suposta fala da Deputada Lídice da Mata agora à imprensa, quando falou de política e de se discutir também política aqui dentro, o que é mais do que necessário, Presidente, porque foi dito, como nós podemos ver, ao acessar entrevista recente do Deputado Alexandre Frota no Roda Viva, que disse que se utilizou, sim, de *fake news*, disse que ele e o grupo político dele, o partido político dele na época se utilizou, se utilizaram de *fake news* e que fazia parte da estratégia de campanha.

Mas a democracia não pode ser um vale-tudo. E esta Comissão deve discutir a fundo, sim, os impactos de *fake news* e também discutir os mecanismos de combate a esse tipo de mal, que tende a permear as sociedades. Até porque os formatos, a forma de se comunicar mudou de uns anos para cá, e a gente precisa adequar a legislação e adequar a forma de se combater esse tipo de crime.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu acho que... Tenho certeza de que esta não será uma CPMI *fake*, será uma CPMI de verdade. A gente vai conseguir de fato apresentar resultados, que serão balizados em princípios e dispositivos que visem orientar o bom caminho da manutenção desses direitos fundamentais e do fortalecimento dos dispositivos democráticos em defesa da transparência.

Por isso parablenizo V. Exa. pela condução destes trabalhos e coloco não só o meu mandato, mas o mandato dos Deputados do PDT à disposição, inclusive para contribuir na construção e na condução destes trabalhos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado, pela sua participação.

Convido para fazer uso da palavra a Deputada Natália Bonavides, do PT, do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente. Eu me inscrevi mesmo primeiro para parabenizar a nossa Mesa que vai conduzir os trabalhos e também para me apresentar a esta Comissão, com quem nós vamos ter estes intensos trabalhos nas próximas semanas, nos próximos meses.

Eu não sou da área da comunicação, mas apesar disso, minha área de estudo também se relaciona. Eu sou advogada, mas meu mestrado em Direito Constitucional foi relacionado ao Direito da Comunicação.

E eu queria me somar aqui às colegas e aos colegas que concordam que esse é um tema absolutamente importante. Esse é um tema que está na ordem do dia não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Existe um reconhecimento da comunidade acadêmica, científica, política e jornalística de que não há mais como ignorar como as novas tecnologias amplificaram a massificação de mentiras. E isso tem interferido, sim, na nossa democracia, nos pleitos eleitorais.

E sendo um tema da ordem do dia no mundo, não haveria como o Congresso Nacional se omitir em debater esse tema. Não haveria como, num tema que tem estreita relação com a nossa democracia, a Câmara e o Senado ficarem alheios a fazer esse debate aqui, porque daqui a gente espera que saiam proposições, que não serão simples, Deputada Luizianne, até porque a gente vai tratar aqui de uma colisão, muitas vezes, de alguns direitos, de uma ponderação entre quais desses direitos, em quais aspectos vão ter que ser garantidos, mas claro, respeitando sempre o que traz a nossa Constituição.

E aí eu queria, para finalizar, dizer que, se fosse algo simples, não estaria o mundo inteiro, o Planeta inteiro fazendo esse debate e tentando descobrir as soluções. O Planeta, aliás, que é redondo. Pontuo isso, já que a gente está vivendo nesta era de pós-verdade e de anticiência, que tem estreita relação com... (*Risos.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tem estreita relação com o fato de a gente estar discutindo isso hoje, a forma como as novas tecnologias permitem a massificação da desinformação.

Acho que esta Comissão tem um papel importantíssimo, trata de um tema a cujo debate não podemos fugir, e não fugiremos.

Muito obrigada, Presidente. Bons trabalhos para nós nesses próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Natália, eu quero discordar de V. Exa. quando disse que não entende de tecnologia, de *fake news*. A sua idade, a sua jovialidade, a sua formação vão lhe deixar na *pole position* nesta Comissão. Não tenho dúvidas disso, principalmente por ser oriunda do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao Senador Omar Aziz, do PSD do Amazonas.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Primeiramente, eu quero parabenizar os Senadores e Senadoras pela escolha do Senador Angelo Coronel e pela escolha da brilhante Deputada Federal, minha colega Senadora, Lídice da Mata. É inquestionável, tem uma história política neste País que deve ser respeitada. Tenho certeza de que ela, como Relatora, vai primar pela verdade.

Agora, *fake news* existem desde quando a gente não existia ainda. Há muito tempo, se vocês notarem, diariamente, os grandes meios de comunicação cometem esse tipo de comportamento. De manhã, a polícia entra na sua casa; às 8h tem uma nota do delegado da polícia; e às 10h tem uma coletiva. Assim, de oito às dez da manhã, você está condenado, execrado politicamente ou execrado de todas as formas possíveis. E por quê? Porque a imprensa nacional, de uma forma bastante clara, reproduz aquilo que o delegado disse como se fosse verdade absoluta. O que o ministério escreve – e o papel aguenta tudo – vira verdade absoluta na cabeça das pessoas, e aí começa a replicar, a replicar.

Eu não sou aliado nem amigo do Garotinho, por exemplo. O Garotinho foi preso ontem e foi solto hoje. Aí, qual era a matéria? "Garotinho é preso pelo desvio de R\$25 milhões". Bom; já acabou! O Garotinho é o ladrão de R\$25 milhões. Ninguém perguntou como foi, de que forma foi, qual é a base que sustenta essa acusação tão séria. Isso tudo é *fake news* reproduzida, muitas vezes, por poderes constituídos, induzidos por delegados, pelo Ministério Público, induzidos por coletivas, por gráficos.

Por aquele gráfico que se mostrou sobre o Lula, nós tínhamos que prender o Lula na Lua, não no Brasil, porque era um gráfico que mostrava o Lula como se fosse o pior homem existente na história do Brasil.

E o que nós vimos ultimamente – e, aí, eu posso falar disso, porque essa direita nazista que se instalou nas *fake news* aí, estava escondida, acovardada... Enquanto os progressistas sempre se posicionaram, ou a favor, ou contra, eles não; eles eram acovardados e, agora, se travestem de gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, de corajosos através da escrita para falar mal, para denegrir a imagem das pessoas. E, se nós não combatermos isso...

E digo mais: outro dia, num debate aqui de um veto, quando derrubamos um veto do Presidente, estavam reclamando de quem compartilha... "Não, mas quem compartilha...". Não! Quem compartilha é criminoso também! Porque você não pode ser fofoqueiro, pois o compartilhamento é a fofoca. É aquele negócio: o fato sai de um jeito e, com a fofoca, vai passando, passando e, daqui a pouco, o décimo sujeito que vai contar a fofoca diz, na sua mentira: "Não, eu estava lá; eu vi; eu estava presente; eu assisti a isso", para dar mais veracidade à mentira e à fofoca que a pessoa está compartilhando.

Eu acho que o Senador Angelo Coronel, que comunga do mesmo pensamento, e aí não dá para dizer que isso é de A, de B ou de C. Nós temos é que combater todas, seja de direita, de esquerda, de centro, mas principalmente fazer um apelo para que a gente tenha um novo modo de jornalismo no Brasil.

Não dá para você pegar o Jornal Nacional ou qualquer outro meio de comunicação e colocar como verdadeiras as palavras ou o que o papel aguenta. O papel aguenta qualquer coisa que você escrever. Se você escrever no papel qualquer coisa, o papel aguenta. Então, nós já vimos na história.

E antigamente, quando a gente fala sobre *fake news*... E a Deputada potiguar, minha querida amiga Fátima Bezerra, Governadora lá do nosso Estado do Rio Grande do Norte, quando ela fala que o Lacerda já fazia isso... O Getúlio sofreu disso. O Juscelino sofreu disso. E não tinha, naquela época, internet, não tinha nada. Tinha jornais escritos.

Só que agora se proliferou porque todo mundo pode ter um *blog*. Não está escrito no *blog* que você precisa ter alguma formação para ser dono de um *blog*. Basta você escrever o que você quiser ou reproduzir matérias verdadeiras ou falsas dentro do *blog*. Você cria um *blog*, potencializa o *blog*, compra seguidores e vai assim por diante, fazendo e usando muitas vezes para tirar proveito próprio, o que está acontecendo muito. Um achaque, uma denúncia vazia, mentirosa. Coloca uma matéria: daqui a pouco vocês vão ouvir sobre o fulano de tal não sei o quê. Aí, a pessoa se desespera, vai atrás para saber, e não é nada daquilo. Então, tem muito disso no Brasil todo.

Eu acho que agora nós temos uma decisão importante tomada pelo Congresso Nacional. Câmara e Senado terão condições de fazer essa investigação e a gente fazer um relatório. E esse relatório não é querer cercear a liberdade de imprensa, vamos deixar claro. Não é para cercear a liberdade de imprensa, mas nós temos que tirar regras e diretrizes para o comportamento não é para mim, que vou passar, ou para qualquer Deputado ou Senadora ou Senador ou Deputada que está aqui, mas é para a própria humanidade, o que vem depois.

Então, veja bem, hoje eu vejo que é necessária essa CPI. Não é uma CPI, como disse há pouco o Deputado de Pernambuco Túlio Gadêlha, para perseguir. Nós não queremos aqui algoz. Não é uma CPI que nós vamos chegar aqui e fazer... Não, acho que nós temos que ter o discernimento de fazer com que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente possa ter um relatório final aprovado por esta Comissão, que a gente possa criar regras de convivência porque hoje não se respeita absolutamente nada. A mídia social aguenta tudo.

É isso, então, Angelo Coronel, que é colega de partido, meu amigo pessoal, baiano, bom baiano. Tem três baianos lá, mas o melhor é ele. O Jaques e o Otto não. Ele é o melhor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque está ao meu lado.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – E a Lídice, que é uma pessoa por quem eu tenho o maior respeito, como política, como mulher e como lutadora. Tenho certeza de que fará um relatório bastante equilibrado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está o.k., Senador. Obrigado pelas palavras.

Praticamente encerrando nossa reunião de hoje, o nosso grande Senador competente Jean Paul, do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Vou ser breve.

Primeiro, quero corroborar e fazer minhas as palavras do nosso Presidente da CAE, Senador Omar Aziz, num pronunciamento espetacular e emocionante. Sabemos como é importante essa sua posição a respeito do objeto desta CPI.

Cumprimento o Presidente Angelo Coronel; cumprimento, mesmo ausente aqui, mas justificadamente, a Relatora Lídice – competente –; cumprimento todos os membros que foram designados a esta Comissão. Todos aqui declinaram currículos, experiências, boa vontade e bom espírito para trabalhar nesta CPI, com capacidades múltiplas. Acho que teremos aqui terreno fértil, Presidente, para trabalhar bem nesse objeto que é, sim – aí, sim, começo a pontuar – três coisas.

O fato determinado existe, está inconteste. Foram superadas todas as fases de impugnação, não há que se falar mais em questão de não haver fato determinado. E ele passa, sim, perpassa não apenas os crimes contra a honra, o *cyberbullying* e o terrorismo digital, como, sim, crimes eleitorais. E esses crimes eleitorais estão mais do que nunca na relevância, na exposição universal. Nós temos aí vários seriados, pesquisas, trabalhos de doutorado e de mestrado, etc. sendo neste momento elaborados tratando justamente sobre as consequências de *fake news* para a vida pessoal, para empresas jornalísticas como negócios, para os países, para a soberania dos países, para a democracia no mundo.

Então, não precisa dizer muito para perceber a importância do que nós vamos fazer aqui com toda a competência e com toda tranquilidade, com isenção, mas vamos, sim, atrás do cumprimento da lei. Se existe lei a respeito, ela não está certamente sendo cumprida, é uma lei que envolve aspectos criminais, aspectos cíveis, aspectos eleitorais, sim, aspectos tributários, enfim, há uma plêiade, uma quantidade gigante de subtemas. E aí, Presidente Senador Angelo Coronel, permita sugerir aqui. Nós, normalmente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando tratamos de relatorias e frentes, trabalhamos com segmentos dos assuntos. Assuntos complexos eventualmente requerem segmentação da discussão, porque senão, quando se tiver uma audiência pública aqui sobre crime eleitoral, vai se dizer que a Comissão está trabalhando só com crime eleitoral. Quando se estiver falando sobre *cyberbullying* em geral, não se vai considerar aquilo.

Então, talvez seja interessante a gente depois pensar em dois ou três itens, separar subtemas e tratar por exemplo, de crimes contra a honra de uma vez, *cyberbullying* e outras práticas desse tipo, comerciais inclusive, em outro capítulo, e crimes eleitorais – por que não? – num capítulo separado, dividindo os temas e fazendo com que as audiências e os trabalhos possam correr mais especificadamente, sem a acusação de que estamos perseguindo especificamente um tema em detrimento do outro.

Quanto à questão de arrependimento do autor, infelizmente faz parte, isso faz parte da política. De repente, o autor propôs no momento em que estava começando o Governo, havia coisas ocorrendo, de repente as coisas mudaram, a pessoa quer mudar, quer se retirar da Comissão, mas o fato é que o tema é bom. O tema é bom, e eu vou me permitir ler mais uma vez para que fique registrado, já que a Deputada Luizianne já fez esse registro...

Mas o objeto original do autor proponente foi "investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio".

Portanto, a Relatora não disse nada demais na sua entrevista, eventualmente; se, supostamente, referiu-se a isso, está coberto, porque está dentro do objeto original, que foi aprovado e, como eu disse, superou todas as impugnações.

Para terminar, quero dizer fortemente que *fake news*, apesar de ter esse nome em inglês, como todos aqui afirmaram já, não é de hoje. Grandes *fake news*... Eu mencionei outra vez em uma grande audiência pública aqui proposta pelo Senador Paulo Paim, com grandes repórteres internacionais e nacionais aqui sobre *fake news*, que pode ser inclusive aproveitada como parte do nosso conteúdo de análise, afirmei naquela época que uma das grandes *fake news* foi justamente a condenação do Cristo, que foi acusado de ser pior do que o bandido que se colocou ao lado dele. E a votação foi exatamente em cima de *fake news*, que o acusava de ser pior, como agitador político, do que os bandidos, e depois crucificado ao lado de outros dois.

Então, na verdade, nós estamos falando aqui que *fake news* é mentira, gente; *fake news* é difamação; *fake news* é injúria, *fake news* é calúnia; *fake news* é manipulação; *fake news* é dominação mental; *fake news*, enfim, é indústria de notícias falsas ou de falsas notícias, de notícias que não são notícias, notícias que tendem a desmoralizar alguém, a difamar alguém ou a criar fatos que aterrorizam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas ou que levam pessoas a agirem como manadas, como a gente mesmo, que recebe aqui várias mensagens iguais – iguais – de pessoas, teoricamente cidadãos, se manifestando e nos pressionando, quando a gente sabe que, na verdade, são manadas de robôs, sejam digitais, sejam humanos.

Então, muito bem-vinda a CPI da *Fake News*! Muito bem-vindos todos esses membros! Muito bem-vinda a dupla baiana que vai nos conduzir por esse trabalho brilhante!

Obrigado a todos!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Senador.

Inclusive, eu vou apresentar o primeiro requerimento no Sedol, que é o sistema – espero aprovação dos pares –, que seria a convocação do representante de um *site* que é notícia todos os dias, que é o Greenwald, do *site* The Intercept. Será o primeiro requerimento que irei colocar à disposição de V. Exas. Em vez de sair de baixo para cima, vamos sair de cima para baixo, começando agora retroagindo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Não, eu quero concordar, mas também protocolei requerimentos nesta Comissão. Eu aceito o requerimento de V. Exa., ao qual inclusive já me coloco favorável. Mas quero lhe dizer que já protocolizei requerimentos, já seis requerimentos também, que deverão ser apreciados nas próximas reuniões, mas concordando que seja o primeiro o de V. Exa., que é o Presidente da Comissão. Mas já estou com seis requerimentos protocolados...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, Deputada, é porque eu não sabia que a senhora tinha apresentado algum requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não, não, mas eu digo assim...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nesta Comissão, as mulheres terão precedência.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Que bom! Estou já com seis requerimentos que não tratam desse seu requerimento da The Intercept. São outros que dizem respeito a outras coisas. Protocoliei os seis primeiros requerimentos nesta Comissão que, em outra reunião, apreciaremos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol, que é o nosso sistema eletrônico. Uma vez cadastrados,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enviadas pelo Sedol, os requerimentos deverão ser entregues à Secretaria da Comissão, na sala 15, no subsolo da Ala Alexandre Costa, após encerramento desta reunião.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e já convido para a próxima reunião, a ser realizada no dia 10/9, próxima terça-feira, às 14h30. Nossa assessoria informará qual será a sala destinada a essa primeira reunião, o.k.? Vamos para o trabalho!

(Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 36 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e zero minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Hiran Gonçalves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Túlio Gadêlha, Dr. Leonardo, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Eduardo Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Weverton, Rogério Carvalho, Ricardo Barros, Delegado Éder Mauro, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos You Tube para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook. para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2019** que: "Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2019** que: "Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI. Aprovado como "convocação"." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado alterando a condição de convite para convocação. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2019** que: "Requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram." **Autoria:** Deputada Luizianne Lins. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2019** que: "Requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auxiliarem nos trabalhos da Comissão." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/10>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retomando, boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Leitura da ata, Sr. Presidente, por gentileza. Gostaria que houvesse a leitura da ata.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a nobre Deputada...

Eu gostaria que a Secretaria da Mesa nos orientasse aqui a respeito, como se trata praticamente da primeira reunião e há Deputados que eu não conheço, para agilizarmos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, PSL, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar até, por favor, a todos que forem falar que citem o nome, porque fica mais fácil interagirmos.

Então, gostaria de ver a ata para que a gente pudesse ler, a pedido da nobre Parlamentar Caroline. *(Pausa.)*

Em virtude de eu ter feito uma cirurgia no dente ontem, vou pedir à nossa querida Relatora, Deputada Lídice da Mata, para fazer a leitura da ata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) –

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Natália Bonavides, [...] Gadêlha, Bacelar, Dr. Leonardo, Dr. Jaziel, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Lupion, [...] Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Alessandro Molon e Celso Russomanno. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação e Eleição. Resultado: Eleito Presidente o Senador Angelo Coronel e designada relatora a Deputada Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. [Presidente] Senador Angelo Coronel [...].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação a presente ata, conforme lida pela Deputada Lídice da Mata.

Os Srs. Senadores e Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimento de nº 1 a 9.

Antes, porém, eu quero colocar em votação do Plenário que esta Presidência deseja solicitar apoio técnico-jurídico ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, bem como um delegado e um agente de Polícia Federal para participar de todas as sessões desta CPI.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... antes da apreciação dos requerimentos já constantes da pauta, eu gostaria de solicitar a apreciação de dois requerimentos extrapauta. Em um, apresentamos uma ideia inicial do plano de trabalho imediato da Comissão e, no outro, esta proposta de primeira audiência pública para debate e discussão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Também gostaria de acrescentar dois requerimentos extrapauta. Em um deles, requero da Consultoria Legislativa da Câmara e do Senado um estudo técnico a respeito da legislação comparada sobre *fake news* em outros países e, no segundo requerimento, que o Tribunal Superior Eleitoral possa nos encaminhar o relatório completo do grupo de trabalho criado pela Presidência do TSE para investigar divulgação de *fake news* durante o processo eleitoral de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação...

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Eduardo Gomes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem.) – Também coloco à apreciação de V. Exa. um requerimento, com sugestões aqui para convidados à audiência pública, o Requerimento nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador, eu vou ler os requerimentos, depois a gente começa a discutir essa matéria.

Antes, porém, eu queria informar aos senhores e às senhoras que eu estive há pouco com a Ministra Rosa Weber, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e ela já me entregou um resumo de todos os trabalhos do TSE até então.

Requerimento nº 1, de 2019. Requer a convocação do representante legal da empresa WhatsApp no Brasil para prestar depoimento. Autoria: Deputada Luizianne Lins.

Em votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para discutir, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Para discutir.) – Queria que a autora explicasse o fato concreto e objetivo de estar convocando qualquer pessoa do WhatsApp. Ela pode defender o requerimento?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Uma questão de ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou ler os requerimentos, que são todos da própria Deputada Luizianne, porque aí, na hora dela, ela faz um resumo do motivo da escolha, do motivo dessa convocação.

Requerimento nº 2. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google.

Requerimento nº 3. Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter.

Requerimento nº 4. Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube.

Requerimento nº 5. Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram.

Requerimento nº 6. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook.

Requerimento nº 7. Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento.

Requerimento nº 8. Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento a esta CPMI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 9. Requer a convocação do representante legal de serviço de mensagens instantâneas Telegram.

Consulto o Plenário acerca da possibilidade de realizarmos a votação em globo dos requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, antes, porém, eu queria também colocar em votação, porque houve aqui um pedido e convocação de todos, somente quanto ao The Intercept, que houve um convite. Eu acho que teremos que ter tratamento igualitário.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos colocar em também em votação em vez de convite, convocação.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Ou o contrário, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para questão de ordem, Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deputado Filipe Barros, PSL, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... Filipe Barros, PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós apresentamos, Sr. Presidente, requerimentos de adiamento de votação relativos a todos os requerimentos ora em pauta, bem como requerimento solicitando a votação nominal individualizada de cada um dos requerimentos.

Portanto, solicito a V. Exa. que seja observado o Regimento desta Casa e que seja feita a votação individualizada de cada um desses pontos antes do mérito desses requerimentos, votarmos também o requerimento de adiamento que nós já protocolamos à Secretaria desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, eu aprendi, ao longo dos meus 30 anos de vida pública, que o Plenário é soberano. Eu acato sua questão de ordem, mas vou colocar em Plenário se devemos votar em separado ou em conjunto, já que se trata do mesmo tema; só muda aqui, na verdade, a empresa que será convocada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Como todos esses requerimentos partiram de minha autoria, eu gostaria de justificar o seguinte... O objeto de constituição desta CPMI é exatamente a suposta – ninguém está dizendo que houve, mas a gente está fazendo uma suposição de um processo de... Aliás, existe hoje um processo de *fake news* em todas as redes sociais. Como é que a gente começa a fazer uma investigação, se a gente não chama...?

É assim: a internet é um instrumento, só que as redes sociais todas e as mídias sociais, para quem não sabe e usa muito bem, são um processo objetivo de utilização dessa ferramenta que é a internet. Então, é impossível a gente começar a procurar ou a investigar qualquer coisa, sem nenhuma antecipação de nada, se a gente não ouvir as próprias empresas que hoje são responsáveis pela constituição desses compartilhamentos, digamos assim, do ponto de vista do que a sociologia diz ser chamado fala pública. O que está hoje no Telegram, no Instagram, no Whatsapp, no YouTube, no Facebook e no Google são coisas ditas falas públicas, ou seja, compartilhadas como a televisão na década de 50.

Portanto, eu não consigo entender o questionamento que está sendo feito aqui sobre ouvir os próprios detentores ou as pessoas que são responsáveis por essas empresas no Brasil. Para mim, já há aqui, de fato, uma coisa meio de confissão de culpa de quem questiona isso. Como é que nós vamos investigar uma coisa sem ouvir as próprias empresas que operam isso?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu queria dizer isso na minha defesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Art. 412 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Caroline.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Nós só poderíamos votar em bloco se houvesse um acordo por unanimidade. Peço aqui licença para ler o art. 412 do Regimento Interno do Senado. É por uma questão de princípio.

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

Como não há unanimidade aqui – no mínimo, vejo cinco Parlamentares contra –, não há como fazer votação em bloco. Essa é a questão de ordem: art. 412, inciso III.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, até para esclarecer mais, eu já recebi da nossa Secretaria que todas essas plataformas citadas já estão aguardando o agendamento, já se predisuseram a vir sem precisar nem de convocação, nem tampouco de convite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havendo acordo, não há como fazer assim, Presidente, com toda a licença para dizer...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – E outra coisa, Presidente: Whatsapp e Telegram são...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do mesmo...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – ... redes sociais privadas, não são públicas. As pessoas conversam, entre Whatsapp e Telegram, coisas privadas. (*Fora do microfone.*)

Há de se diferenciar as redes sociais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Presidente, também. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – É só para esclarecer a razão do meu questionamento.

É uma questão muito óbvia. E acaba de haver, sim, uma confissão de culpa de quem protocolou esses requerimentos. Eu perguntei qual o fato determinado. Não existe. Na verdade, o que está claramente visto aqui por qualquer um é que vão trazer aqueles que instrumentalizam as redes sociais ou os meios de conversa privados para começar a buscar um fato determinado, se é que ele existe, pois ele não está configurado aqui. Então, não existe uma razão específica para isso: o Whatsapp promoveu *fake news* em situação "a", "b" e "c"...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Já, já, pode-se dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Então, Presidente, temos que tomar muito cuidado com os procedimentos que vamos tomar nesta Comissão para que não estejamos aqui perdendo o nosso tempo e já havendo um direcionamento muito claro para os embates aqui, inclusive, Presidente, já com alvos predeterminados sem haver também absolutamente nada contra os alvos. Por exemplo, o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu vi em um veículo de comunicação, em uma entrevista que seria de V. Exa., inclusive, Presidente desta CPI, ameaçando de prisão o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu quero saber se é *fake news* ou não é, porque, se se iniciam os trabalhos de uma CPI, que é importante... Ninguém é a favor da divulgação de notícias falsas. Agora, eu vou estar aqui presente para garantir o direito de expressão, a liberdade de as pessoas defenderem os seus pontos de vista. Não é por que alguém é agredido em uma rede social que está cometendo uma *fake news*. Ainda mais nós, que somos pessoas públicas, somos frequentemente alvos de ataques: alguns fundados, outros infundados, mas que isso não se confunda com *fake news*.

Então, Presidente, quero fazer essa observação aqui. É importante a gente combinar os procedimentos que vão conduzir os trabalhos desta CPI, sob pena, repito, de estarmos aqui desperdiçando nosso tempo, desperdiçando dinheiro público e criando um palco para algum *show*, que eu espero não seja lamentável.

Então, são essas as considerações que eu quero fazer, Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, o requerimento aprovado para a constituição desta CPMI é bem claro, para investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia. Então, o fato determinado já veio criado na Constituição da CPMI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Totalmente amplo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não podemos entrar aqui, agora, atrás de fato determinado, porque isso era para ser discutido na criação da CPMI; não agora. Agora, nós temos que tocar o trabalho e discutir a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi discutido, Presidente, com todo o respeito. Tanto foi discutido que se entrou com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quanto à questão do caso Bolsonaro que V. Exa citou, é para você ver como a gente tem que realmente coibir esses atos. Para o senhor ter uma ideia, quando eu dei uma entrevista na TV Câmara, em Salvador, me perguntaram qual era o poder de um Presidente de CPI. Eu falei: se você convocar uma testemunha e ela mentir, eu posso dar voz de prisão. Isso não é lei minha, não. Isso está no Regimento Interno do Senado e no Código Penal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas, desculpe, quando V. Exa. cita especificamente uma pessoa, eu posso entender que é uma ameaça à pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu fui perguntado. É a mesma coisa de eu perguntar ao senhor. O senhor responde se quiser. Ela me perguntou e eu disse: se for como testemunha, não for convocado político...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu não sei se foi V. Exa. ou se foi o Relator da CPI que teria dado essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, para o senhor ter uma ideia do que é *fake news*, o que é desinformação, no próprio blogue que está correndo, no próprio grupo, que está lá com o BP, BF, eu não sei bem, está dizendo, a manchete é: "Coronel prende Carlos Bolsonaro". Eu não prendi ninguém, pelo menos ainda não prendi ninguém, e espero que não haja essa necessidade. Agora, já atribuir para se criar um fato, para se criar já esse dogma, para se criar já essa separação, isso não existe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu estou perguntando a V. Exa., para que não haja dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É por isso que é importante a divulgação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, existem duas questões que tem que ser avaliadas aqui. Nós não vamos, em cada requerimento, em cada convite, em cada documento que se pede, ter que ter um fato determinado. Não, o fato determinado a CPI já definiu. Então, não tem que se fazer essa discussão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No nosso entendimento, não há fato...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Por favor, respeitem a minha palavra. Eu quero falar aqui. Por favor, respeitem.

Então, quando nós formos discutir as *fake news* de que andam por aí dizendo para os pais não vacinarem os filhos, por onde elas circulam? É por essas empresas. Nós temos que saber como é que isso funciona, se aquilo é uma coisa que tem um grupo determinado para fazer, se não é. Do mesmo jeito, os fascistas que atacaram o Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara Federal...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Congresso Nacional.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Congresso Nacional. Usaram o que para fazer chegarem essas *fake news*?

Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que não abra mais esse debate de ficar, agora convidou fulano de tal... Qual é o fato determinado? O fato determinado de convocar o Google, WhatsApp, Instagram, todos eles é porque as *fake news* circulam por intermédio deles. É por intermédio deles. Provavelmente eles sabem de onde parte, quem faz. Então, há que vir para cá, a não ser que não estejam querendo que a CPI funcione.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A não ser que seja essa a questão que está colocada em jogo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, só para contribuir com a fala do Senador Humberto, rapidamente, uma frase só.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque há precedência na inscrição, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É que o Senador Humberto citou os fascistas que pregam o fim do STF.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas depois V. Exa. peça uma questão de ordem aí.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou com uma frase aqui que eu acho que vale a pena a gente investigar, Senador, abre aspas: "Nós temos que redesenhar o papel do Judiciário e o papel do STF. Tem de fechar o STF". Essa é uma frase absurda. Quem disse essa frase foi o Wadih Damous, ex-Deputado do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Outra coisa, para vocês terem uma ideia, após ter sido eleito por V. Exas. para presidir esta CPMI, eu já tenho praticamente, aqui hoje chegaram quatro novos *e-mails* e ameaça de morte também na internet. Eu quero avisar a esses paladinos da justiça e da morte, os lampiões, porque no Nordeste são os lampiões, os coriscos, que meu corpo é fechado, e estou à disposição para qualquer embate em qualquer arena.

Agora, espero que aqueles que me ameaçam coloquem a cara e o endereço. Não fiquem se utilizando de uma marca impessoal, de uma caricatura para se esconder. Inclusive, um desses, já descobri.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já a polícia, numa altura desta, deve estar já o inquirindo, e a ideia é tentar colocá-lo realmente, indiciá-lo. E espero que a Justiça o coloque na cadeia e pena máxima, oito anos, que eu ainda acho pouca para esse povo que se utiliza de perfil falso, que são frouxos, não têm coragem para poder falar de alguém. Quem quer falar de alguém, é a democracia, não é obrigado nós concordarmos com quem está no poder ou fora do poder; mas mostre a cara na tela, não pode se esconder. Aí é frouxidão, é falta de caráter.

E esta CPMI visa isso. É que a gente bote um marco nessa internet brasileira, para que não sejamos alvos todo dia de um ataque. Não só os políticos...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... mas é Judiciário, é família, é tudo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, eu requeiro...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Carla Zambelli, por favor, Presidente. Me inscreve, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Presidente, o senhor me inscreve, por favor?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – ... os Deputados, Deputadas e Senadores e quero, Sr. Presidente, tentar dar uma contribuição de encaminhamento aos trabalhos desta CPI, entendendo que V. Exa. legitimamente foi eleito. Participei da sua eleição.

Quero dizer que nós temos uma grande oportunidade de começar os ordenamentos do funcionamento desta CPI, fazendo exatamente o contrário do que criticamos na prática de *fake news* recentemente em todos os partidos, em todas as situações. Não há um político brasileiro, na esfera municipal, estadual, federal, que não tenha sido vítima de *fake news*. Não há exceção, não há exceção.

Só que eu queria, Sr. Presidente, a título de contribuição e com a compreensão de todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores, propor que nós tenhamos um senso prático nesta CPI para entender que são quatro fatos determinados e que, por uma questão de ansiedade da sociedade sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito e uma necessidade de tratamento igualitário, de razão nos debates desta CPMI, que nós tenhamos de restabelecer a ordem do que é o funcionamento da CPI, a partir da análise do plano de trabalho da Sra. Relatora, da Deputada Lídice da Mata. Então, o que eu queria propor era a suspensão da Ordem do Dia, clara e evidente, de todos os requerimentos, para que a Sra. Relatora possa fazer uma reunião com os membros da CPI ou com os Líderes de partido para que, por uma questão de bom senso, nós tenhamos as condições de trabalho necessárias para o funcionamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CPI. Senão, Sr. Presidente, o que vai acontecer é a contaminação desses trabalhos para qualquer razão de resultado.

Eu brincava ontem... Eu tive oportunidade, pelo Senado, de presidir a medida provisória da proteção de dados. Nós propusemos aqui a inclusão da proteção de dados na Constituição. Esse é um assunto novo, é um assunto que palpita no mundo inteiro. Nós não estamos discutindo aqui nada diferente do que se discute na Europa, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar. Agora, nós precisamos de razão. São Parlamentares que precisam se entender. E, previamente, para que isso aconteça na sua ordem natural, eu acho que nós deveríamos suspender a Ordem do Dia e promover uma reunião de Líderes, analisando o plano de trabalho da Relatora. E, assim, Sr. Presidente, deixar de contaminar os trabalhos da CPI com aquilo que a gente chama de "midialite", porque a coisa mais fácil que há para quem opera Whatsapp no País, de qualquer partido, é contaminar a CPMI.

Então, Sr. Presidente, eu queria propor aos Líderes de todos os partidos para que a gente consiga, nesta primeira reunião, reordenar os trabalhos, a partir da proposta de plano de trabalho da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, nós temos até o dia 23 de dezembro para encerrar os trabalhos desta CPMI. Nós temos de ser céleres. Se formos, para tudo que parar aqui, fazer uma reunião, nós não vamos chegar a lugar algum. Eu acho que esta CPMI não visa, ela não tem alvo. Da minha parte, como Presidente, garanto aos senhores que não existe alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A não ser que alguém queira já se tornar alvo. Aí é diferente. Aqui não há alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro. Eu acredito nisso também. Mas, para contribuir, Sr. Presidente, andar direito torna a CPMI célere.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E a nossa Relatora já está com o seu plano de trabalho... Quando ela tiver oportunidade, porque, evidentemente, com essa chuva de questões de ordem, ela não pôde ainda nem ler o seu plano de trabalho para, assim, colocá-lo à apreciação de V. Exas.

Mas eu ouvir aqui o Deputado Rui Falcão; depois, a Deputada Carla Zambelli; e o Senador Alessandro. Em seguida, vamos passar a palavra à Senadora para ela ler o seu plano de trabalho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu acho que é muito importante a gente não contaminar a CPI. Tem razão o Senador. E, na semana passada, o Senador Alessandro Vieira fez uma ponderação muito importante aqui. Trata-se de um processo de investigação, e investigação não tem dono. Permita-me citá-lo: "Se tem dono, é perseguição". Nós não queremos perseguir ninguém aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se convocam essas empresas, essas plataformas, é justamente para não ter preconceito. Nós queremos conceituar o que é *fake news*. Como é que essas plataformas funcionam? Esse é um problema mundial. Nós não estamos preocupados com o processo eleitoral de 2018, que é um dos focos. Há outras questões: a prostituição infantil, a exploração de crianças, o estímulo ao suicídio, a *deep web*. Então, essas plataformas vêm aqui para explicar como funcionam, quais são os seus regulamentos. Por exemplo, o Twitter bloqueia tudo o que diz respeito à exploração sexual de crianças, bloqueia tudo o que diz respeito à apologia da tortura. Então, cada plataforma dessa tem seus regulamentos. Nós queremos conhecê-las e para isso é fundamental que sejam ouvidas previamente, sem nenhum preconceito.

Então, não se trata de, a cada convocação dessas empresas, que eu acho que virão espontaneamente, porque estão sob vigilância no mundo todo. Inclusive, na Europa, hoje estão instituindo tributação sobre essas empresas. Há os monopólios chamados Gafa, que é o Google, a Amazon, o Facebook... Então, é um trabalho de reconhecimento prévio até para que a gente possa saber em que campo estamos trabalhando.

Mas eu concordo com o Senador que, se há tanta preocupação com a própria CPMI, que se ouça primeiro o plano de trabalho. Eu acho que há quatro focos que podem ser explorados previamente. Nós estamos mais preocupados antes com a conceituação, com o entendimento do que propriamente com o trabalho direto de investigação.

Note que o meu requerimento extrapauta é justamente para que a gente possa ter uma consultoria aqui, conhecendo a legislação internacional, fazer uma legislação comparada, e que a gente possa ao final produzir algo que sirva para a sociedade. Então, é nesse sentido que eu acho que as ponderações do Senador são judiciosas e que nós deveríamos levá-las em conta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho a convicção de que direitos humanos são das pessoas. A privacidade tem que ser preservada a qualquer custo. A partir do momento em que a nossa privacidade é quebrada, vamos chegar aonde neste País?

Então, é importante a gente tentar coibir essas ações dessas plataformas sociais. Eles ganham pelo tráfico de dados. Então, eles podem nos ajudar, como já estão ajudando nos Estados Unidos. Então, a gente precisa também colocar o Brasil nesse mapa de conter esses excessos nas redes sociais.

Com a palavra a Deputada Carla Zambelli.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Boa tarde a todos.

Presidente, muito me preocupa quando o senhor diz que levanta um caso específico do senhor e coloca isso como se fosse um palanque pessoal. Marco civil da internet já foi discutido, o art. 18 e 19 tratam bastante disso, do marco civil. E querer mudar o marco civil da internet é tornar àquele discurso de censura. Nós não podemos censurar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que não tem que ser objetivo desta CPMI a censura à internet. E tomar cuidado para que cada um não faça disso um palanque pessoal, até porque, se se for tratar de um palanque pessoal e falar de ameaças, de uma forma aberta, a gente tem ameaças, e eu sou ameaçada todos os dias, todos os dias eu recebo ameaça de morte e nem por isso eu vou tratar do meu caso específico aqui nesta CPMI... Se é para tratar de um caso específico, que seja um caso específico que tenha gerado algo concreto, como, por exemplo, a facada do Jair Bolsonaro. Tentaram matar o nosso Presidente há um ano atrás. Até hoje não sabemos quem mandou matar Jair Bolsonaro e foram as *fake news*, que fazem o tempo todo do nosso Presidente, que levaram pessoas malucas a pensar que ele era misógino, homofóbico, racista etc. Então, se existe algo em concreto que foi feito de *fake news* nas redes sociais contra uma pessoa é contra o nosso Presidente Jair Bolsonaro, que quase morreu por causa das *fake news* que espalham nas redes sociais, isso em última análise. Em uma primeira análise...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – O senhor acha que a facada foi *fake news*?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – *Faca news*?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu disse que *fake news* a respeito do nosso Presidente o levaram à morte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores, vamos manter a calma.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Respeito é bom e... O senhor me garanta a palavra Presidente, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a calma gente, vamos manter a calma.

Com a palavra a Deputada Zambelli, para concluir.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso em última análise, porque, em primeira análise, obviamente, existe um mandante do assassinato do Jair Bolsonaro. E a gente vai descobrir quem é. Faz um ano que isso aconteceu. Nós não esquecemos. Isso, sim, é um fato concreto, um fato concreto que levou quase à morte o nosso Presidente, que está hoje no hospital...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou lhe dar um conselho: requer uma CPI para isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu só quero dizer o seguinte, Presidente: não fazamos desta CPMI um palanque para a esquerda, porque a direita tem muito assunto para discutir também. E, se for para fazer palanque, então, a gente monta um palanque completo. Agora, se é para a CPMI virar fla-flu... Eu estou dizendo isso porque o senhor me levou a falar isso. O senhor pegou uma ameaça sua, levantou e disse que essa pessoa tem que ir para a cadeia. Ora, se cada um de nós aqui que for ameaçado trouxe e disse fazer um palanque pessoal, não vamos terminar nunca esta CPMI. Então, que seja algo concreto – o Senador Eduardo tem uma proposta concreta –, que ela seja analisada. Agora, não fazamos disso um palanque pessoal porque, senão, nós, o PSL, vamos transformar isso num palanque também para tentar entender algo concreto. Tentaram matar o nosso Presidente. E estão tentando fazer *fake news* até hoje em relação ao nosso Presidente. Nós estaremos aqui para defendê-lo até o final da CPMI, se for preciso, mas não fazamos disso um palanque de fla-flu, Presidente, porque, senão, eu tenho certeza absoluta de que o nosso lado vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já é ganhadora, não é, Deputada? A senhora tem toda a razão. Cada um torce pelo seu time. Isso é normal. Eu quero dizer também que não tenho time.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, apenas para fazer alguns pequenos registros. E me somo à questão do aguardo do plano de trabalho. Evidentemente, só pode ter funcionamento uma CPI dentro de um plano de trabalho, mas já antecipo uma opinião, uma opinião baseada em quem tem convivência com essas empresas num trabalho de investigação. Eu já fiz muita investigação na vida, tendo que interagir com Facebook, essa turma toda. E não é simples.

A ponderação já é clara no sentido da necessidade, sim, de convocação e não de convite, porque é assim que se portou o Parlamento em qualquer lugar soberano do mundo. Então, não é possível, ainda mais quem enche a boca para falar de soberania, abrir mão porque não se quer convocar os representantes das corporações que controlam o fluxo de informação no mundo. E controlam mesmo. A gente precisa ter conhecimento de como funcionam os algoritmos, como você faz a distribuição de dados, quem paga por isso, quem ganha com isso, onde ficam armazenados os dados de tantos e tantos diálogos, porque todas essas empresas vivem não de prestar o serviço de comunicação, mas da venda do conteúdo extraído das comunicações. Isso é evidente.

Então, acredito que os requerimentos de convocação são importantíssimos. E, como o senhor bem falou, temos um prazo, um prazo bastante estreito, para a investigação, algo complexo. É importante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovar logo as convocações para que se possa fazer uma agenda sólida, sóbria, com questionamentos técnicos. Já adianto a V. Exa. e à Relatora a sugestão para que façam a convocação ou o convite de equipe técnica para a assessoria, porque não é uma coisa simples. É uma coisa totalmente fora da rotina do Parlamento, enfim, tradicional.

Mas, com relação à questão do fla-flu político, é claro que é um fla-flu. Eu queria que houvesse até mais times no jogo, mas, enfim, é claro que é um fla-flu. A gente não precisa fazer aqui um cavalo de batalha disso. São Casas políticas. Esta é um Comissão Parlamentar Mista, onde vamos ter Parlamentares de cada partido tentando ter um proveito político das coisas. É fato. Então, a gente não precisa perder tempo com isso.

E, em termos de encaminhamento, apenas uma sugestão de encaminhamento, tão logo superada a etapa da apresentação do plano de trabalho da Exma. Relatora, que se faça logo a votação dos requerimentos – se for nominal, nominal; se for por consenso, consenso – para que possamos avançar na pauta, porque há muita coisa para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata para falar sobre o seu plano de trabalho.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente. Não pode ser lida a apresentação do plano de trabalho, primeiramente, porque não está na pauta. E faço essa questão de ordem com base no art. 47, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e art. 108 do Regimento Interno do Senado, que peço permissão para ler porque se trata aqui do respeito às normas que regem os trabalhos desta Casa, em especial, desta CPMI.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Primeiro, Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença. Não, por gentileza, nós temos que cumprir a lei e o Regimento Interno, até porque...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora não sabe o que eu vou falar, por favor.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Até porque, Presidente, é questão de ordem e quero que respeitem a minha palavra. Até quero dizer que o PT muito fala que defende as mulheres e acabei de ter um ato de total desrespeito aqui do Senador do PT. Inclusive quero que me seja assegurada a palavra porque não dá para ler o plano de trabalho se não está sequer no sequencial. Então, eu vou ler aqui, até para que a gente saiba que leis a gente está respeitando aqui nesta CPMI.

Começo pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 47. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas.

Esse é o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Como nós estamos em uma CPMI mista e não tem lei específica, nós temos que fazer uma interpretação sistêmica. Então, o nosso Regimento Interno da Câmara dos Deputados fala aqui que seriam 24 horas de antecedência e isso não foi cumprido porque podem olhar ali no sequencial do sistema – e cada Deputado tem nos computadores – só tem os requerimentos. No mínimo, deveria estar aqui para nosso acesso. Que plano secreto é esse que a gente não poder ter acesso com antecedência?

Agora, parto aqui para o Regimento Interno do Senado.

Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no § 3º do art. 93.

§ 1º A pauta dos trabalhos das comissões [que é o caso], salvo em caso de urgência [que não é o caso], será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Verificando aqui a nossa tela – peço a todos os Deputados e Senadores que verifiquem –, não está presente. Então, só se for uma apresentação informal do plano de trabalho porque nós teremos que deliberar acerca desse plano de trabalho, até porque, Presidente, com o devido respeito, na primeira oportunidade de instalação desta CPMI, nós, Deputados aqui presentes, ficamos atônitos e espantados com a manifestação do Deputado autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite, do DEM, que foi quem colheu as assinaturas, quem formulou, quem teve a intenção do que seria o objeto determinado, que de tão indeterminado foi objeto de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, que por acordos antirrepublicanos – não sei por que cargas d'água – não foi deferido porque está flagrante a falta de um fato determinado nesta CPMI e nós temos esse direito regimental de impugnar a existência desta CPMI. Se nós entendemos que não há fato determinado, como não há, é nosso direito.

Então, só voltando aqui para a questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, que delimitem o meu tempo se querem, senão vamos seguir para termos um regimento, uma ordem, uma lei aqui para seguir.

Eu tenho cinco minutos, Presidente. Então, eu peço que marque cinco minutos, por gentileza, já que não foi marcado até agora o meu tempo, pelo art. 131 do Regimento Comum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, quando nós vimos o Deputado autor do requerimento, o Deputado Alexandre Leite, pedir a renúncia desta Comissão porque ela havia sido desvirtuada por um acordo realizado e vimos os Deputados da oposição tomar a palavra e falar abertamente da campanha do Presidente Bolsonaro e daí, com todo respeito à Relatora, até porque não tenho nenhuma relação pessoal, mas falo aqui como Parlamentar da situação, saiu para uma coletiva de imprensa e afirmou também.

Então, está muito claro o objetivo disso aqui. Isso aqui é um tribunal de exceção para julgar o nosso Presidente, para julgar a sua campanha, para propagar *fake news*. Tem gente que diz que ele nem recebeu facada, Senador. *(Risos.)*

Tem gente que acredita que isso é *fake news*. Em que mundo a gente vive? Para a esquerda, o mundo subjetivo é maior do que a realidade dos fatos.

Então, com todo o respeito, nós não podemos infringir as regras que regem o Regimento Comum, o Regimento Interno da Câmara e do Senado. E aqui é claro. Então, numa interpretação sistêmica do art. 47 do Regimento Interno da Câmara, parágrafo único, numa visão sistêmica, e o art. 108 do Senado, no mínimo dois dias úteis ou 24 horas, e não está no sistema. Então, pode haver a leitura informal, dando-se conhecimento antecipado para nós, com inserção no sistema, para que depois façamos objeto de deliberação.

Então, peço que enfrentemos os requerimentos de adiamento de votação e os requerimentos que, esses sim, são objeto da pauta. O que é objeto da pauta hoje e que a gente pode deliberar? Requerimentos, os requerimentos que estão aqui. No mais, nada mais pode ser feito sob pena de violação das normas que regem a Casa.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, Presidente, o art. 89 do Regimento do Senado é claro:

Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

I - ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;

II - dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;

III - designar, na comissão, relatores para as matérias;

IV - designar dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;

V - resolver as questões de ordem;

VI - ser o elemento de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e suas respectivas subcomissões e com os líderes;



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- VII - convocaras as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;
- VIII - promover a publicação de atos;
- IX - solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos;
- X - convidar, para o mesmo fim e na forma do inciso IX, técnicos ou especialistas;
- XI - desempatar as votações quando ostensivas;
- XII - distribuir matérias às subcomissões;
- XIII - assinar o expediente da comissão.

E no artigo, Deputada, 108: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é o caso de urgência, Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aqui no Regimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois dias úteis, Presidente, parte final do art. 108.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas eu estou decretando que é uma urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Onde é que está a urgência?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, pela ordem, para contribuir.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui, dois dias úteis, antecedência mínima.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu já tive a oportunidade de participar de várias CPIs. Realmente, o que nós temos que deliberar e votar são requerimentos. O plano de trabalho é uma apresentação que o Relator ou a Relatora fazem de como pretende conduzir. Ele não é votado, ele não é votado. Ele não é requerimento. O que a Relatora deve apresentar é qual a sua metodologia de investigação da CPI, que ela vai orientar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não precisa nem ser apreciado em Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... acatando ou não sugestões do Plenário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precisa ser deliberado, sim, pelo Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, não tem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A relatoria não, o relatório dela não.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não é... O plano de trabalho é uma orientação da Relatora. E o que consubstancia esse plano de trabalho, as convocações ou convites ...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No mínimo, tem que pautar com antecedência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra.

O que consubstancia, o que dá corpo a esse plano de trabalho são os requerimentos de convocação ou de convite. Portanto, é necessário que ela apresente a estrutura do que ela pretende fazer, e os requerimentos de convocação vão ser aquilo que é o esqueleto da CPI.

Então, eu acho que a gente deve ouvir a proposta de encaminhamento da Deputada Lídice da Mata e depois deliberar os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, ela á próxima inscrita.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não foi resolvida a minha questão de ordem. Qual será o próximo passo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora quer cercear a palavra da sua colega?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu quero saber se...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora falou já quatro vezes, ela não falou nem uma vez!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A solução... A resposta para a minha questão de ordem. Eu tenho direito a uma resposta, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela quer falar primeiro! Eu estou dando a questão de ordem. Ela quer falar. A senhora pode deixar que ela fale?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Entendi agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se não puder, me diga, que a gente dá um jeito de tirar o microfone dela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, só pela ordem...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Como Relatora, Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... antes da Senadora...

Presidente!

Presidente, seria importante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado! Deputado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Seria importante que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está concedida à Deputada Lídice da Mata.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É que quando tem alguém falando tem vários interrompendo; que quem está com a palavra, que possa se expressar sem interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, primeiro eu quero saudar a presença de todos os Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, que desejam contribuir para que nós possamos aqui dar um exemplo ao Brasil da importância que esse tema tem em nosso País. Todos têm absoluta certeza de que esse fenômeno que acontece nas redes sociais não é um fenômeno nacional, mas sim um fenômeno internacional, e todos os países se debruçam sobre ele para, exatamente, analisarem as repercussões negativas sobre a vida da sociedade.

É nesse sentido que eu quero dizer que os Deputados e Senadores que estiverem contra esta CPI infelizmente vão ter que aguardar o resultado do julgamento no Supremo, como entraram, porque, por enquanto, o máximo que é possível ser feito é justamente fazer um pouco, eu diria, de obstrução, como V. Exas. estão tentando fazer – mas cabendo sempre o recurso ao Presidente de colocar em votação aquilo que estiver em debate, para que as coisas possam acontecer, senão nós vamos ficar dando um espetáculo muito negativo à Nação, de que não é possível discutir nenhum assunto com seriedade nesta Casa.

De minha parte, já disse isso na primeira sessão e vou repetir: vocês vão ter uma Relatora que está aqui para ouvir e contribuir para investigar, é este o papel. E a investigação está dada, os seus pontos, no requerimento para instalação da CPI, que, pelo Regimento da Casa, teve número suficiente para se instalar. E é assim que acontece na Casa: é o número que dá condição de instalação de uma CPI. Essa Comissão determina o seguinte: "Investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público"; segundo ponto: "a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2018". Não sou que estou introduzindo esse assunto; é o requerimento do Relator que introduz esse objetivo. "A prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças" – crianças! E eu fui aqui nesta Casa coordenadora da Frente Parlamentar da Infância durante os oito anos de mandato que tive como Senadora – "para o cometimento de crimes de ódio e suicídio", com a seguinte justificção... E aí segue uma justificção imensa, que é feita por aquele Deputado que é o autor do requerimento, e recebeu mais de 300 assinaturas de apoio entre Deputados e Senadores, portanto, alcançou aquele que é, digamos, o condicionante para que essa CPI se instale.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele renunciou, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O nosso plano de trabalho...

A renúncia é individual, é ato individual em qualquer circunstância da vida, Deputada, renúncia é ato individual. Isso não exclui, não impõe a esta Casa, ao Congresso Nacional, a retirada do requerimento.

Mas o que pretendia dizer era justamente o método de trabalho que nós devemos ter aqui.

Eu não acho que seja necessário que a gente faça uma reunião com os Líderes todos da Casa, Câmara e Senado, para definir uma prática de trabalho entre nós, somos todos adultos e recebemos o voto do povo, imagino, todos com condições, portanto, para deliberar sobre esses assuntos.

Proponho que as atividades possam ser realizadas através:

- a) De audiências públicas com especialistas e autoridades;
- b) Com estudos e pareceres técnicos;
- c) Em missões externas;
- d) Em sessões de debates;
- e) Em reuniões técnicas e administrativas, que são indispensáveis em qualquer CPMI ou CPI da Casa, pois nós vamos ter algumas sessões que serão meramente administrativas;
- f) Interação com a sociedade utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Esta é a formatação do trabalho que nós queremos desenvolver.

Eu queria dizer que só com o anúncio da nossa relatoria e, certamente, também da Presidência desta Casa já temos um número imenso de entidades colocando-se à disposição, querendo ser ouvidas sobre essa temática, assim como especialistas das universidades que assim se colocam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses requerimentos sobre as pessoas que virão serão feitos a partir da proposição dos senhores todos, Deputados e Senadores, e postos em votação. Portanto, é o conjunto quem decide quem é que vai ser convidado.

Nas temáticas iniciais, claro, compreendendo até a preocupação do Senador Flávio, o primeiro ponto que proponho é justamente a conceituação e delimitação do que são *fake news* e seus impactos na sociedade.

Estrategicamente concordando com a Deputada também e com o Senador que falou, o papel das empresas digitais *versus* o fenômeno de *fake news* – ou e o fenômeno de *fake news*.

Como é que isso ocorre? Como é que se desenvolve? Qual o marco legal que cada uma dessas empresas comporta? Para que ela possa passar por um debate mais atualizado.

Segundo, esse debate é atualizado a cada momento porque esse é um fenômeno novo na sociedade mundial. Com o que acontece hoje, a legislação já fica velha porque novas são as técnicas e ferramentas que se colocam, e as velhas ferramentas são usadas de novas maneiras, impactando de maneira também absolutamente nova sobre a vida da sociedade. E aqui falo da vida da sociedade em geral, sem entrar ainda na política, que é indispensável.

Esta Casa é política e qualquer fato que analise o analisa de maneira política com consequência política para gerar leis ou não.

O papel do Poder Judiciário e o fenômeno da *fake news* no Brasil. Já temos até um início de relatório, mas o CNJ analisa o fenômeno da *fake news*, o Supremo analisa o fenômeno da *fake news*, o TSE analisa o fenômeno da *fake news* em diversos processos.

Portanto, nós precisamos ter aqui a presença desses Poderes e, num momento, eventualmente, se não puderem, que esta Comissão possa constituir uma comissão ou ir até esses Poderes para ouvir o que eles têm a dizer a respeito.

O debate, o estudo sobre a Lei de Privacidade de Dados, como aqui foi ressaltado pelo Senador também. A Lei de Privacidade de Dados se relaciona de forma muito objetiva com toda essa discussão que nós estamos tratando. Essas redes não podem funcionar se não tiverem ao seu dispor um conjunto de dados que eles ou comprem ou adquirem de alguma outra maneira para poderem se posicionar ou fazerem as suas mensagens chegarem até cada uma das pessoas.

Consequências da produção e disseminação da desinformação, abasileirando, ou da *fake news*, que atentam contra a democracia e o processo eleitoral no Brasil; o *cyberbullying* e aliciamento de orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio e, efetivamente, a discussão a respeito da investigação da prática de *fake news* nas eleições de 2018, que é objeto do requerimento do senhor autor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou dos senhores autores, porque, na verdade, uma CPI só é possível se houver um número de assinaturas que tira ou retira a autoria individual, assim como uma PEC.

A nossa proposta é também de que a gente possa estabelecer pelo menos mais duas sub-relatorias, Presidente, eu queria sugerir. Em função de quê? Em função de que, apesar de todos os temas estarem interligados, nós temos duas questões que eu acho que necessitam de uma observação e um estudo maior.

Uma: o crime envolvendo a criança e o adolescente, o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. Essa é uma questão que exigiria uma investigação própria e nós podemos ter uma sub-relatoria sobre isso, que depois se juntará, se agregará ao meu relatório final. Uma outra, *fake news* e o *cyberbullying*, que não está restrito à criança, mas ao conjunto da sociedade, pode ter uma sub-relatoria específica. E uma terceira, que é o *fake news* e a privacidade de dados, que é outro importante elemento.

Nós poderíamos ter, portanto, essas três sub-relatorias trabalhando, buscando dados e oferecendo e até trazendo a esta comissão geral duas ou três audiências públicas sobre esses temas específicos, para que depois pudéssemos incorporá-los todos ao nosso relatório geral, que tem o objetivo principal, porque são dois temas sobre isso e porque, claro, pela sua magnitude, eles se sobrepõem aos demais, que é, primeiro, a *fake news* e a ameaça à democracia do Brasil. A democracia é um valor e um valor que está colocado na Constituição brasileira. Foi uma opção do povo brasileiro na Constituição de 1988 optar pela democracia. E, na medida em que esse foi um objetivo do povo brasileiro, é um objetivo consagrado na Constituição brasileira, ele passa a ter uma prioridade em relação a todas as outras questões. Portanto, *fake news* e democracia, como atinge, como se coloca numa ameaça à democracia brasileira. E digo isso à democracia brasileira como quem poderia dizer à democracia de qualquer outro país, porque a maioria dos países no mundo ocidental desenvolvido têm investigado *fake news* para garantir a soberania da decisão popular.

Então, nós ficaríamos aqui, a comissão geral, tratando dessa questão e também aprofundando aquilo que foi colocado como objeto desta Comissão, que é a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018. Então, essa é a minha proposta geral. Para isso, Sr. Presidente, eu apresentei aqui apenas o método de trabalho, a ideia geral, como diria, o vezo de cada um ou o viés, como alguns querem, de cada uma dessas questões.

Aí, nós entraríamos e de que forma fazer isso? A Deputada adiantou uma série de requerimentos que eu colocaria, e considero indispensável a convocação dessas empresas para suprir essa necessidade. E nós incorporaríamos isso, claro, a um plano de trabalho. Como V. Exa. propôs nove empresas, certamente nós não vamos poder ouvir todas de uma só vez. Eu proponho que seja dividida exatamente em duas audiências públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a primeira audiência pública, eu trouxe o requerimento para que nós pudéssemos aprová-lo extrapauta, o que o Regimento permite. O Regimento desta Casa, pode não estar escrito, mas eu fui aqui Senadora e em todas as Comissões da Casa nós aprovamos, ordinárias e também nas CPIs. E, no caso da Câmara, é explícito no Regimento, se não há consenso, há voto para que esse requerimento extrapauta possa ser aprovado.

E o nosso requerimento extrapauta requer a realização da audiência pública para debater o fenômeno social das notícias falsas e conceituar o que é *fake news*, o que é o instrumento da desinformação no Brasil. Para tanto, nós recebemos aqui, eu tive a ousadia de, pelos contatos que já foram feitos, apresentar alguns especialistas, e fica aberto, é claro, a que sejam apresentados outros nomes. E quero aqui ler apenas.

Wilson Gomes, doutor em Filosofia, Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – me perdoe, Presidente, mas ao ser humano a sua aldeia o torna universal, e eu não posso deixar, portanto, de, ao tratar de um tema desse, não colocar alguém da minha terra –; Emmanuel Publio Dias, publicitário e Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing; Mariana de Siqueira, Professora Adjunta de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; um representante da Agência Lupa, para pegarmos a experiência de entidades; André Miceli, especialista em sociedade digital e coordenador da Fundação Getúlio Vargas. Portanto, entidades públicas e privadas, universidades públicas e privadas que aqui, com suas diversas especialidades, pudessem opinar a respeito do que é esse fenômeno. Para mim, seria essa a primeira audiência, uma audiência para que nós pudéssemos uniformizar o conhecimento de todos aqueles que participam dessa Comissão, a respeito dessa questão. É claro que pode haver outras pessoas que tenham muito mais especialidade do que eu nesse assunto. Para mim, humildemente, acho que uma primeira conceituação me satisfaria muito, para que nós pudéssemos dar seguimento, aprovar os requerimentos da Deputada para a reunião seguinte. E, como uma terceira, ou, porque a sua levaria duas sessões, uma quarta audiência, eu já proporia que nós nos debruçássemos sobre a Lei de Proteção de Dados do Brasil, para que nós pudéssemos, ao cabo dessas quatro audiências públicas, entrar diretamente em assuntos mais específicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, é só para perguntar a V. Exa. se esse resultado desse trabalho que foi feito pelo TSE, que o senhor recebeu das mãos da Ministra Rosa Weber, vai ser disponibilizado para os Parlamentares aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, eu recebi hoje. Eu vou tentar colocá-lo no meio eletrônico, porque ela só tinha esse exemplar. Até pedi vários, mas ela disse que não tinha condições no momento. Vou tentar fazer a todos os membros da CPMI.

Para complementar, o Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma reflexão, lógico que atestando a tranquilidade, a forma serena como a Deputada Lídice da Mata leu o plano de trabalho, que é completamente diferente do clima que se propõe nesta CPI, Sr. Presidente.

Para fazer isso, eu queria fazer uma observação prática sobre as últimas 30 CPIs na Câmara dos Deputados, onde eu fiquei por 12 anos, no Senado Federal e no Congresso Nacional. Pouca coisa se retira de uma CPI onde há sempre prioridade para as *performances*, para as piruetas, para uma série de coisas, nos temas tradicionais, conhecidos, relativos à vida, ao dia a dia da população brasileira, quanto mais para um tema desse, em que está se descobrindo, primeiro, formatação de legislação; em paralelo, a discussão sobre proteção de dados é uma discussão mundial. Aí eu faço um apelo aos Parlamentares de que esta CPI aproveite a oportunidade para ser propositiva. Eu acho de uma inocência absurda entender que nós vamos resolver eleições passadas ou futuras discutindo, como disse a Deputada Zambelli, a questão do fla-flu aqui nesta CPI, e vejo uma oportunidade muito grande para que a gente procure entender as novas regras e tenha senso prático.

Sr. Presidente, quando eu disse ao Senador Alessandro, e falei com alguns Senadores aqui, sobre a possibilidade de transformação de todas as convocações em convite, é porque há uma evidência de que, se nós colocarmos aqui todos os representantes do Brasil, dessas empresas, para discutir de maneira propositiva aquilo que esta CPI quer, que é um ambiente democrático, transparente, de vida nas redes sociais, é a única chance que nós temos de sair com um resultado positivo desta CPMI. Se não, nós vamos ficar o tempo inteiro esperando a opinião de especialistas em depois de amanhã, porque ninguém sabe exatamente o que está sendo discutido aqui. E há os processos eleitorais, os processos de origem pessoal, de processo parte a parte, que existem no Brasil inteiro sobre as eleições de 2018, e até das eleições que ninguém comentou aqui, das eleições de 2016 e 2014. Com um só requerimento, nós transformaríamos esta CPI, que é do futuro, em uma CPMI do passado. Eu acho que, se a gente não entrar nesse clima, Sr. Presidente, de realmente propor o convite às instituições, dar essa primeira chance nessa primeira etapa, Sr. Presidente, de transformarmos esta CPMI em uma CPMI propositiva, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Então, quero parabenizar a Relatora e entender que nós temos como buscar um acordo entre as lideranças por um procedimento democrático, propositivo, que é o que todo mundo espera. A vida de todo mundo está mudando. Eu brincava ontem no Plenário que, dez anos atrás, facilmente você identificava quem era o fofoqueiro da família. Hoje, com o Whatsapp, todo mundo é fofoqueiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que, a partir da dica da nossa Relatora, a gente pode partir para um clima diferente nesta CPMI, porque eu sei que a intenção de V. Exa. é uma intenção republicana, porque eu conheço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador. O importante é que a gente faça a coisa aqui com muita serenidade. Aqui eu discordo desse negócio de fla-flu, de ba-vi. Não tem nada a ver. Acho que cada um aqui tem o seu ponto de vista a externar, tem o que requerer. É normal, esta é uma Casa pública, é para isso, é a Casa do povo. Então, não vamos tornar esta CPI um campo de batalha, porque eu acho que esta CPI é para que a gente possa preservar os nossos direitos, a nossa privacidade. É isso que eu espero que a gente, no final, tenha de ganho com esta CPI, inclusive definindo o que nós vamos poder legislar, o que é que nós vamos propor de lei sobre isso. Isso que é importante.

O segundo item que está aqui é acerca dos requerimentos feitos pela Deputada Luzianne. Eu consulto o Plenário se podemos realizar votações em bloco ou individuais.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individuais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco levante a mão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco... Como existe requerimento para votação individual, vou submeter à apreciação do Plenário.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu queria que fosse apreciada a possibilidade de transformar a convocação em convite, já que um dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos colocar em votação depois.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Pois é, eu gostaria que fosse feito dessa forma.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Primeiro, vamos apurar a votação aqui, Deputada, para poder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É porque vai tratar sobre o tema a votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, aqui a votação é se a gente vota os requerimentos em bloco, os nove. Se o Plenário aprovar, votaremos em bloco; se o Plenário não aprovar, votaremos individualmente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual, Presidente. Não há acordo para votar em bloco. O Regimento é muito claro. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ao voto, Deputado. Se no Plenário a maioria decidir...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É porque não há acordo, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Há requerimentos que não fazem o menor sentido aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Voto "não", Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aqui só tem rede social.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Para alguns há acordo, mas... E se a gente quiser chamar o Intercept aqui? E se a gente chamar a Dolores Aronovich?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, não há acordo para votação em bloco. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte. Como eu tenho essa prerrogativa, eu vou tirar, já que o problema está sendo em cima do Intercept neste momento, não é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Não, não, eu só dei dois exemplos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento,

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui só estão as redes sociais. Qual é o outro exemplo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Requerimento a requerimento, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O Requerimento 7 não é rede social, o 8 não é rede social...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, não há previsão para votar em bloco, só se houvesse acordo. Não há acordo, então vamos enfrentar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos costurar o acordo, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não há acordo. Já falamos que não há acordo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há acordo. Não há acordo, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está bem. Já que não há acordo, em votação o Requerimento nº.... (*Pausa.*)

Em votação o Requerimento nº 1, Deputada Luizianne.

Convocação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E o requerimento de adiamento por 48 horas, Presidente? Nós apresentamos requerimento de votação nominal e requerimento de adiamento por 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu já li um dos artigos do nosso Regimento aqui no Senado: o Presidente pode achar que é de urgência e colocar para votar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, espere aí! Questão de ordem, Excelência! O Regimento é claro com relação às matérias de urgência.

Questão de ordem, Excelência, sobre urgência: nós temos um rol taxativo no Regimento Interno do Senado que arbitra a urgência das matérias.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, tanto não tem urgência... O que muda se votar hoje ou daqui a dois dias? Não tem urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente... Presidente, é questão de ordem, art. 336 do Regimento Interno do Senado:

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I - quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública [...]

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou olhar aqui com o Secretário da Mesa quais são os requerimentos que já têm as 48 horas. Por favor, calma. Fique tranquila.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém aqui vai atropelar Regimento...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada a urgência porque isso fere o Regimento, porque não há aqui no rol taxativo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas. Foram apresentados na primeira reunião, Sra. Deputada – na primeira reunião! Todos têm 48 horas. Desculpe aí. Foram feitos na semana passada, a senhora é que não leu...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... aí a ata da reunião, nem a proposta de pauta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Que falta de respeito, Deputada!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não é falta de respeito, não. Eu estou dizendo uma coisa objetiva: não leu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O que se está discutindo não é o requerimento, é a urgência. É a urgência que está sendo discutida.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada urgência para essas matérias, porque não se enquadram no rol taxativo do art. 336.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Se tivesse lido, não estava dizendo isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos pisar no Regimento Interno do Senado agora?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, senhor. Você que é sínico.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olhem, eu estou consultando aqui a assessoria da Casa: os requerimentos serão votados individualmente. São requerimentos que já estão aqui desde o dia da criação da CPMI. Logo na primeira sessão, a Deputada protocolou. Estão aqui todos numerados, protocolados. Então, nós vamos colocá-los individualmente, já que não houve acordo para votação em bloco.

Quanto à questão da convocação ou convite, eu também vou colocar para aprovação do Plenário se vamos transformar em convite ou manter a convocação, conforme o requerimento da Deputada Luizianne.

Então, vamos colocar em votação a transformação da convocação em convite.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos requerimentos precedentes a esse.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos requerimentos sobre a mesa, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo respeito, Presidente, temos que enfrentar os nossos requerimentos. É nosso direito regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei que há requerimento aqui, Deputada, mas acontece que tem precedência a matéria aqui, então eu vou querer colocar em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precedência com base em qual artigo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O requerimento é antes da matéria, Presidente. Nós temos que enfrentar as questões formais. A urgência só pode ser dada se se respeitar o rol taxativo do art. 336 do Regimento Interno, Presidente. Não podemos atropelar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, para evitar de acharem que, no primeiro dia, está havendo atropelamento, eu vou colocar em votação o requerimento do nobre Deputado – assinatura aqui ilegível –: adiamento da votação por 48 horas ou não.

Os Srs. Senadores e Deputados...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que aprovam a prorrogação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, votação nominal dele.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento de votação nominal.

Votação nominal também conjunta. Há dois requerimentos conjuntos, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deixe-me esclarecer para V. Exa., porque está havendo uma... Sr. Presidente, eu vou explicar para V. Exa. o que está acontecendo.

Há os requerimentos constantes da pauta. Em relação aos requerimentos constantes da pauta, nós apresentamos – em relação a cada um deles – requerimentos de adiamento de votação, requerimentos de votação nominal destes requerimentos de adiamento e requerimentos para votação nominal do mérito de cada requerimento. O que nós estamos querendo é que seja respeitada essa ordem regimental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, nós temos que enfrentar o adiamento do requerimento através de uma votação nominal. Se for rejeitado esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, há dois requerimentos só aqui na Mesa: um de adiamento da votação da proposição por 48 horas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o outro: a votação ser nominal em vez de ser em bloco.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só há esses dois requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É isso que eu estou explicando para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existem quatro requerimentos aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas eu não falei que existiam quatro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu entendi que você falou que havia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cada requerimento tem essa dupla de requerimentos, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Olhe, isso é *fake news*, Presidente. Eu não falei isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É claro que existe uma tática de obstrução por parte do PSL.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nosso direito regimental, não é?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O PSL resolveu aqui fazer uma prática de tentar impedir que esta CPMI funcione.

Eu não sei por que motivo o PSL está tão preocupado com a gente estar aqui ouvindo as empresas que tratam de comunicação, de redes sociais. Eu não estou entendendo essa preocupação.

Essa tática de obstrução é clara. O Deputado Filipe aqui está sendo óbvio, claro, evidente: não quer a CPMI funcionando; quer obstruir a CPMI, porque nem sequer um plano de trabalho tão tranquilo e tão preocupado em fazer uma análise da situação da divulgação nas redes e como surgem *fake news* no Brasil eles querem aceitar. Então, alguma coisa existe aí que o PSL não quer que apareça. É evidente isso. O PSL quer esconder algo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu proponho que o senhor coloque em votação nominal se se adia ou se não se adia essa votação, porque, para mim, está evidente. Não há problema, nós vamos ter uma próxima reunião aqui. E, se adiar, nós vamos ter uma próxima reunião e vamos votar de novo. E nós vamos votar aqui até o dia que o senhor falou aí que se encerra a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No dia 23 de dezembro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Véspera de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antevéspera de Natal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós vamos ficar aqui até a véspera do Natal.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, quero direito de resposta pela fala do Deputado Zarattini, que citou meu nome.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pode dar o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não foi mencionado o seu nome, não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Citou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado, e o próprio Zarattini concorda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência vai abrir para V. Exa. falar então, contestar a fala do Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Tem que explicar por que o PSL não quer a CPMI, por que o PSL não quer ouvir ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso falar agora, Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, o Deputado Zarattini, do PT de São Paulo, fez uma fala neste momento muito efusiva, quase teatral, quase épica. Mas, fora do microfone, quando a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Carla Zambelli discursava, o Deputado Zarattini disse que a facada do Bolsonaro era "faca news", dizendo que a facada era uma mentira. Então, Deputado Zarattini...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Falou. E todos que estavam em volta ouviram o que você falou: "Faca news".

Então, V. Exa., que se diz muito macho para falar essas coisas que você fala no microfone, diga no microfone agora que a facada do Bolsonaro foi *fake news*. Porque fora do microfone V. Exa. tem coragem de falar. E no microfone? todos que estavam aqui em volta ouviram V. Exa. falar que era "faca news".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Colegas Parlamentares, vamos ter calma, manter a serenidade, porque aqui não é nenhum campo de batalha. Vamos levar a coisa na calma.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente... Vamos abrir a votação, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O que eu falo fora do microfone eu tenho coragem de falar no microfone.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Encaminhe a votação, Sr. Presidente, por favor. Encaminhe, proceda à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos atender o pedido de adiamento de votação, Presidente. Vamos colocar em votação, porque aí a gente pode trabalhar. Coloque o requerimento solicitado de adiamento de votação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou perguntar ao Plenário se há acordo...

Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu vou aqui ratificar se há acordo, conforme os requerimentos assinados aqui por membros do PSL. Eles pedem para que a votação seja nominal em vez de ser em bloco.

Vamos por partes. Não se está decidido nada. V. Exas. concordam com isto: individual em vez de bloco?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, primeiro o senhor faz a votação simbólica. Se houver um pedido de votação nominal, a gente faz a votação nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Já temos requerimento de votação nominal. Presidente, nós temos um requerimento de votação nominal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Calma.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, é que não pode ser simbólica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra. Tenha calma.

Eu acho que o senhor, primeiro, coloca em votação o requerimento da Deputada, Sr. Presidente, que solicita que seja votação nominal. Vamos colocar esse requerimento em votação simbólica. Se alguém pedir nominal, a gente faz nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas há um adiamento aqui na frente, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O que vocês querem que vote, que seja nominal ou adiamento?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos um requerimento.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Tem que primeiro votar o que é nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só para esclarecer, Presidente. Só para esclarecer, então.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – A ordem é primeiro votar se vai ser nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, a primeira coisa que vota é se vai ser nominal ou não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Em seguida, vota o requerimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A nominal do requerimento. Nós temos um... Nós temos um requerimento de votação nominal do requerimento...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas a primeira votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... de adiamento da votação por 48 horas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Deputada, é óbvio que o primeiro que tem que votar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que fazer o encaminhamento, Presidente, inclusive.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, primeiro tem que votar se é nominal ou não.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas se você está pedindo que seja nominal, eu preciso saber se vai ser nominal ou não para depois eu votar o adiamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos dois requerimentos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de saber se a assinatura desse requerimento de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Do Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. é Líder?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Vice-Líder do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque requerimento só pode assinar Líder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ou Vice-Líder.

Então...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós temos o requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento por 48 horas. Nós temos que fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por precedência, nós temos que aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Temos que fazer o encaminhamento dos requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... colocar em votação o requerimento de prorrogação, de adiamento por 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente, há um requerimento de nominal do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... já que está assinado por Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem nominal do adiamento. Nós temos um requerimento de votação nominal do adiamento para depois votar o adiamento. E nós queremos fazer o encaminhamento regimentalmente previsto. V. Exa. pode dar de ofício.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, está em votação se o requerimento de adiamento...

(Intervenção fora do microfone.)

Se a votação de adiamento dos requerimentos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Também quero encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, art. 41, encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exas. acatam ou não acatam?

Em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que encaminhar, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tem discussão em encaminhamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tem que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. não vai dar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não vamos atropelar o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado. Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está em votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o adiamento da votação das proposições que estão aqui numeradas na mesa, de nº 1 a 9...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é possível, Presidente, que o senhor não enfrente a questão de ordem!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... por 48 horas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não é possível! Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" é pelo adiamento. Quem vota "não"...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estamos atropelando o Regimento, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" ao adiamento permanece como se encontra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente tem direito de encaminhar o voto. É regimental.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não cabe, em requerimento, encaminhamento de voto, Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41 do Regimento Comum, Presidente! Onde que... Qual o artigo que fala que não cabe encaminhamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Rejeitado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente. Verificação. Pede aí, Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – O Governo apoia, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pede aí, Filipe. O Presidente está violando aqui o Regimento Interno, o Regimento Comum. Isso aqui é uma palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foi deliberado e caiu o requerimento de adiamento...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... da votação da nobre Deputada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – A verificação foi solicitada, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mais de dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes aqui pedindo, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Vice-Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Deputadas, eu não sei qual é a intenção com esse adiamento. Vamos dar celeridade! Vamos dar celeridade a isso!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nosso direito regimental obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A CPMI não tem foco, não tem alvo, não. Vocês estão querendo arranjar um alvo para a CPMI.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, o PSL não quer investigar as *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Querem arranjar um alvo para a CPMI, não estou entendendo isso.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, o Deputado Zarattini...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem requereu a CPMI foi um Deputado da bancada de vocês, do Democratas. Não sei por que esse adiamento. Não sei por que esse...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – A obstrução é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar celeridade. A sociedade brasileira quer que se esclareça o que está acontecendo nesse mundo da internet. Nós estamos sendo aviltados pela internet. Não tem nada a ver com eleição, não. É geral. Vamos dar celeridade a isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A questão não é de dar celeridade ou não dar celeridade. Não vamos criar já na primeira audiência um precedente de rasgar o Regimento. Vice-Líder tem direito de pedir verificação, independentemente da motivação. Se é um Vice-Líder que pediu...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas foi deliberado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas ele pediu a verificação. Tem que promover a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas após a deliberação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – No futuro, se acontecer diferente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas ela pediu a verificação após a votação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas é após mesmo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, eu sou Vice-Líder, eu posso pedir verificação sozinha, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Só garanta o direito regimental da Deputada.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Proceda à verificação, Sr. Presidente. Há apoio. Proceda à verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu sou Vice-Líder. Eu posso pedir verificação. Que falta de respeito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já que estou vendo que a maioria do Plenário... Está concedida a verificação para atender aos jovens que estão ali ansiosos para que esta CPI ande com muita celeridade.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E, acima de tudo, que se cumpra o Regimento, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abram o painel, senhores operadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.? Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É só para deixar claro e registrado que o que nós estamos votando neste momento é...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A prorrogação, que foi votada. Agora nós vamos fazer a verificação de quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do adiamento da votação dos requerimentos.

Repetindo: quem não quer adiar por 48 horas vota "não"; quem quer adiar vota "sim".

Quem quer adiar vota "sim", senhores e senhoras.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, eu vou aproveitar que está no processo de votação para pedir alguns esclarecimentos para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Veja só: nós apresentamos um requerimento de votação nominal do adiamento de votação por 48 horas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... que é o que nós estamos votando agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento. Quem vota por adiar vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para evitar confusão: quem vota pelo adiamento é "sim"; quem vota contra adiar por 48 horas vota "não".

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tá!

Para os próximos requerimentos, nós queremos que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas vamos caso a caso, Deputado? Vamos caso a caso...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim, mas é que nós queremos que, nos próximos requerimentos, o art. 41 do Regimento Comum seja cumprido. Ele diz o seguinte:

Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos, nos próximos requerimentos de que somos autores, ter o nosso direito regimental garantido de encaminhar a votação por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se estiver no Regimento, tenha certeza de que esta Presidência vai cumprir.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Art. 41 do Regimento Comum. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, pois eu acho que o Brasil todo precisa ficar sabendo que nós começamos um trabalho extremamente importante para o Brasil e, para dizer a verdade, extremamente importante para o mundo. Como eu já tinha falado na primeira reunião, eu sou da área e tenho estudado isso; eu tive agora, inclusive, um artigo científico aprovado na sexta jornada latino-americana de problemas do nosso Continente sobre exatamente o processo de *fake news* e a influência direta no processo democrático do Brasil e nos processos do *cyberbullying*, etc.

Eu estou muito impressionada. O Brasil precisa saber que as pessoas que se opõem hoje ao processo de entender *fake news* e que estão tomando um rumo... Que todo mundo saiba: ou são praticantes de *fake news* de forma sistemática ou simplesmente não estão preocupadas com o futuro da democracia no Brasil. Vejam bem, eu tenho um filho, e o que mais me preocupa hoje é saber o que meu filho está vendo e ouvindo e qual é a veracidade das informações que ele tem, porque essa geração – todo mundo fique sabendo disso e todo mundo saiba a responsabilidade que está carregando nas costas – não assiste mais à televisão, muito raramente você vê um jovem acima de 15 anos ou de 19 anos para baixo que assista à TV. Eles estão se informando hoje pelas redes sociais. Se a gente, nesta Comissão, não tiver coragem – o que falta aqui é coragem – de convocar as empresas que são responsáveis hoje por funcionar como meio de transmissão dessas informações falsas... É grave demais! Eu espero que a sociedade brasileira esteja vendo, entendendo e ouvindo.

Eu finalizo dizendo o seguinte: do mesmo jeito que a TV ocupou espaço fundamental a partir da década de 50, nós temos hoje pessoas que se acovardam para poder enfrentar as mentiras que são disseminadas. Achar que mentira tem que ser pública e disseminada é grave, é muito grave, porque, ou faz parte delas, ou simplesmente não está nem aí para a população brasileira, que sofre o processo delas.

Eu estou vasculhando as redes sociais de muitos que estão nesse processo e já vi que, de fato, é difícil você achar que essas pessoas irão combater *fake news*, porque são os próprios autores delas. E é triste, é muito triste você imaginar que as pessoas têm medo de saber o que é *fake news* e poder convocar pessoas que podem simplesmente explicar que não têm nada contra ninguém. Isso aqui é uma contribuição à democracia brasileira, é importante que se diga para as futuras gerações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se a carapuça está caindo, problema das pessoas. Nossa Relatora fez uma brilhante exposição sobre o que ela está pretendendo, como ela vai conduzir o processo. Se as pessoas não entenderam, gente, é porque têm culpa no cartório.

Desculpem-me, mas é lamentável. Eu espero que o Brasil todo esteja assistindo a isso e que comecem as máscaras a cair. Muita gente chegou aqui a este Parlamento, seja na Câmara, seja no Senado, através de *fake news*, mas quem foi vítima, se foi partido de esquerda ou de direita, quer apuração; quem foi vítima, de que partido for – isso não é uma questão partidária, isso é uma questão de verdade, de mentira, de justiça ou de injustiça...

E há outra coisa – finalizo com isto –: a Deputada Bruna, que é do PSDB, uma jovem que eu não conhecia, conheci quando cheguei aqui, uma vez eu a vi dando depoimento: "Se vocês quiserem entregar a política para os 'youtubers', que entreguem, tirem dos políticos, mas enfrentem essa discussão". Então, eu faço este apelo aqui usando a Deputada, porque eu achei brilhante a fala dela: simples, porém didática.

Eu quero dizer o seguinte: quem tem medo de *fake news* é quem pratica *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados, Deputadas, Srs. Senadores, Senadoras, o requerimento fica prejudicado porque o autor não está presente, e, quando o autor não está presente, o requerimento perde a finalidade.

Então, está cancelada esta votação. O requerimento de prorrogação da votação por 48 horas está prejudicado, caiu.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação os requerimentos da Deputada Luizianne a respeito das convocações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já foi encerrada a votação da solicitação de adiamento da votação por 48 horas em virtude de o requerente estar ausente.

É uma pena, porque eu gostaria até de que ele estivesse presente, para dar sequência.

Em votação o Requerimento nº 01/2019, da Deputada Luizianne Lins, convocando várias plataformas. Requerimento nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7, nº 8 e nº 9.

Em votação simbólica, já que nós temos quórum da abertura da sessão para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou que seriam individuais os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. não está presente, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou falando como, se eu não estou presente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas você não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você fez o requerimento e não votou, não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas V. Exa. não tinha encerrado a reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá.

Nesse tipo de postergação, eu acho que a estratégia não deu certo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ah, Presidente, isso é uma falta de respeito com o Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, em votação em bloco os requerimentos da nobre Deputada Luizianne.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam com...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para discutir, então. Para discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a convocação via requerimento da Deputada Luizianne permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, eu quero discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovados os requerimentos da Deputada Luizianne Lins.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há mais nada a tratar no dia de hoje, declaro encerrada a presente sessão.

Até a próxima terça-feira, às 15h.

(Iniciada às 15 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Ricardo Barros, Walter Alves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Coronel Tadeu, Lídice da Mata, Elmar Nascimento, Dr. Leonardo, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Eduardo Braide, Bia Kicis, Dário Berger e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Weverton, Roberto Rocha, Juíza Selma, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Hiran Gonçalves, Celso Russomanno, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho** que: "Plano de Trabalho apresentado pela relatora." **Autoria:** Dep. Lídice da Mata. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2019** que: "Requer a realização de Audiência Pública para debater o fenômeno social das notícias falsa, sugerindo como convidados: Sr. Wilson Gomes - UFBA Sr. Emmanuel Publio Dias - ESPM Sra. Mariana de Siqueira - UFRN Leonel Azevedo de Aguiar - PucRio Representante da Agência Lupa Sr. André Miceli - FGV" **Autoria:** Deputada Lídice da Mata. **Resultado:** Não apreciado. Ainda, foi designado o Senador Alessandro Vieira como Relator Parcial de Cyberbullying. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/17>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 11, de 2019, do Congresso Nacional, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Eu queria informar às Sras. e aos Srs. Senadores e Deputados que nós temos uma pauta nesta reunião e um dos itens da pauta é a apresentação do plano de trabalho pela nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata. Antes, porém, eu gostaria de informar...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente... Deputado Filipe Barros.

Eu tenho uma questão de ordem para fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser após eu concluir aqui?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, consultando também a nossa assessoria e tomando conselhos dos *experts* desta Casa, nós vamos também criar duas sub-relatorias, a serem designadas... Aliás, três sub-relatorias, a serem designadas durante o dia de hoje ou até amanhã para que, na próxima reunião, esses sub-relatores já estejam também imbuídos nesse trabalho.

Existem também vários requerimentos extrapauta, mas antes eu vou solicitar à nobre Relatora que faça a leitura do seu plano de trabalho para que seja apreciado por todos os membros da Casa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem. Deputado Filipe.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos várias questões de ordem.

Não foi nem começada aqui a ordem dos trabalhos... Inclusive, o nosso assessor está tentando protocolar vários requerimentos aqui, e a assessoria da Comissão não está recebendo. Eu gostaria de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber por quê, se é regimental. Nosso assessor Gustavo está ali para protocolar, não foi falado sobre ata, para a gente ler a ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, registrada a sua queixa. Solicito que a Mesa Diretora consiga protocolizar todos os documentos de hoje.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Antes de a gente começar os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputada, eu gostaria que V. Exa., já que está usando o microfone, desse presença para que o seu ponto fosse contabilizado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Darei presença quando a gente começar com a ordem... A ordem... A ordem inicial.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só um minutinho, deixe-me terminar de falar.

Vamos começar pelo início, então, dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós estamos no início, Deputada.

Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente... Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu já bati presença.

Eu gostaria de apresentar, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras membros desta Comissão, uma questão de ordem em relação à reunião passada desta Comissão. Portanto, passo a ler a nossa questão de ordem.

Sr. Presidente, é uma questão de ordem com base nos arts. 40 do Regimento Comum; 315 e 412, inciso III, do Regimento do Senado Federal; e 47 da Constituição Federal.

No dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre *fake news*, o Presidente da Comissão, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Durante a reunião da Comissão a que nos referimos, após ser concedido pedido de verificação da votação para um dos requerimentos procedimentais apresentados, a Presidência decidiu, já com o painel eletrônico aberto, pela prejudicialidade da solicitação sob a alegação de que o autor da verificação – eu, este Deputado que vos fala – havia se ausentado do plenário naquele momento, sendo que estava na frente de V. Exa. e me manifestei naquele momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, a justificativa do Presidente estava em total descompasso com a realidade, uma vez que o Parlamentar autor do pedido de verificação, Vice-Líder do PSL, eu, Deputado Filipe Barros, não apenas estava presente, como fez uso do microfone de forma imediata, contrapondo a arguição de ausência, sendo esse fato solenemente ignorado pela Mesa Diretora.

Veja, o art. 40 do Regimento Comum, Sr. Presidente, nobre Relatora, prevê a possibilidade de os membros da Comissão apresentarem o adiamento da votação das matérias pautadas por até 48 horas, o que ocorreu no caso em análise, em que foram apresentados requerimentos de adiamento de votação para todos os itens da pauta. Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática, ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal sem que os requerimentos procedimentais sejam definitivamente votados. Em razão dessas atuações antidemocráticas por parte da Mesa Diretora desta Comissão, nós solicitamos a declaração de nulidade das votações realizadas, Sr. Presidente.

E aqui eu quero deixar o meu registro nesta Comissão de que nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação autoritária de V. Exa. na última reunião, porque nós temos o direito regimental de fazer obstrução; nós temos o direito regimental de apresentarmos requerimentos procedimentais, seja de adiamento votação, seja de solicitação de nominal; nós temos o direito regimental de cumprirmos o nosso papel partidário aqui dentro e, portanto, de nos manifestarmos.

Nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação de V. Exa., porque V. Exa., no começo da reunião, questionou este Plenário se haveria acordo para votação em globo dos requerimentos. Não houve. V. Exa., então, iria votar conforme o Regimento Comum, o Regimento da Câmara e do Senado, manda, individualmente cada um dos requerimentos. Cada um dos requerimentos tinha os requerimentos procedimentais que nós, no nosso direito regimental de obstrução, fizemos. V. Exa., então, ignorou que eu estava presente, disse que eu estava ausente da reunião; simplesmente prejudicou o nosso requerimento que estava sendo votado naquele momento; descumpriu aquilo que V. Exa. mesmo tinha dito que iria fazer, que seria a votação individual de cada requerimento; e atropelou, e votou em globo todos os requerimentos, mesmo sendo completamente antirregimental a atitude de V. Exa. e, quem dirá, autoritária e antidemocrática a atitude de V. Exa. como Presidente desta CPI.

Por isso é que nós estamos solicitando... E não adianta falar: "Ah, você não votou". É verdade, não votei, porque V. Exa. não havia dito que iria encerrar votação. E eu estava presente no plenário. Não há até o presente momento... "Olha, vamos deixar a votação nominal aberta por 15 minutos, por 20 minutos." V. Exa. foi autoritário, porque simplesmente encerrou a votação, votou tudo em globo, tratorou todos nós.

E não é porque nós somos mais jovens que o senhor e boa parte dos integrantes desta Comissão que V. Exa. vai nos desrespeitar desse jeito. Nós queremos ter o nosso direito regimental respeitado por essa Presidência desta Comissão. Não é justo, não é correto, é ilegal, é antidemocrático o desrespeito de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., como Presidente desta CPI, com os Parlamentares que fazem parte desta CPMI. Nós não nos importamos de perder, mas nós temos que perder dentro do Regimento Interno; nós temos que perder, se formos perder, sendo cumprida a lei, o Regimento Interno e a Constituição Federal. E faltou, da parte de V. Exa., como Presidente e, portanto, responsável por dirigir os trabalhos desta Comissão, respeito aos Parlamentares, sejam eles do PSL ou de outros partidos, que estavam junto conosco na sessão passada.

Nós exigimos que V. Exa. respeite nosso direito regimental, nosso direito constitucional, nosso direito de nos posicionar. Nós exigimos, é uma questão legal, regimental. Por isso é que nós estamos solicitando que V. Exa. anule a vergonhosa sessão passada presidida por V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa. Antes, porém, Senador e Deputado...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, me permita contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza. É porque não entendi o "perder e ganhar". Está havendo alguma peleja aqui? Não entendi ainda.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero entrar no argumento pelo qual essa questão de ordem não deve ser aceita. Em verdade, o nosso Regimento Interno, na Subseção III, trata da "votação ostensiva" por intermédio do art. 293, que diz o seguinte.

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

.....
X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.

Foi o que V. Exa. fez da forma mais correta na sua determinação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu peço a V. Exa., Presidente, que permita que eu use a palavra. Não pensem os que aqui estão que vão conseguir provocar todos aqui para atender a sua estratégia. Eu já participei de várias CPIs aqui, Presidente, várias – Petrobras, participei daquela do cara lá de Goiás, de várias mais –, mas é a primeira vez que eu vejo alguém impedir que os procedimentos mais elementares de uma CPI aconteçam, fazer obstrução. Por que fazer obstrução na CPI? É porque, na verdade, não querem que a gente chegue em investigações, em uma série de coisas aqui que vão mostrar o submundo desse chamado processo de propagação de ódio e de *fake news*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, quero elogiar V. Exa.: V. Exa. agiu bem. Quero também sugerir a V. Exa que não aceite essas provocações, não aceite, não fique nervoso, não fique querendo responder cada coisa que é dita aqui, porque o objetivo disso é exatamente nos tirar do sério e impedir o mais importante, que o povo brasileiro quer saber: o que é que está por trás disso aí, e por que é que há uma posição política aqui de impedir que isso se aprofunde.

Então, eu contesto dizendo que V. Exa. cumpriu adequadamente o Regimento e desconsiderou a proposição apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, fique tranquilo, porque quem me conhece há muitos anos sabe que eu sou bem *low profile*, eu não sou de comer *reggae* de ninguém, não tenho medo de cara feia, não tenho medo de voz elevada, não tenho medo tampouco de gritaria. Vou conduzir esta Comissão com total serenidade. Até então eu me perguntei durante a semana toda: não sei por que esse receio e obstrução a uma CPI em que estamos lutando para resolver um problema crucial da nossa sociedade, que está com a sua privacidade sendo ferida, crimes acontecendo.

Eu achava, inclusive, que esta Comissão fosse unanimidade, fosse bem célere, para que a gente chegasse a descortinar esse mundo oculto que é a internet.

Mas, infelizmente, vamos tocar o barco para a frente, para ver onde vai dar isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Tem que enfrentar a questão de ordem, Presidente. Com todo respeito, enfrente, então, a questão de ordem e responda ao meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou responder, nobre Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora está com pressa?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque estamos com tanta tranquilidade hoje aí.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, também estou com todo o tempo do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fique tranquila que a senhora ouvirá a resposta com tranquilidade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, ótimo. Vamos em frente então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Resposta à questão de ordem sobre a última reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência presta os devidos esclarecimentos quanto à questão de ordem formulada a respeito da 2ª Reunião desta CPMI.

A questão de ordem diz respeito, em síntese, a duas decisões tomadas por esta Presidência em relação a requerimentos de adiamento da votação de todos os itens da pauta, Requerimentos 1 a 9, apresentados pelo ilustre Deputado Filipe Barros: uma decisão que indeferiu encaminhamento de tais requerimentos, outra que declarou prejudicada a verificação de votação desses requerimentos.

Em primeiro lugar, o Regimento Comum estabelece, no seu art. 40, que pode ser "adiada a votação, no máximo por 48 (quarenta e oito) horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional".

Por sua vez, o art. 41, parágrafo único, delimita que: "O requerimento sobre proposição constante da Ordem do Dia deverá ser apresentado logo após ser anunciada a matéria a que se referir".

Coloque-se que os requerimentos do Deputado Filipe Barros foram apresentados antes mesmo do anúncio das matérias de que tratavam, ou seja, a rigor, violaram o art. 40 do Regimento Comum e 41, parágrafo único, do Regimento do Senado, o que foi contemporizado por esta Presidência.

Ainda, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 315: "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão [...]. [Sendo que tal] [...] requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria".

Embora o Regimento Comum não disponha de matéria explícita sobre a possibilidade ou não de encaminhamento em requerimentos de adiamento de votação, a melhor interpretação regimental é a de que tais encaminhamentos são regimentalmente vedados. Trata-se de aplicar o art. 50 do Regimento Comum, que versa expressamente sobre requerimentos de preferência e de destaque, mas é certamente extensível, por analogia, à hipótese dos requerimentos de adiamento de votação, por se tratar de matéria com a mesma temporariedade e pertinência. Esse dispositivo é claro e incisivo ao anunciar que tais requerimentos "não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação". E é dever desta Presidência aplicar tais normas, a bem da eficiência e celeridade processual que devem nortear os trabalhos das CPIs.

Esta interpretação está, aliás, plenamente alinhada com o Princípio Geral do Processo Legislativo de que trata o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, ao estabelecer as decisões dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito.

Para além disso, ainda que fosse regimentalmente possível o encaminhamento de votação em tais casos, o que somente se admite com exercício argumentativo, uma vez que a melhor interpretação caminha no sentido da proibição de encaminhamentos, é certo que, nas circunstâncias concretas, a ausência de encaminhamento não resultou em qualquer prejuízo a esta Comissão ou a seus membros, porquanto se tratava de matéria simples, até trivial, de se decidir se determinados requerimentos deveriam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou não ter votação adiada. É de se aplicar, pois, nessa hipótese, reitere-se, admitido apenas como exercício argumentativo, o princípio jurídico segundo o qual não há nulidade sem prejuízo.

Logo, diante dos argumentos mencionados, indefere-se a questão de ordem no que consta ao não encaminhamento dos requerimentos de adiamento de votação.

Prossegue-se: os referidos requerimentos foram submetidos a votação simbólica, e, em seguida, o Deputado Filipe Barros, na condição de Vice-Líder do PSL, pediu a verificação de votação. Esta Presidência acatou a referida solicitação, com base no art. 45, inciso II, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Contudo, após a votação estar aberta por 15 minutos, esta Presidência foi surpreendida com a retirada do Plenário da Bancada do PSL, exceto do autor da solicitação de verificação de votação, o qual, porém, não havia votado, conforme pode ser consultado no sistema eletrônico. Desta forma, atendendo ao art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê que, se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido, esta Presidência declarou prejudicada a referida solicitação de verificação naquele momento. Em seguida, durante a votação em bloco dos itens da pauta, o Deputado Filipe Barros, do PSL, pediu a palavra para discutir os requerimentos. Entretanto, o art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional não admite discussões de requerimentos em reuniões mistas, mas apenas encaminhamento de votação. Percebe-se ainda das notas taquigráficas que não foi realizada qualquer solicitação para encaminhamento de votação dos itens de pauta.

Deste modo, há de se concluir que a aplicação do art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal foi correta e que a condução dos trabalhos esteve plenamente amparada nas normas regimentais. Não houve nenhum "tratoramento".

Portanto, indefiro, na totalidade, a questão de ordem ora apresentada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só deixar registrado que nós vamos recorrer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por fim, Deputado, na forma regimental, as questões de ordem devem ser formuladas sobre assunto que esteja sendo tratado no momento, ou seja, deve referir-se a casos concretos relacionados com a matéria tratada na ocasião. A questão de ordem formulada diz respeito a assunto tratado na última reunião desta Comissão, ou seja, a matéria é, evidentemente, preclusa, esgotada, porque não é objeto desta 3ª Reunião. Os requerimentos já foram votados e aprovados pelo Plenário desta Comissão. E, naquele momento, nenhuma questão foi suscitada.

Portanto, esta Presidência não conhece da questão de ordem apresentada, embora já tenha prestado todos os esclarecimentos sobre a matéria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Para uma questão de ordem, Presidente.

Eu devo discordar de V. Exa., porque fiz várias questões de ordem, e tenho outra aqui, que não foram enfrentadas na comissão passada.

Então, com o devido respeito a V. Exa., em vários momentos aqui, eu falei, e V. Exa. me ignorava, ignorava a minha fala e ignorava as questões de ordem que eu levantava.

Como hoje estamos com os ânimos mais tranquilos, quero formular uma questão de ordem que não pude fazer na comissão passada pelo desrespeito a mim feito, inclusive na posição de mulher, porque acho muito engraçado que muitos aqui, inclusive da oposição, também me ofenderam. Exijo respeito, por ser membro desta Comissão, e quero formular, sim, uma questão de ordem que não foi enfrentada.

A nossa obstrução na comissão passada foi realizada como um direito regimental que, inclusive, a oposição utiliza muito em várias comissões da Casa, do Senado e da Câmara. E é nosso direito. Então, se é direito, deve ser respeitado.

Inclusive, V. Exa. não enfrentou nessa última resposta à questão de ordem os mais de vinte requerimentos de obstrução que nós fizemos! Onde estão? Eles evaporaram? Porque estavam ali sobre a mesa. E agora não queremos receber o nosso *kit* obstrução. Eu não sei o que está acontecendo nesta Comissão! Nós temos que cumprir os Regimentos da Casa.

Então, a minha questão de ordem, Presidente, é feita com base no art. 40 do Regimento Comum, art. 315, e 312, inciso III, do Regimento do Senado, e art. 47 da Constituição Federal.

No último dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a nossa reunião desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito – *Fake News*, o Presidente, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Explico: V. Exa., Presidente, anunciou a votação em globo da totalidade dos itens da pauta, e, a despeito dos protestos dos Parlamentares presentes, proferiu imediatamente a aprovação de todos os itens pautados, ignorando os requerimentos procedimentais já apresentados à Mesa.

Inclusive, quero que consultem as filmagens, porque está nítido, e não foi enfrentado. O meu colega tentou dizer: "Não, estou presente", e tal, e simplesmente foi solenemente ignorado.

Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal, sem que os requerimentos procedimentais sejam devidamente votados. Essa foi outra flagrante afronta realizada constantemente por V. Exa. na reunião passada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, ainda que não houvesse requerimentos procedimentais sobre a mesa, que foram solenemente ignorados, a Presidência não poderia impedir a discussão e o encaminhamento. Isso está nos Regimentos. Nunca vi a gente na Casa do povo, democrática aqui, não poder encaminhar e justificar os motivos dos nossos requerimentos de procedimento. O encaminhamento tem a ver com o direito do contraditório, tem a ver com o direito de explicitação dos fundamentos de por que a gente está fazendo determinada coisa. Até respondendo a V. Exa. na fala anterior, é rasgar o Regimento dizer que não pode haver encaminhamento.

Então, devendo a proposta de votação em globo ser formalizada por meio de acordo de lideranças legitimado por uma deliberação do Plenário da Comissão em voto nominal com resultado unânime, conforme a inteligência do art. 412, inciso III, do Regimento do Senado.

Ao contrário disso, a situação em análise, ao consultar o Plenário da Comissão sobre a posição de votação em globo dos itens da pauta, V. Exa., Presidente, assentou que a votação dos itens seria realizada uma a uma, trinta minutos antes de proferir a decisão ilegal, determinando que fosse descumprida posteriormente.

Resta evidente, assim, que a decisão de V. Exa., Presidente, de proceder à votação de toda a pauta de uma só vez, ignorando os requerimentos apresentados, não possui amparo regimental e se contrapõe ao estatuído no art. 47 da Constituição Federal, o qual vou ler – que é a Carta Magna: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Inclusive, agora a gente não pode fazer a deliberação, porque não estamos ainda com a maioria absoluta dos membros.

Ante o exposto, pela evidente antirregimentalidade e inconstitucionalidade dos procedimentos adotados pela Mesa da Comissão, desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no dia 10 de setembro, requero a nulidade das deliberações dos requerimentos dos itens 1 a 9 e 23, todos de 2019, analisados na última oportunidade.

Então, Presidente, resumindo: requeremos a anulação, porque não houve acordo, não houve decisão unânime para votação em bloco, e nós queremos, então, a nulidade da decisão. Teremos que voltar um passo antes, para o fim de retomar a institucionalidade e a democracia nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, esclareço que os arts. 132 e 133 do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que "é irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". Como não há norma constitucional envolvida na questão de ordem, não há como acolher, infelizmente, o pedido do recurso formulado.

Eu passo para a nossa Relatora...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Eu não estou questionando a sua decisão, mas a votação em globo, Presidente. Não foi solicitada uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Essa é matéria preclusa, vencida, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é preclusa, porque V. Exa. não me deu o direito de fazer essa questão de ordem. V. Exa. Ignorou solenemente a minha fala na vez passada. E agora está...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Isso é matéria da reunião anterior, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. ignorava!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Não foi solucionada a questão de ordem, Presidente. São nulas as decisões, Presidente.

Vai ignorar de novo? Nós vamos começar assim? Nós vamos começar assim?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora está querendo fazer renascer uma reunião passada?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu quero dizer que não se preclui uma questão que não foi analisada, Presidente. Se a questão da colega Parlamentar, membro da Comissão, não conseguiu sequer ser posta, porque ela foi ignorada, essa questão não foi decidida. Ela foi simplesmente ignorada e, portanto, não pode ser preclusa.

Então, como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu peço a V. Exa. que reconsidere a sua decisão, porque, Excelência, dá a impressão de que V. Exa. sequer está ouvindo e já tem uma resposta pronta, ignorando aqui o pedido da colega e a argumentação.

Não há preclusão sobre matéria que não foi anteriormente analisada e julgada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, infelizmente, eu não tenho o poder ainda de adivinhação. Eu não sabia qual era a sua pergunta, para já ter uma resposta pronta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, que V. Exa. se ativesse ao tempo determinado pelo Regimento para apresentação de questões de ordem. Aqui têm sido feitas questões de ordem de dez, 15 minutos, e nós sabemos que o tempo é de cinco minutos. Então, eu queria pedir a V. Exa. que determinasse que esse tempo fosse regularmente cumprido.

E, segundo, havendo já decisão de V. Exa., cabe a quem não concorda recorrer, e não abrir um novo debate sobre um tema que já foi resolvido por V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar para os nobres colegas que o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, que está falando exatamente da apresentação das proposições, incluindo requerimento, é muito claro: pode ser feita, item 5, votação em globo ou parcelada. Isso daí não é uma questão de acordo. Isso está previsto regimentalmente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Em qual Regimento, Deputada, que eu não estou achando?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Do Senado.

Portanto, eu gostaria de contraditar, explicando aqui para os nobres colegas que a gente quer trabalhar e eles estão atrapalhando o trabalho... A gente quer encontrar todas as questões que estão envolvidas nesse processo de *fake news*, e não está podendo, porque as pessoas não querem discutir.

Eu fico muito impressionada – para concluir, Sr. Presidente – em como as pessoas querem ser indicadas para uma CPI, e não querem investigar. É um processo anti... Não estou conseguindo entender essa lógica de você obstruir uma CPI, uma CPMI que foi deliberada pela Câmara e pelo Senado, ou seja, com Deputados e Senadores de acordo, que está totalmente dentro da legalidade. E as pessoas estão obstruindo para que não seja investigado... Então, não deveriam estar na CPI.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... na CPMI. Eu estou falando, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Com licença.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Então, eu gostaria apenas de colocar essa estranheza, porque eu acho que, se as pessoas não estão querendo realmente fazer o papel que a CPI tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer, deveriam pedir para trocar, pedir ao partido para trocar os nomes. Porque vir para cá para ficar só obstruindo... A gente sai do Estado mais cedo para chegar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor me respeite, porque eu estou falando. Eu não sei se isso que o senhor tem no ouvido é um ponto, para ficar alguém repassando alguma coisa, ou se o senhor não quer ouvir as pessoas, porque o senhor só fala. Está com um ponto ainda no ouvido. Estou dizendo: não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É. Exatamente. Porque quem está com alguma coisa no ouvido não quer ouvir o que as outras pessoas falam. Se não for um ponto, está com alguma coisa, sem querer ouvir. Já que não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor espere eu terminar de falar. Exatamente.

Portanto, gente, só para finalizar, eu gostaria apenas de dizer que já citei aqui o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5 – qualquer coisa empresto para o pessoal ler –, mas eu gostaria de contraditar o que foi apresentado aqui pela nobre colega.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Esse artigo, Deputada, com todo o respeito, fala do tipo de proposição, dos tipos de proposições e dos tipos de votações.

Agora, com relação à unanimidade, está prevista no art. 412, inciso III. Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria, eu queria...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Gente, aqui não é um debate informal. Tem regra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... informar mais uma vez que esse assunto está resolvido e quem se achar prejudicado pode recorrer a outras instâncias. Fiquem à vontade.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA. Para questão de ordem.) – Presidente, esta é a primeira reunião a que venho da Comissão. O titular da Comissão, que eu indiquei, Deputado Arthur Maia, está viajando e me pediu que o substituísse hoje. Fiquei absolutamente preocupado com o clima





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está instalado na Comissão, de disputa. Eu acho que investigar um tema como esse é de interesse de todos.

Inclusive, na reunião de Líderes que originou a instalação desta Comissão, o que me sensibilizou foi a presença da Ministra Damare, que sugeriu, e nós acatamos imediatamente, eu fui um dos signatários da CPI... Entrei com requerimento extrapauta e peço que V. Exa. considere, com a aquiescência das Sras. e dos Srs. Senadores e Deputados, para convidar a Ministra, que se dispõe a vir, para falar sobre o uso da internet para disseminação de ódio, ensinando inclusive crianças a se enforçar e a se automutilar. É impressionante o que ela nos relatou na...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Baleia Azul.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Baleia Azul é uma das modalidades. Mas é impressionante o que ela nos relatou e preocupante a quantidade disso que existe.

Nós não podemos ignorar que a internet e as redes sociais estão sendo utilizadas para esse tipo de crime, que envolve também tráfico de pessoas, envolve pedofilia, e eu acho que esta Comissão pode prestar um serviço absolutamente relevante para o País. As redes precisam ter controle.

Portanto, eu queria pedir, com a aquiescência de todos, é claro, que fosse submetido este nosso requerimento a votação e dizer que não estou entendendo qual é o ambiente de disputa que existe aqui. Eu sempre assinei CPI, seja ela qual for. Eu não sou seletivo, para meus amigos a gente proteger e de inimigo a gente ir para cima. Se alguém fez alguma coisa errada, que seja punido pelo que fez de errado. Eu acho que, acima de todos, devemos colocar os superiores interesses da população brasileira. E é inadmissível que a gente continue a assistir, sem nenhum tipo de controle, ao que as redes sociais, ao que a internet está fazendo, sobretudo contra a nossa juventude, contra as pessoas que estão numa situação mais necessitada.

Portanto, a minha questão de ordem é no sentido de pedir a V. Exa., com a aquiescência de todos, que submeta a votação e à nossa Relatora que inclua esse requerimento, que eu acho que deve ser prioritário, no plano trabalho, até para que a sociedade brasileira entenda para o que é que vai servir esta CPI da *Fake News*, por que ela deve existir e por que é tão necessária.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma resposta ao prezado Deputado Elmar, Líder do DEM, e até quem sabe responder à sua pergunta de por que esse clima...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não é debate, Presidente!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é debate, mas eu estou contraditando aqui, Presidente, porque ele fez uma pergunta e eu acho que tenho essa resposta. Então, acho que nada mais justo do que responder ao Deputado Elmar.

Na verdade, o primeiro autor, o primeiro requerente desta CPI era do partido dele, que é o Deputado Alexandre Leite, do DEM, de São Paulo. E ele se retirou da Comissão, Deputado, dizendo que foi totalmente desvirtuado o objeto, a finalidade desta Comissão. E eu quero dizer aqui, como Vice-Líder do Governo, que me espanta que sempre que é formada uma Comissão, seja de CPI, seja para trabalho de medidas provisórias, é feito um amplo debate e um acordo para a formação da Mesa, e neste caso a formação da Mesa foi feita de forma que o Governo não pudesse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Deputado. Eu tenho participado como Vice-Líder e feito vários acordos e atendido os Deputados.

O que eu quero dizer, Deputado, é que o Governo foi aliado dessa decisão, e o Deputado autor, que é do partido de V. Exa., declarou que se afastava porque percebeu que houve um acordo para tirar os aspectos técnicos desta Comissão e para que se politizasse esta Comissão, de forma que se ataque a situação e o Governo. E nós não podemos concordar com isso. Então, há muitos vícios na origem, Deputado. Eu concordo com V. Exa., todos queremos jogar luz no tema, mas você não pode jogar luz quando tudo começa de forma sombria e obscura. Daí por que a nossa insatisfação, a nossa indignação e o nosso trabalho, sim, de obstrução: para protegermos exatamente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu queria informar V. Exa. que, dos 18 votantes no dia da escolha do nosso nome, suprapartidariamente, só houve um voto em branco, incluindo os votos da bancada do seu partido e da Bancada da Base do Governo.

Então, eu não sei para que um debate melhor numa eleição que praticamente foi à unanimidade. Se escolheram a pessoa errada naquele momento, paciência. Agora, só em outra CPMI, porque nesta eu tenho que esperar os meus seis meses para cumprir o meu papel.

Eu queria louvar também a intervenção do Deputado Elmar Nascimento, como sempre, abalizada, porque esta CPI, eu não estou entendendo, repito inúmeras vezes, como eu falo pela imprensa, eu não sei qual é o problema desta CPI para poder a gente esclarecer os crimes cibernéticos, os perfis falsos que acontecem neste Brasil afora, crimes, dilapidando as famílias, dilapidando empresas, dilapidando negócios, induzindo crianças a ódio e crime. Eu não sei, isso aqui era para ser uma sala unânime, era para todo o Congresso Nacional estar imbuído em esclarecer e em, quem sabe, ampliar o marco legal da internet; tentar fazer com que as redes sociais não fiquem donas das nossas vidas. Eu não estou entendendo. Está parecendo aqui uma peleja partidária, até parece que é uma ressurreição de uma eleição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero voltar a afirmar que nós queremos conduzir, esperamos conduzir com tranquilidade e que não haja essa beligerância, não há necessidade disso.

Mas eu vou passar para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a Deputada Lídice da Mata, para que possa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 111, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ler o seu relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não. Antes, tem que ler a ata, Presidente.

"Art. 111. Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente."

Vamos ler a ata, Presidente. Não houve requerimento para inversão da ordem dos trabalhos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, nós não vamos deliberar. Ela vai ler um relatório do trabalho dela. Não temos deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, nós temos que seguir o Regimento, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não temos deliberação?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É, é isso, Presidente, é isso que a gente está vendo que acontece nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Entendeu? Não é deliberação?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Regimento não é respeitado, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem que ler a ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos ser respeitados nos nossos requerimentos nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas V. Exa. está pedindo para ler a ata?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, não foi pedida a leitura da ata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está pedindo agora para ler a ata? Isso não tem razão.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas não houve pedido de inversão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. não está conduzindo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora quer o que depois da ata?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Os trabalhos não foram abertos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois da ata, a senhora quer que eu faça o que para postergar, para lhe ajudar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não foram abertos corretamente os trabalhos, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que a senhora quer que eu faça para lhe atender, para postergar, diga aí, para atender o seu ego de postergação?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Diga, depois da ata, vou ler algo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, isso é um desrespeito, Presidente. É isso que nos assusta, Deputado Elmar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado Elmar, é isso que nos assusta na condução dos trabalhos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado Elmar...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é o objeto em si. Que segurança? Que segurança?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós sabemos por que o Alexandre Leite deixou esta Comissão; nós sabemos, Presidente. Eu sei o acordo que foi feito, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Que segurança nós podemos ter com esse nível de Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não me provoque, Presidente, senão o povo brasileiro vai saber também.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, está evidente que só tem um objetivo essa falação toda: evitar que a gente faça o mínimo aqui de discussão sobre o objeto da CPI. Eu não sei o que assusta tanto os Deputados do PSL e o próprio Governo – está aqui a Deputada Bia Kicis, que é Vice-Líder do Governo – em avançar nessa discussão. Será que existe algum temor de que haja alguém do Governo envolvido em algum processo de *fake news*? Será que é essa a preocupação?

Porque eu não sei, o Deputado Elmar colocou aqui uma pauta importantíssima, há crianças sofrendo com esse processo de *fake news* que é feito através de inúmeros *sites* clandestinos. Isso não pode ser investigado? Não pode ser investigada aqui a internet profunda, que está levando, inclusive, a casos como o de Suzano, em que alguns meninos foram lá e metralharam outros. Se isso nós não podemos saber, então, o que esse pessoal quer? Esses Deputados e Deputadas pretendem não fazer absolutamente nada, se omitir perante uma situação dramática, como a que nós estamos vivendo hoje, permitir que as *fake news* transitem livremente pela internet, sem ter nenhum processo de controle, de punição?

Ora, eu acho que nós temos que avançar aqui na CPI.

Portanto, Sr. Presidente, sugiro que o senhor coloque o feito à ordem e siga com os procedimentos normais aí na Mesa.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Agora, há pouco, o senhor proferiu uma frase que me ofendeu, mas não foi dirigida à minha pessoa, foi dirigida à Deputada Caroline de Toni, do PSL. O senhor disse – abro aspas – "Deputada, o que eu tenho que fazer para agradar o seu ego?" – fecho aspas. Eu queria pedir para o senhor retirar essa sua frase, porque nós não estamos aqui para atender ego de Deputados e, muito menos, de Senadores. Esta Casa é séria, o senhor exerce um mandato, e eu o respeito muito, da mesma forma que todos nós fomos eleitos. Ninguém aqui vai atender ego de ninguém. Nós temos que atender o interesse da sociedade. No momento em que o senhor proferiu isso... (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, para não polemizar, eu retiro o "ego".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Isso! Então, está retirado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Satisfeito?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Se o Deputado Elmar me permite, eu gostaria de subscrever o seu requerimento também, porque acho importante que a Ministra Damares, que é do Governo portanto, que não é da oposição, venha aqui prestar o seu depoimento sobre esses fatos gravíssimos que constam e que, inclusive, são objeto desta CPMI.

Então, Deputado Elmar, se o senhor me permite, eu gostaria também de me associar ao seu requerimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Presidente, permita-me dar uma sugestão.

Eu acho que está todo mundo aqui de espírito armado. Eu queria sugerir a V. Exa. que reunisse antes, estabelecesse um Parlamentar para representar cada bloco, para discutir os requerimentos um dia antes, o que vai ser votado, porque eu acho que ninguém aqui está mal-intencionado. Acho que essa pauta que eu sugeri é uma pauta que atende a todos e poderia entrar logo no início.

Eu quero dizer que a Ministra Damares se oferece e quer vir aqui. É um tema importante para o Ministério dela. Ela viria, e, enquanto isso, a gente estabeleceria aqui os procedimentos.

A Relatora é uma pessoa da melhor qualidade, eu a conheço há muito tempo. A nossa querida ex-Senadora Lídice da Mata apresenta o plano de trabalho dela. Se houver alguma divergência, faz-se uma reunião fora do ambiente aqui de discussão, do Plenário. Não vai haver obstrução nenhuma. Faz-se uma reunião interna com um Senador ou um Deputado por bloco, para se discutir. Acho que está todo mundo de espírito armado antes de ver o que vai acontecer. E aí o que for por acordo... Há tanta coisa para ser trabalhada nesta CPI! O que for feito por acordo, a gente vai colocando na frente. O que não for acordado vai por voto; no dia certo, na hora certa, é deliberado. A maioria vai ter que vencer no voto, no dia certo, no horário certo. É só estabelecer esse procedimento para a gente poder avançar, porque há muita coisa importante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiquei impressionado. A gente nem imagina a quantidade de crimes que estão acontecendo via redes, crimes que envolvem criança, pedofilia, suicídio, mutilação, esse tipo de coisa. Acho que esse é um tema... Não é possível que haja alguém que seja contra!

A Ministra é absolutamente a favor, isso é importante para ela, foi ela que sugeriu a instalação da CPI. Se está tentando desvirtuar ou não, a gente discute lá na frente, com calma.

A gente poderia estabelecer um procedimento para todo mundo baixar a guarda aqui. Haveria um procedimento de uma semana para outra, logo depois da reunião, como V. Exa. achar melhor. Nós nos reuniríamos aqui, cada um sugeriria uma pessoa para fazer um colegiado de coordenação da Comissão. E decidiríamos por acordo. Eu tenho conversado com outros Líderes, e acho que não é possível que a gente não tenha condições de criar um ambiente para fazer uma CPI importante como esta avançar.

Era essa a sugestão, Presidente, que eu tinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sugestão está acatada, nobre Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

Logo após designarmos os outros Sub-Relatores, eu acho que é um papel para as relatorias, coordenadas pela ex-Senadora Lídice da Mata, proporcionar essas reuniões.

Não há quórum para deliberarmos, e é por isso que estou pedindo que a nossa Deputada leia o seu Plano de Trabalho. Não vamos deliberar nada se não houver o quórum regimental para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É uma questão de a gente dar celeridade ao processo e matar uma etapa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só um esclarecimento, Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra para a nossa Relatora Lídice da Mata.

Eu gostaria de parabenizar a fala do Líder Elmar e dizer que nós estamos dispostos a conversar desde que nosso direito regimental seja garantido e desde que sejam anuladas as decisões da reunião passada, que, no nosso entendimento, feriram o Regimento.

Mas pedi a palavra neste momento apenas para obter um esclarecimento de V. Exa. Nós queremos entender em qual parte da reunião nós estamos, porque V. Exa. iniciou a reunião, nós apresentamos uma série de questões de ordem, V. Exa. respondeu a essas questões de ordem, nós dissemos que iríamos recorrer, e não houve, até o presente momento, nenhuma deliberação. O que nós estamos sugerindo é que cumpramos o Regimento Interno, que diz que nós devemos, em primeiro lugar, analisar a ata, fazer a leitura da ata, e aí, sim, podemos dar seguimento ao item 1, que é o Plano de Trabalho, ao item 2, que é o Requerimento nº 22, e aos requerimentos extrapauta, que serão analisados também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós achamos indispensável a leitura da ata da reunião passada, vez que discordamos do procedimento adotado na reunião passada. Então, nós não abrimos mão da leitura da ata da reunião passada por parte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A parte que nós estamos agora, nobre Deputado, é a leitura do plano. A gente voltar aqui à sessão anterior... Já foi decidido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cadê a ata?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, e a ata da reunião anterior?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E a ata da reunião anterior?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós podemos ler a ata da reunião...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, não é possível...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero registrar aqui, também, que não é possível que, quando nós solicitamos que sejam cumpridos o Regimento e a ordem, a sequência regimental dos trabalhos, isso seja considerado por alguns Deputados como tentativa de não querer esclarecer *fake news*, medo de que algo apareça para o Governo. Não se trata disso. Nós queremos simplesmente seguir e, como diz o meu colega, entender o que está acontecendo, para que seja seguido o trabalho.

Deputado Elmar, quero dizer que a CPI tem que ter um objeto específico. Se o objeto desta CPI for *deep web*, se for para analisar esse tipo de coisa, como quer a Ministra Damares, estamos de pleno acordo. O problema é que, veja, um Deputado do seu Partido, requerente, retirou-se porque disse que verificou que não é disso que se trata. O que está sendo feito aqui é uma politização indevida da CPI. Nós não estamos seguros com a condução dos trabalhos, nem ao menos de que os nossos votos, as nossas colocações serão respeitadas. E esta CPI poderá, sim, conduzir a um desfecho muito lamentável para a sociedade brasileira.

Então, Deputado, conte comigo, conte com o Governo...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... para que esse tipo de questão seja, sim, analisado. A Ministra Damares será muito bem-vinda, mas é preciso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... definir o objeto desta CPI.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero falar, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o objeto da CPI já está definido no documento que foi assinado por Senadores e Deputados, e não há necessidade de ficarmos discutindo isso o tempo inteiro.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que, atendendo à exigência regimental, Sr. Presidente, fizesse a leitura da ata para que nós pudéssemos, então, ouvir o Plano de Trabalho da Senadora Lídice. Estamos perdendo tempo. É mais rápido a gente ler a ata, ouvir, para, depois, a Senadora poder apresentar o seu Plano de Trabalho, porque este parece ser o objetivo de alguns aqui: impedir que esse plano seja apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exato, Senador.

Não foi lida antes porque não tínhamos quórum para poder votar. Agora completou o quórum mínimo de 17.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e zero minuto do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Hiran Gonçalves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Túlio Gadêlha, Dr. Leonardo, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Eduardo Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Weverton, Rogério Carvalho, Ricardo Barros, Delegado Éder Mauro, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nominal da ata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu posso ler, Deputada?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Posso continuar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Continue.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, de 2019, que "requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 2, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 3, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento." Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 4, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 5, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 6, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 7, de 2019, que "requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 8, de 2019, que "convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI". Aprovado como "convocação". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado, alterando a condição de convite para convocação. ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 9, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 – REQUERIMENTO Nº 23, de 2019, que "requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para auxiliarem nos trabalhos da Comissão". Autoria: Senador Angelo Coronel. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Assina a ata o Senador Angelo Coronel, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Fake News. A reunião está disponível em áudio e vídeo no *link* <http://www12.senado.leg.br/multimedia>.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente... Sou o Deputado Filipe Barros. Para a retificação da ata, com base no art. 30, §2º, do Regimento Comum... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Poderia repetir, por favor, qual é a base legal, para que a nossa assessoria possa ver se está embasado, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O art. 30, §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional nos dá o direito... Os arts. 30 e 31 nos dão o direito de fazer solicitações para a retificação da ata, que serão analisadas por V. Exa. como Presidente desta Comissão.

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, nobres colegas, que constassem, nas atas, as seguintes solicitações. Ponto um: que nós protocolamos inúmeros requerimentos procedimentais e que seja claro, na ata, todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos no início da reunião e o que foi feito com eles, onde foram parar. Ponto dois: V. Exa. leu, item por item, os requerimentos que foram aprovados. Nós gostaríamos que constasse na ata quem os aprovou, quais Deputados e Senadores votaram favoravelmente e quais votaram contra, se a votação foi nominal, se a votação foi em bloco, se a votação foi individual, se a votação... Enfim, que constasse na ata como foi, como se deu o processo de votação e quem votou favoravelmente ou contra esses requerimentos.

Eu gostaria aqui também de não retificar, mas de deixar registrado, neste presente momento, que V. Exa. leu que eu estava presente no início da reunião e que, mesmo assim, ignorou nossos requerimentos.

São dois pontos que nós gostaríamos de retificar na ata. Retomando, ponto um: todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos e o que foi feito com eles, uma vez que simplesmente deixaram de ser deliberados. Ponto dois: como se deu o processo de votação de cada um dos requerimentos, se foram aprovados, por quem foram aprovados, se foi nominal, se foi em bloco, se foi individual. Gostaria que constassem na ata esses dois pontos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Filipe Barros, seguindo o Regimento Comum do Congresso Nacional, no seu art. 30, inciso II, as questões de ordem e pedidos de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

retificação sobre a ata serão decididos pelo Presidente. Neste momento, indefiro sua questão de ordem para alterar a presente ata.

Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento, Presidente, com questão de ordem. Nós temos um requerimento de votação nominal da ata.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Há apoio, Sr. Presidente?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sou Vice-Líder, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há apoio do Líder Filipe Barros.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas eu sou Vice-Líder tanto quanto o Deputado Filipe Barros, só para registrar. Esse machismo nesta Comissão me espanta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí é uma questão de vocês dois decidirem quem vai ficar na Liderança.

Então, vamos proceder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Queremos encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leio o requerimento: "Sr. Presidente, requero a V. Exa., nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno do Congresso Nacional, que a ata da reunião anterior seja votada pelo processo nominal". Assinam o Deputado Filipe Barros, Líder do PSL, e também a nobre Deputada Caroline de Toni, que está também... É para evitar o machismo, o que é importante.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para encaminhar, Presidente... Podemos encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o autor está encaminhando?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir essa exceção a V. Exa., porque hoje está com vontade de falar, e eu gosto de ouvi-lo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto tempo eu tenho, Presidente, só para esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem cinco minutos, pelo art. 131.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Então, encaminhando a votação nominal da ata, nós, Presidente, como já foi dito anteriormente, fizemos questão de solicitar a V. Exa. a retificação da ata. V. Exa., obviamente, já negou a retificação da ata. Mas eu gostaria de, neste momento que tenho para encaminhar o voto, deixar registrado mais uma vez o nosso profundo pesar ao constatar os rumos que esta CPI está tomando: rumos antidemocráticos, rumos autoritários por parte de V. Exa., por parte de outros Parlamentares desta Comissão, que não reconhecem o direito regimental que nós temos de obstruir – é um direito que nós temos. Aliás, a oposição sabe obstruir muito bem. Aprendemos a obstruir com V. Exas. do Partido dos Trabalhadores, aprendemos muito bem com vocês. Então, V. Exas. podem fazer obstrução, e nós não? É assim?

Nós temos o direito regimental de nos posicionarmos e de, inclusive, sermos contra o objeto indefinido desta Comissão. Por mais que falem que o objeto está definido no requerimento, nós entendemos que os fatos ali elencados no requerimento não guardam relação entre si. Não à toa, o Deputado Alexandre Leite, que foi quem coletou as assinaturas na primeira reunião de instalação desta CPI, no microfone – está registrado nos *Anais* desta Casa –, disse que estava se retirando desta CPI porque não concordava com os rumos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito estava tomando. Está registrado aqui nesta ata, registrado.

Na reunião passada, Presidente, nós ouvimos, aqui no plenário desta Comissão, uma *fake news* absurda dita por um Deputado do Partido dos Trabalhadores, que eu não vou citar o nome, senão vai pedir direito de resposta depois, mas uma *fake news* em que ele disse, fora dos microfones, Sr. Presidente, que a facada do Bolsonaro era *fake*, disse que era "facada *news*", disse isso aqui fora dos microfones desta Comissão. Então, como nós podemos admitir, Sr. Presidente, numa Comissão que tem como escopo a investigação de *fake news*, que Parlamentares membros desta Comissão propaguem *fake news* fora dos microfones?

Eles falam, falam, falam que o PSL tem medo de que seja investigado, que o Bolsonaro isso, que o PSL aquilo, mas vamos aos fatos: quem foi condenado pelo TSE por divulgação de notícias mentirosas foi o candidato Haddad, foi o candidato Haddad, não foi o Bolsonaro.

Então, Sr. Presidente, nós estamos vendo que esta CPI está sendo instrumentalizada, lamentavelmente. Depois nós vamos deixar aqui registrados vários pontos e vários questionamentos à nossa Relatora sobre o Plano de Trabalho que foi apresentado. Não vamos antecipar, vamos apenas questioná-la, porque o Plano de Trabalho é um plano de trabalho da Comissão. Não queremos, de qualquer forma, Presidente, atrapalhar. O que nós queremos é ter o nosso direito regimental garantido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos nos posicionar. Nós queremos garantir o direito à liberdade de expressão. Nós queremos garantir a liberdade de imprensa. Enfim, nós queremos e estamos aqui para defender esses direitos constitucionais, que nós estamos vendo que, pelo rumo que esta Comissão está tomando, serão alijados.

Eu estou vendo aqui parte das assessorias fazendo cara feia e já adianto que cara feia para mim é fome!

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não adianta assessoria de Senador e Deputado ficar olhando para mim e fazendo cara feia, a não ser que o assessor se candidate e venha aqui debater conosco. Enquanto isso, continuarei falando!

Então, Sr. Presidente, nós queremos e encaminhamos neste momento a votação "não" em relação à nominal da ata, uma vez que nós fizemos um pedido de retificação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O voto é "sim" à verificação nominal, melhor dizendo, é "sim", porque nós discordamos do posicionamento de V. Exa., que não quis retificar a ata a nosso pedido.

Então, o PSL encaminha o voto "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, quero contraditar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para contraditar, para seguir a linha do colega, depois entram vocês dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ou quer contraditar, fazer o pingue-pongue?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como V. Exa. preferir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, pronto! Com a palavra o Senador Humberto Costa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero encaminhar depois, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, de uma vez por todas, tem que acabar aqui o debate sobre o objeto desta CPI, que está escrito no requerimento que foi subscrito por Senadores e Deputados. Houve, inclusive, partidos e representantes de partidos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal, questionando esta CPI e também o seu objeto, e foram derrotados pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, essa questão já é uma questão resolvida, definida. Se não quiserem que seja por aí, que promovam outra CPI ou façam outro caminho, mas não têm o direito de querer questionar mais uma vez o processo.

Segundo, esse tema de leitura de ata aqui foi aproveitado para se fazer, utilizando o Regimento do Senado Federal, porque, na Câmara, já há resolução dizendo, inclusive, que leitura de ata não é obrigatória nas diversas Comissões existentes naquela Casa. V. Exa. permitiu a leitura, e agora novamente vem o processo de tentar obstruir a continuidade do nosso trabalho. Eu já vi obstruir votação de projeto para que uma lei não entre em vigor, de medida constitucional, de processo de *impeachment*, mas para impedir que uma CPI possa desenvolver o seu trabalho? Para mim só há uma justificativa: é medo, medo, medo de que, quando nós investigarmos isto aqui, nós comecemos a identificar os tentáculos, quem está por trás desse tipo de coisa. Quem, por exemplo, obrigou agora o youtuber Felipe Neto mandar sua mãe para o exterior e mudar sua agenda, porque está ameaçado de morte? Para isso, utilizaram-se de *fake news*!

O Presidente da Comissão é ameaçado de morte! O cantor Caetano Veloso foi chamado de pedófilo! São essas coisas que parecem que não querem...

No Brasil, parte do crescimento dos casos de sarampo tem a ver com *fake news*.

Por que essas pessoas não querem discutir? Que receio tão grande é esse? Estão com receio de que bata em quem?

Vamos fazer um acordo: quando houver algum requerimento, alguma coisa que possa atingir Governo ou partido de Governo e tal, então vocês trazem à discussão e votem contra, mas não impeçam que a gente saia daqui não somente com uma investigação, mas com medidas para que não aconteça de novo!

Discutir o problema de *fake news* na eleição não vai fazer a eleição ser anulada. Isso depende do TSE, e, pelo andar da carruagem, esse TSE que está aí não vai investigar isso a fundo de forma alguma, mas pode impedir que, agora, em 2020, façam de novo, pode impedir que, em 2022, façam de novo.

Os que não querem que se investigue não é só para saber o que aconteceu no passado, é porque eles querem continuar utilizando essa arma para tentar preservar a hegemonia política na sociedade.

Se, numa eleição nacional, centralizada, conseguiram fazer isso e não se teve controle sobre essa questão, imaginem o que vai acontecer nas cidades do interior, o que vai acontecer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ...nas capitais, nas médias cidades em termos de *fake news*!

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui me associar ao apelo que foi feito pelo integrante do DEM aqui. Vamos parar com isso!

Quando chegar a hora de chamar alguém que vocês não querem que chamem, votem contra, coloquem a maioria aqui. Agora, impedir, por isso, que a gente possa dar seguimento a uma matéria tão relevante como essa me parece que é um sentimento antidemocrático, anti-interesse do nosso País.

Podem fazer a obstrução, mas a obstrução tem de ter um mínimo de bom senso. Obstruam todos os temas que disserem respeito ao Governo, aos que já foram acusados, ao velhinho da Havan! Tudo bem! Agora, impedir que a gente possa investigar tudo, isso é inaceitável.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar, Presidente! São dois a favor e dois contra, pelo art. 41 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pelo art. 41, nobre Deputada, V. Exa. não pode encaminhar. Deve ser um da outra Casa, já que é do mesmo bloco. O nosso Deputado Filipe...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não consta isso aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leia o art. 41.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos ler, então. Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É um Senador e um Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Seria um a favor; outro, contra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Um Deputado e um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, falará a Deputada Luizianne Lins para complementar o Deputado, já que o Senador Humberto falou.

Vocês teriam de colocar um Deputado do bloco contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero encaminhar a favor do requerimento, Presidente. Não há nenhuma vedação no Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de novo... Acho que agora a gente tem que apelar para o debate que a sociedade brasileira vai fazer a partir desta CPMI, porque está muito claro, vai ficar cada vez mais claro para a sociedade brasileira que nós estamos querendo hoje tocar um processo investigativo que tem quatro eixos fundamentais, que estão completamente sintonizados com o que está acontecendo no mundo inteiro. O mundo inteiro hoje é vítima de *cyberbullying*, de *fake news*, de uma série de processos que estão acontecendo na *deep web*, no subterrâneo, no submundo disso aí. Há pessoas morrendo, há pessoas sendo ameaçadas.

Nós temos que deixar muito claro que os nobres colegas do PSL estão fazendo tudo para que esta CPMI não aconteça, estão fazendo tudo para que esta CPMI não ande. Então, é bom que o povo brasileiro comece a se perguntar por que os Deputados e as Deputadas do PSL não querem a investigação do processo hoje dos algoritmos, do processo hoje das mentiras que são disseminadas. É muito estranho um partido político não querer saber, não querer cuidar da sociedade brasileira no que diz respeito hoje aos crimes praticados...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... contra a sociedade brasileira. É muito esquisito! Ao mesmo tempo em que diz que não quer obstruir, obstrui; ao mesmo tempo em que diz que quer que ande a CPMI, fica pedindo a ata, depois a pós-ata, a pós-pós-pós-ata. Enfim, é uma tentativa clara... Eu espero que o povo brasileiro esteja consciente disso. É bom que todo mundo vá, inclusive, às redes sociais desses nobres colegas que estão obstaculizando, para saber qual é o medo de saber, de fato, objetivamente, o que é que está acontecendo na sociedade brasileira hoje e por que é que essas pessoas estão, de forma tão virulenta, contra o andamento desta CPMI.

Inclusive, eu já até solicito que a gente convide o Deputado Alexandre Frota, que foi eleito pelo PSL, que disse que sabia muito bem onde estava a fábrica de CPMI, onde ela estava localizada. Ele disse que poderia dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... onde estava a fábrica de *fake news*. Assim, esta CPMI pode, de fato, se debruçar sobre isso. E, já que ele sabe disso, se a gente vai investigar tudinho para chegar lá, pode ser que seja um atalho mais fácil a gente convidá-lo, porque, inclusive, ele foi eleito pelo PSL.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que o povo brasileiro tem que estar muito atento, porque eu acho que agora é a hora da verdade ou pelo menos da busca da verdade aqui nesta CPMI. Quem não quer buscar a verdade, quem não quer buscar de fato isso não está preocupado com a juventude, não deve estar preocupado com as crianças, com os jovens, com as futuras gerações, que estão todas impactadas pelos algoritmos, todas impactadas pelo crime praticado hoje pelos algoritmos. Isso se dá no mundo inteiro!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando houve o escândalo da Cambridge Analytica, o jovem que foi denunciado foi imediatamente... O Parlamento britânico constituiu uma CPI, de forma muito séria, e o povo britânico todo se envolveu para saber o que tinha acontecido naquele episódio. Então, é muito impressionante que no Brasil tenhamos Parlamentares... E lá se juntaram direita, esquerda, conservadores etc. e tal para poderem conseguir desvendar aquilo. Aqui, surpreendentemente, na contramão da história, um partido político que chega a esta Casa praticamente com a maioria – não é mais maioria, mas aqui chegou assim – agora está querendo que não se investigue.

É uma coisa muito impressionante, e eu quero que o povo brasileiro comece a perceber por que os nobres colegas não querem que esta CPMI ande, não querem que esta CPMI aconteça. Vamos ficar agora atentos, inclusive, às redes sociais...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... de todos que estão obstaculizando esta CPMI para ver o porquê de eles não quererem que esse instrumento, que são as redes sociais, possa ser investigado de forma adequada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós temos de ler o Regimento de forma sistêmica e sistemática, de acordo com os princípios constitucionais. Nós temos de tratar da isonomia. Quando o Regimento diz que são dois de cada Casa, é para que se dê oportunidade para que dois Deputados e dois Senadores falem. Acontece que, no momento, não existe um Senador presente para falar e encaminhar de acordo. Então, criou-se uma situação de desequilíbrio, onde houve duas pessoas encaminhando contra e apenas uma a favor. E, quando se tem uma situação de desequilíbrio, de falta de isonomia, há que se aplicar o princípio constitucional da isonomia e se mitigar a questão de que não se trata de um Senador, mas de uma outra Deputada.

O certo é que há de haver dois encaminhamentos contra e dois a favor, para se evitar o desequilíbrio. V. Exa. pode assim conduzir os trabalhos para minimizar exatamente essas questões que estão sendo tão ventiladas aqui.

E, com relação à acusação de que o PSL não quer elucidar *fake news*, que está com medo, lembro que quem foi, como disse o meu colega, acusado, julgado e condenado por *fake news* foi o Haddad, do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não foi ninguém do PSL. Nós não temos medo da verdade.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Nós temos medo é de que a condução dos trabalhos acabe por desfavorecer exatamente o equilíbrio na condução, que pedimos a V. Exa. agora, em nome da isonomia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, siga o Regimento. Siga o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu não sei, entre aqueles que estão à minha frente, quem é contra e quem é a favor. Nós temos aqui, na Casa, o Senador Alessandro, que pode querer fazer uso da palavra, para que fique na paridade de dois a dois, e o Senador Randolfe Rodrigues. Pelo que me informaram – não me informaram nada também, nem eles, nem ninguém –, eu não sei quem é que eles defendem. Então, pode ser que o Senador Randolfe ou o Senador Alessandro possam suprir essa lacuna na falta de Senadores do PSL.

Então, está franqueada a palavra a um dos dois.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Sr. Presidente. Se isso for feito, eu me dou por satisfeita. Se isso for feito...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É para encaminhar a favor do requerimento. Eles só podem falar se for a favor do requerimento nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, se os dois não quiserem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... eu me darei por satisfeita.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A favor do requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, chame os Senadores.

Por que vocês não chamam os Senadores do PSL?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu não sei qual o rótulo, qual o viés partidário dos dois Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não precisa. A minha interpretação é de que está para encaminhar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Cadê os Senadores do PSL, gente?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, eu fiz a questão de ordem e digo a V. Exa. que me darei por satisfeita se um deles encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Regimento vale num caso e não vale em outro? Eu estou agindo dentro da justiça, dentro do Regimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tragam os Senadores do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos Senadores no plenário.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, não sei qual o viés político dos Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – De acordo, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É para encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Senador Alessandro Vieira...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Se for para encaminhar a favor, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para suprir e manter a paridade.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não tem nada de encaminhar a favor, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Por favor! Por favor!

É bastante simples isso aqui. É só uma briga formal para se gastar mais cinco minutos. Está encaminhado favoravelmente, mas alertando que eu voto contra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto!

Esta Presidência coloca em votação o requerimento de votação nominal da ata.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Votação nominal. Verificação, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Tem apoio?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sou Vice-Líder. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O requerimento está consubstanciado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Então, vamos votar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos abrir o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "não".

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para orientar a bancada.) – PSL, obstrução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O Governo orienta obstrução, Presidente. *(Pausa.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só para constar que eu estou presente e que votei, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora eu afiro sua presença.

Pena que eu não estou vendo a presença do Deputado Filipe, mas há tempo ainda.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente, só não votei, Presidente – até porque o PSL encaminhou obstrução. *(Pausa.)*

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, acho que já dá para encerrar. Está chegando a hora do almoço e há várias Comissões agora pela tarde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, eu mando pegar um lanche para V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Então está bem. Eu aceito. *(Pausa.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... se eu puder, quero aproveitar dois minutos deste momento só para corrigir uma informação que foi dada aqui pela Bancada do PSL.

No Congresso há várias bancadas temáticas, não é? E parece que a gente tem agora também a bancada da *fake news*. Tem gente que não só foi beneficiada por *fake news* na campanha como continua produzindo *fake news* aqui, fazendo o uso do microfone, como Parlamentar. E a Bancada do PSL falou que Haddad foi condenado por impulsionar notícias falsas. Isto é uma mentira sem vergonha. Houve impulsionamento de notícia desfavorável, e é mentira que Haddad ou sua campanha tenha sido condenada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por impulsionar notícias falsas. E eu queria registrar aqui meu lamento por ver que práticas que foram utilizadas na eleição passada são utilizadas agora por Parlamentares no pleno exercício do mandato que vêm aqui mentir no microfone de uma CPI sobre *fake news*, Presidente. Fica o registro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para o contraditório, Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu tanto... Só peço que toque a sinetinha para o pessoal se acalmar aqui e fazer silêncio, para a gente não precisar ficar gritando aqui.

Silêncio no plenário, por gentileza!

Presidente, o nosso compromisso é com a verdade. O grande problema – e aí quero até dar resposta a Deputados da oposição que me antecederam... Nós queremos, sim, a verdade. Só que a gente se preocupa com quando o julgador, quando quem está acusando é o mesmo julgador. Está um circo armado para se montar um tribunal de exceção aqui contra o nosso Presidente. Eu estou aqui com a notícia da Globo que fala da multa que o Haddad ganhou por impulsionar notícias falsas contra Bolsonaro na internet.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Cadê a decisão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Ministro Fachin...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – É notícia desfavorável.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Convoque-me! Convoque-me para dar explicação!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mentira! Já fiz meu registro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Convoque-me!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "O Ministro Fachin negou punir Google por um impulsionamento irregular. Ele entendeu que o PT pagou para destacar conteúdo negativo."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Negativo, Deputada. Mentira...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gente, nós vamos investigar isso...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui na Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... no decorrer da CPI. Não vamos antecipar os fatos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A grande questão, Presidente, é a seguinte: por que a gente está fazendo essa obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pau que dá em Chico dá em Francisco. Vamos deixar a coisa rolar. Para quê a antecipação dos fatos?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Agora nós vamos falar então. Já que vocês querem que a gente fale, a gente vai falar.

Presidente, a grande questão é a seguinte: o Deputado Elmar Nascimento esteve aqui e disse que pediu para o Deputado Alexandre Leite se retirar desta Comissão. Nós ficamos sabendo, nos bastidores, que houve, sim, inclusive, um desentendimento entre os dois Presidentes da Casa com relação à instauração desta CPMI, por um desacordo em relação à constituição da Mesa, da Presidência, etc. Por quê? Porque um tinha uma intenção e outro tinha outra. Se o próprio autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, só para poder abrilhantar mais o conteúdo do seu discurso, a senhora está falando que houve uma armação de Rodrigo Maia com Davi para montar esta Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve um desentendimento entre eles na instauração desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, um desentendimento. Porque eu fui eleito aqui e não estou sabendo de nada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fui pego de surpresa e me colocaram Presidente. Eu não participei de nada desse pseudo conluio que V. Exa. está aí praticamente relatando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é conluio. Eu estou dizendo que houve até um desentendimento entre os Presidentes das Casas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – E o senhor foi eleito com voto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve até um desentendimento, tamanho é o objeto vago.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, eu acho que tive até o seu voto, se não me engano, porque só houve um voto contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tive, não? Então, houve dois contrários.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes do Governo no Senado votaram para instaurar.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós não demos quórum aqui nessa votação.

O que eu quero dizer é o seguinte, Presidente: o que nos preocupa aqui é essa tentativa da oposição de sempre inventar fake news. Eles, sim, inventam. E eles querem ser o nosso órgão julgador do Presidente Bolsonaro, querem fazer um terceiro turno! A gente sabe que está tudo armado para isso; a gente sabe! Então, a gente não pode concordar com isso, que seja desvirtuado do que é certo. A nossa preocupação é justamente essa. É a mesma coisa que pegar aqui alguém do PSL para querer julgar o Haddad. Vai ser um juiz justo, um juiz isento? É a mesma coisa com o Presidente Bolsonaro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – É o caso do Moro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, é isso que a gente não aceita, Presidente.

Presidente, considerando que não há quórum, dá para encerrar a reunião e a gente continuar a semana que vem, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não vai encerrar a reunião, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente, eu havia proposto ao Deputado Filipe Barros, à Deputada Caroline e à Deputada Bia Kicis que tivéssemos uma reunião com V. Exa. e com a nossa Relatora Lídice da Mata para nós entendermos exatamente o que o PSL, a sua representação, aqui, na CPI da Fake News, pretende.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos do trabalho da Ministra Damares, que alertou para o fato de que nas redes sociais há orientação para menores sobre suicídio e sobre automutilação, o que é uma vertente importante em que esta CPI deve atuar e que deve procurar conter da maneira possível.

Para a questão eleitoral, não temos tempo. Quando nós concluirmos a CPI, já terá passado o prazo de um ano antes das eleições, e portanto não poderemos legislar para a próxima eleição em função do trabalho desta Comissão.

Temos também a necessidade de verificar o uso das redes sociais para difamação, para concorrência desleal, para desconstrução de produtos. Um concorrente solta uma *fake news* contra o seu concorrente na rede social, depreciando o produto, e tudo isso tem reflexo. Hoje, nós temos um problema muito sério com informação e desinformação.

Então, Presidente Senador Angelo Coronel, eu sugiro que, se estiverem de acordo o Deputado Filipe Barros e a Deputada Caroline – a Bia acabou de sair –, nós pudéssemos, enquanto um companheiro nosso preside a reunião aguardando o quórum, fazer um diálogo.

Eu não entendi ainda exatamente o que o PSL pretende aqui na CPI, a não ser obstruir os trabalhos, mas certamente eles deverão ter algum interesse no sentido de contribuir para que *fake news* não interfiram na vida da nossa sociedade.

Então, é esta a sugestão que eu gostaria de fazer: que nós possamos aproveitar o tempo, enquanto aguardamos o quórum, para fazer uma reunião aqui na sala da administração do plenário e, se for possível, um entendimento de procedimentos, porque todos nós queremos avançar, sabemos da necessidade, da atualidade e da utilidade desta Comissão. E eu espero que nós possamos sair daqui com um resultado. Ninguém aqui tem tempo a perder, Senador. Então, nós queremos sair daqui produzindo algo de melhor para nossa sociedade, e é com esse espírito que eu estou participando da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É pertinente o seu pronunciamento, nobre Deputado Ricardo Barros.

Eu vou fazer o seguinte: vou encerrar a votação, já que não houve quórum para deliberar sobre a ata, será numa nova reunião; enquanto isso, eu vou solicitar a nossa Relatora que leia o seu relatório, porque para essa reunião futura, com os Líderes, é importante ver o plano de trabalho dela...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para saber o que ela apresenta para discutirmos depois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente, para isso. Não há previsão regimental para isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sem quórum a reunião tem que ser encerrada, Presidente. Não há previsão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, art. 304 do Regimento do Senado: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão", que é o plano de trabalho.

O art. 304 é bem claro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós estamos em processo de votação, Presidente. Não há quórum. Não há como prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrei o processo de votação, para que a gente volte quando houver o restabelecimento do quórum. Enquanto isso, para que à reunião se dê continuidade, a nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não há como continuar se não forem enfrentados os requerimentos de obstrução, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No próximo *time*.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há nem quórum, Presidente, para prosseguir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos quórum para prosseguir a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não temos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não temos para votação, mas temos para a reunião ser mantida.

Então, eu vou passar para a nossa nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente. Isso é antirregimental, Presidente!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, eu quero designar o primeiro Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, ninguém quer aqui tentar ganhar no grito. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o Senador Alessandro Vieira para fazer parte aqui da Mesa, porque ele vai ser o Relator da parte de *cyberbullying*...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só pode discutir a ata, Presidente. Não há como, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, com a palavra a nobre Deputada Lídice da Mata para ler o seu...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente! Questão de ordem: art. 304. Vamos ler. Vamos ler juntos, então, para ver a interpretação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, o senhor está...

Com todo o respeito, Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo o respeito... Desculpe-me interrompê-la.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Art. 304, nobre Deputada: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão". Está na pauta a leitura do plano de trabalho da Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "[...] à matéria em discussão", que é o requerimento de nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas está na pauta o relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas a gente tem que superar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga, Presidente! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o nosso pedido de obstrução primeiro. Pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Lídice, siga a leitura!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não está na ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga a leitura! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... então não há como seguir, não há!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Corte o microfone e siga a leitura!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O plano de trabalho, Sr. Presidente, é de conhecimento público, porque ele já foi publicado. Nós fizemos um esforço de, antes desta reunião, dar conhecimento a todos os Deputados e Senadores do nosso projeto de plano de trabalho.

Nesse plano de trabalho, como foi apresentado no fim de semana dentro do prazo, eu fiz algumas correções, porque ele estava muito extenso; algumas correções apenas na introdução, no objeto da CPMI, no roteiro de trabalho. E hoje...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... eu vou ler apenas o que diz respeito ao trabalho propriamente dito, das reuniões e audiências públicas.

O tema abordado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito possui alto nível de complexidade e interesse público. Dessa forma, se buscará reunir múltiplas visões sobre o assunto, incluindo especialistas, acadêmicos, membros do Governo, autoridades públicas, servidores públicos, juristas, representantes de organizações da sociedade civil organizada, representantes de empresas digitais e outros que se mostrem necessários.

Para tanto, as atividades poderão ser realizadas das seguintes formas: audiências públicas com especialistas e autoridades; estudos e pareceres técnicos; missões externas; sessões de debates; reuniões técnicas e administrativas; interação com a sociedade, utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Temáticas iniciais.

Conceituação e delimitação de *fake news* e seus impactos na sociedade; *cyberbullying* e aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; marcos legais que regem o controle de *fake news*; consequências econômicas da produção e disseminação de *fake news* que atentam contra a democracia no mundo; consequências da produção e disseminação de *fake news* em processos eleitorais internacionais; falsas comunicações de crimes, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade do Congresso Nacional; falsas comunicações de crime, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade dos membros do Poder Judiciário; o papel das empresas digitais e o fenômeno de *fake news*; a proteção de dados no contexto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fake news; o esquema de financiamento, produção e disseminação de *fake news* com o intuito de lesar os processos eleitorais, inclusive o de 2018.

Com a determinação dos fatos, busca-se otimizar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tornando-a um espaço de efetiva realização da função fiscalizadora do Congresso Nacional.

Sub-relatorias: a) *cyberbullying* e crimes de ódio; b) proteção de dados no contexto de *fake news*; c) aliciamento de crianças vulneráveis por meio de *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar à nobre Deputada Lídice só um instantinho, porque vou convidar o decano Rui Falcão para sentar em meu lugar, porque vou, a pedido do nosso Líder Ricardo Barros, ver se alguns partidos que estão aqui presentes, seus Líderes, querem fazer alguma reunião prévia. Estou aqui aberto para qualquer coisa, se deliberarem sobre isso.

Então, Rui Falcão.

Lídice, continue.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Assim, fica evidente o papel desta Casa no sentido de investigar essa série de atos criminosos, cometidos ou propiciados em meio virtual, com foco no aprimoramento do arcabouço legal das relações cibernéticas, indicando providências que visem coibir atentados contra a vida e a dignidade da população brasileira, bem como respeitar a democracia e as suas instituições.

Como se trata de um fato internacional, é claro que esse é um procedimento que está acontecendo hoje em diversos países do mundo.

Nosso cronograma inicial.

Eu chamo a atenção de ser um cronograma inicial porque, obviamente, ele poderá ser modificado – e será modificado até por incorporação das contribuições dos Deputados e Senadores, pois já temos requerimentos do Senador Eduardo Gomes, do Deputado Túlio Gadêlha, do Deputado Rui Falcão, da Deputada Relatora Lídice da Mata, da Deputada Luizianne Lins, do Deputado Bacelar, da Deputada Natália Bonavides, do Deputado Elmar Nascimento.

No nosso plano inicial de trabalho, há as datas: 17 de setembro, hoje, apresentação do plano de trabalho e requerimentos; 24 de setembro, conceituar o fenômeno de *fake news* na sociedade, com especialistas que nós tiraríamos dos requerimentos; 1º de outubro, *cyberbullying*, *fake news* e crimes de ódio e suicídio; 8 de outubro – aliás, é aniversário do meu filho –, conceitos jurídicos e marcos legais sobre *fake news*; 15 de outubro, os impactos de *fake news* na política, na economia e na sociedade, a experiência da Europa e dos Estados Unidos; 22 de outubro, os impactos de *fake news* na política, na economia e na sociedade, a experiência da América Latina; 29 de outubro, *fake news* e seus impactos no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal e nos demais órgãos do Poder Judiciário; 5 de novembro, *fake news* e seus impactos no Congresso Nacional; 12 de novembro, *fake news* e processo eleitoral brasileiro; 19 de novembro, *fake news* e processo eleitoral.

Eu acrescentaria que, na medida em que nós possamos constituir sub-relatorias, nós poderíamos ter mais um dia de trabalho. Esse seria o dia de trabalho da Comissão Geral, em que apreciaríamos os temas gerais, e os sub-relatores poderiam organizar reuniões para, em outra data, realizar algum tipo de trabalho técnico em relação às investigações dos subtemas.

Conclusão.

As atividades previstas neste plano de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca do esclarecimento dos fatos que resultaram nesta CPMI. Busca-se uma CPMI técnica, que seja capaz de apurar responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importantes do Congresso Nacional, que é a fiscalizadora.

Eu quero chamar atenção para o fato de que é claro que, pelo conteúdo político inerente à discussão de *fake news*, ou seja, da falsidade das informações e, portanto, da desinformação – a expressão que se tem usado no português é desinformação –, todos os Srs. Deputados e Deputadas apresentam dentro deste plano de trabalho diversos convidados que irão falar, mas também poderão, sem dúvida nenhuma – já há requerimento nesta direção –, convocar pessoas para aqui fazerem os seus depoimentos a respeito dos temas investigados.

Apesar do clima criado nas duas últimas reuniões de torcidas, quase de torcidas futebolísticas, a nossa CPMI pode e deve prosseguir com um conceito de investigação que sirva ao Brasil. Esse tipo de investigação está acontecendo em muitos países do mundo. Nós poderíamos citar aqui: o Reino Unido; a Alemanha, que constituiu uma comissão investigatória da desinformação pelo próprio Governo; a OEA, que analisa a prática de *fake news* na América Latina – e um dos nossos relatórios a esta Comissão é justamente o Relator da OEA apresentar o seu relatório aqui, na nossa Comissão. Diversos outros países hoje já têm iniciativas, inclusive nos Estados Unidos, de investigação da desinformação como prática nas redes sociais, servindo a interesses econômicos, servindo a interesses eleitorais e desservindo à sociedade com a prática de informações falsas a respeito da saúde, principalmente atingindo populações vulneráveis. Eu aqui falei do crime cibernético do aliciamento de crianças e acrescentei outros vulneráveis, porque os idosos hoje – e eu sou Presidente da Comissão do Idoso – são vítimas permanentes de *fake news*, de desinformação, levando a uma situação de assédio moral e de assédio econômico na vida dos idosos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É essa a pauta que foi apresentada no primeiro requerimento e que nós estamos dando praticidade ao apresentarmos o plano de trabalho. Era, portanto, essa a nossa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Concede-me um aparte, Relatora? É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só quero esclarecer à Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estou com a decisão judicial aqui da condenação do Haddad por *fake news*, Deputada do PT, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E eu quero fazer uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada, a senhora não está com a palavra!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São nulos esses atos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra, Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Todos esses atos são nulos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Eu estou conduzindo os trabalhos e não lhe concedi a palavra.

Com a palavra a Deputada Natália Bonavides, que estava inscrita.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputada, eu estou com a palavra.

Eu queria parabenizar a Relatora...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem tem preferência!

(Soa a campanha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É tudo nulo! Isso tudo é nulo!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu queria ter a palavra garantida!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso tudo rasgou o Regimento já, gente!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não poderia ter sido lido o plano de trabalho, porque não foram enfrentados os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havia quórum na...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI.

Eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu queria pedir para que a minha palavra fosse garantida, mas, infelizmente, a Deputada aqui não...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Retomando, eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata, para parabenizar por esse material produzido. A gente vê que essa CPMI tem uma função, tem uma missão, que é enfrentar esse tema, que é de repercussão mundial. A gente discutiu muito aqui na primeira reunião, na reunião de instalação, como notícias falsas não são novidades, mas a dimensão que as novas tecnologias deram a ela, isso sim, muda de patamar o debate que se fez até hoje sobre a interferência desse tipo de conduta na política.

Eu acho que o relatório da senhora faz exatamente isso, encara essa missão ao abordar, primeiro, dessa forma global, sabendo que não é um tema que pode ser tratado localmente, tomando-se em conta somente o que aconteceu no Brasil no ano passado, mas trata de forma internacional, como deve ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratado. Não é um tema simples. Não é à toa que acadêmicos, juristas, Parlamentares, jornalistas no mundo inteiro estão descobrindo como lidar com isso, com as novas tecnologias e seu impacto nos processos democráticos.

E, em segundo lugar, porque também de forma global tratou o tema, sabendo que a questão de *fake news* vai além da interferência no processo democrático, nos processos eleitorais. Eu, como uma Deputada jovem, que tenho uma ampla convivência com a juventude, sei bem como esse ponto do *cyberbullying*, dos crimes de ódio, têm tido impacto até mesmo na saúde mental da nossa juventude brasileira, e é um tema sobre o qual nós não poderíamos nos omitir. Então, queria realmente parabenizar o material que foi produzido. Eu acho que é um plano de trabalho que deixa esta CPMI à altura dos desafios que nós temos com essa missão.

Aproveito para registrar que, como uma forma de contribuir, de colaborar com os debates, protocolei também alguns requerimentos de convocação e de convite para pessoas que tenham relação com a temática, pessoas inclusive que sejam partes em inquéritos que investigam temas relativos, temas correlatos ao objeto da nossa CPMI, e também convites – não só convocações, mas também convites – para pessoas que tenham uma contribuição significativa sobre esse tema, inclusive de produção acadêmica, de produção de doutrina com relação a isso, para que eles possam se somar aos nossos debates aqui na Comissão.

Deputada Relatora, parabéns pelo seu plano de trabalho. Eu acredito que, se a gente conseguir cumprir o que a senhora previu aqui neste documento, nós teremos sido uma CPMI bastante produtiva e que encarou os desafios que esta época nos traz.

Obrigada, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, por gentileza, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Qual artigo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O art. 293, inciso VIII e XIX do Regimento Interno do Senado:

Art. 293.....

VIII - Verificada a falta de quórum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se a nova votação.

IX – Confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário.

Presidente, com todo o respeito, se a gente começar a descumprir, como tem sido descumprido, desde a instalação aqui, as normas do Regimento, quando a gente vai ter um parâmetro seguro para dizer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que isto aqui é uma coisa séria que respeita a legalidade? Nós temos, sim, a fundada suspeita de que esta é a CPI da censura, de que é um terceiro turno para pegar o nosso Presidente Bolsonaro, e que a oposição está imbuída desse intuito, sim.

Eu estou aqui com a decisão na qual o Haddad foi multado, Deputada Paula. Estou aqui com a decisão, se você quiser consultar. Deputada Natália, perdão. Perdão. R\$176 mil ele foi condenado a pagar, de multa, por impulsionar conteúdos falsos contra o Bolsonaro na internet. Está aqui a decisão, para a senhora consultar. Eu sou tão a favor de combater o que se comete de ilegalidade dentro da internet, que eu mesmo sou Relatora, na CCJ, do PL nº 8.833, que é para criminalizar quem induz crianças à automutilação e ao suicídio. Inclusive estou colhendo pareceres até de Deputados do PT, que vêm contribuir com esse diálogo. Ou seja, eu sou a favor da democracia, sim. Agora, quando o acusador é julgador e quer fazer um terceiro turno da eleição, eu não posso permitir.

É por isso, Presidente, com todo o respeito, que a minha questão de ordem é a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para concluir. Uma vez que a gente pediu verificação e não estava presente o quórum, o Regimento é claro, a regra é clara: deve ser suspensa a sessão. Nada mais pode ser deliberado, nada mais pode ser feito. Então tudo, a partir daí, é nulo. Então, nós temos que encerrar esta reunião. Nós temos que enfrentar os nossos requerimentos e não seguir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos respeitar as normas, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não houve nenhuma deliberação aqui dos assuntos que V. Exa. está citando. V. Exa. está equivocada. Não houve deliberação. A nobre Deputada leia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve o prosseguimento da reunião. Não pode ter o prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prosseguimento não é deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não pode ter o prosseguimento antes... São as etapas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já tinha falado antes, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que após a leitura do plano de trabalho, eu iria encerrar a reunião.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E votaremos em uma próxima reunião, na terça-feira, às 10h10, na mesma sala.

Agora eu queria, nobre Deputada... A senhora é uma jovem, estudiosa, já vi que é uma regimentalista, junto com o Líder Barros. Eu não estou entendendo porque vocês estão trazendo para esta CPI tão cedo a peleja política do passado. Ninguém tocou neste assunto até então. Nós estamos aqui para defender, primeiro, a sociedade brasileira dos crimes que estão ocorrendo via internet, de *fake news*, pessoas utilizando perfis falsos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para poder dilapidar as pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso! O plano de trabalho já é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos chegar a uma terceira guerra mundial via tecnologia. Então, nós temos que cuidar da sociedade, nobre Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos deixar a querela política para o momento certo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, para contraditar!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, por favor respeite o regimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. já traz até as placas já, de censura. Nem começamos nada aqui ainda.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Censura é o que a oposição quer fazer ao nosso Presidente!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente para contraditar! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está encerrada a presente reunião do dia de hoje. Convocação firmada para às 10h10 da próxima terça-feira.

Fiquem com Deus, que é o nosso guia.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 03 E 04 DE SETEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Jose Mario Schreiner, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 884, de 2019 com a presença dos Parlamentares Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Plínio Valério, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Flávio Bolsonaro, Weverton, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Irajá, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Neri Geller, Sergio Souza, Paulo Bengtson, Nilto Tatto, Coronel Armando, Zé Vitor, Rodrigo Agostinho, Benes Leocádio, Beto Pereira, Pedro Lupion, Pr. Marco Feliciano, Igor Timo, Fred Costa, Pastor Eurico, Izalci Lucas, Major Olimpio, Delegado Pablo, Rodrigo de Castro, Acir Gurgacz, Luciano Ducci, Dr. Jaziel, Otoni de Paula, Felício Laterça, Bia Kicis, Claudio Cajado, Pastor Sargento Isidório, Jarbas Vasconcelos, Gonzaga Patriota, Paulo Paim, Léo Moraes, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Dr. Zacharias Calil, Joice Hasselmann, Dário Berger, Diego Garcia, João Roma, Marcos do Val, Angelo Coronel e Dr. Frederico. Deixam de comparecer os Parlamentares Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Nelson Barbudo, André de Paula, Aroldo Martins, Carlos Sampaio e André Figueiredo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e cinquenta minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia quatro de setembro de dois mil e dezenove. Reaberta a reunião, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 884, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em 03/09/2019 foi aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista. Lido o Relatório do Senador Irajá. Concedida vista coletiva da matéria. A Reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 04/09/2019. Em 04/09/2019 a reunião é reaberta. Lida a Complementação de Voto do Relator. Aprovado o Relatório do Senador Irajá, com as alterações propostas, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade da Medida Provisória nº 884, de 2019, quanto aos requisitos de relevância, urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela sua adequação orçamentária e financeira; pela rejeição das 35 emendas apresentadas; e, no mérito,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pela sua aprovação, com as disposições introduzidas pelo Relator, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Jose Mario Schreiner

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 884, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/04>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Boa tarde a todos e todas, Srs. Deputados, Srs. Senadores!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 884, de 2019.

ITEM 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 884, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Deputado Nelson Barbudo

Relatório: pela aprovação nos termos do PLV que apresenta.

Já passo a palavra ao Relator, Senador Irajá Abreu, para que ele proceda à leitura do relatório.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Presidente, Deputado Jose Mario, Deputados e Senadores presentes, imprensa que vem acompanhando atentamente o debate em torno da Medida Provisória 884, inicialmente quero agradecer a confiança de toda a Frente Parlamentar da Agricultura, que me incumbiu dessa tarefa de poder relatar uma medida provisória tão importante e esperada por produtores de todo o País.

Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, para a gente poder dar a celeridade devida e também a oportunidade para que os Parlamentares que assim entenderem poderem também fazer uso da palavra.

Análise.

Dividimos a nossa análise em seis eixos.

Da admissibilidade.

A urgência e a relevância da Medida Provisória são evidentes tendo em vista que, sem a alteração proposta, milhares de produtores rurais serão lançados indevidamente na ilegalidade.

Também foi atendido o requisito disposto no art. 2º, §1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, por meio do envio, pelo Poder Executivo, da Mensagem nº 249, de 2019, e da Exposição de Motivos nº 00041/2019-MAPA-MMA da Medida Provisória.

Dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A MPV 884, de 2019, trata de matéria que se insere na competência legislativa da União, nos termos dos incisos VI e VIII do art. 24 e também do art. 225 da Constituição Federal, além de não incorrer em qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo §1º do art. 62 do Texto Constitucional. A técnica legislativa da medida provisória é adequada, e não há óbices quanto à sua juridicidade.

Da adequação orçamentária e financeira.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Conforme consignado na Nota Técnica nº 19/2019, elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal sobre a Medida Provisória nº 884, de 2019, trata-se de norma para tornar obrigatória a inscrição em registro público existente (CAR), o que não gera despesa para a União, não configurando afronta às leis orçamentárias em vigor.

Do mérito.

É imperioso render loas ao conteúdo da MPV nº 884, de 2019. As razões evocadas na exposição de motivos são cristalinas, sobretudo, a marginalização a que seriam lançados produtores rurais que não consigam se registrar no Cadastro Ambiental Rural por motivos alheios à sua vontade e esforços, como nos casos em que o Poder Público é ausente, omissos ou silentes. Como bem justificado pelo Poder Executivo, "existem regiões que ainda não conseguiram integral adesão dos produtores rurais ao CAR, principalmente no tocante aos pequenos proprietários em áreas como o Nordeste brasileiro, onde a assistência técnica, acessibilidade e efetividade das políticas públicas não alcançam essa classe de produtores".

Não poderíamos consentir com a flagrante injustiça trazida a esses produtores pela redação atual da Lei nº 12.651, de 2012. Nesse sentido, nada mais acertado que manter o CAR um registro permanentemente aberto, de modo a não restringir as possibilidades e vantagens de registro no Cadastro.

Das emendas.

Várias emendas propostas cuidam de temas estranhos ao objeto da MPV nº 884, de 2019, que é tratar do prazo de adesão ao CAR. Dessa forma, não é necessário adentrar no seu mérito. São as Emendas nºs 10, 33 e 34. Relembre-se que, no ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.127, firmou o entendimento de que o Congresso Nacional não pode mais incluir, em medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, emendas parlamentares que não tenham pertinência temática com a norma.

No que tange ao mérito, passamos a analisar as demais emendas.

As Emendas nºs 1, 5, 7, 18, 19, 20 e 35 visam a estabelecer prazo limite para a inscrição dos imóveis rurais no CAR, de forma diversa ao que pretende a MPV. Portanto, entendemos que não merecem ser acatadas.

A Emenda nº 2 pretende a revogação da MPV e não merece ser aprovada.

A Emenda nº 3 estabelece que os órgãos ambientais competentes serão os responsáveis por atualizar os dados do CAR. Trata-se de tema meritório e que poderia complementar a pretensão da MPV nº 884, de 2019. Entretanto, devemos rejeitá-la por não apresentar os requisitos essenciais de admissibilidade quanto à urgência e relevância. Trata-se de matéria que deve ser proposta via processo legislativo ordinário.

Equivalente raciocínio se estende à Emenda nº 4, que visa a dispensar de inscrição no CAR os imóveis públicos nos quais são desenvolvidas atividades de interesse social ou utilidade coletiva, à exceção dos quais for exigido licenciamento ambiental. Não seria devido se aproveitar do procedimento sumário de tramitação da MPV para emplacar essa pretensão, que merece a apreciação criteriosa do Parlamento nas vias ordinárias de deliberação.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Avaliamos que compartilham do mesmo problema as demais emendas e, ainda que busquem aperfeiçoar as regras do Código Florestal, fogem do objetivo precípua da MPV, que é unicamente tratar do prazo de adesão ao CAR previsto no §3º do art. 29 da Lei, dada a relevância e urgência dessa medida.

Em suma, entendemos como necessária a rejeição das 35 emendas apresentadas.

Das disposições introduzidas pelo Relator.

A redação original do §3º do art. 29 da Lei 12.651, de 2012, dispõe que a inscrição no CAR “será” obrigatória para todas propriedades e posses rurais, enquanto essa obrigatoriedade já é uma realidade, ensejando um pequeno ajuste redacional relacionado ao verbo “ser”. Além disso, para reforçar o caráter de permanência da obrigação da inscrição no CAR, explicitamos que o prazo é indeterminado.

Também no tema de regularização da situação de imóveis rurais, é relevante e urgente solucionar divergência atual entre os cartórios na interpretação da Lei 13.838, de 4 de junho de 2019, considerando que, em afronta à vontade do legislador, parte dos registradores de imóveis têm interpretado restritivamente a lei, tirando-lhe a eficácia.

A Lei 13.838 foi aprovada com a intenção de remover a exigência burocrática de anuência dos confrontantes, quando da indicação das informações de georreferenciamento nos registros de imóveis rurais, tendo em conta que se trata de mera tradução de linguagem das informações contidas em título de propriedade preexistente, sem alterar o direito de propriedade.

Portanto, a alteração da Lei 6.015, de 1973, aqui proposta, vai ao encontro da finalidade da Medida Provisória, pois a possibilidade de regularização registral traz transparência e segurança jurídica para o Cadastro Ambiental Rural.

Voto.

Pelo exposto, votamos:

- i) pela admissibilidade da Medida Provisória nº 884, de 2019, quanto aos requisitos de relevância, urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa;
- ii) pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 884;
- iii) pela rejeição das 35 emendas apresentadas; e
- iv) pela aprovação da Medida Provisória nº 884, de 2019, com as disposições introduzidas pelo Relator, na forma do projeto de lei de conversão que foi tornado público.

Acredito que o projeto de lei de conversão já seja do conhecimento dos Parlamentares e também das assessorias de cada gabinete.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Senador Irajá, pela leitura do relatório.

Eu coloco em discussão a matéria.

Temos um orador inscrito, Deputado Nilto Tatto.

Depois, falará o Deputado Rodrigo Agostinho.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Presidente, o Deputado Jose Mario Schreiner, e o Senador Irajá.

Cumprimento os meus colegas aqui, o Deputado Rodrigo Agostinho e meu Líder, Deputado Zarattini.

Nós estamos tomando conhecimento do relatório agora.

Quero parabenizar o esforço do Senador Irajá, que, nesta conjuntura em que a gente está vivendo, dedicou um tempo para a elaboração desse relatório.

Presidente, esse é um tema... Já houve a outra medida provisória, que chegou a ser votada, inclusive, na Câmara, mas que não chegou a tempo para ser votada no Senado. Houve um debate grande dentro da Câmara. Foram dois dias de debate, foram duas sessões, uma de dez horas e outra de 12 horas. Mas ali também havia muitas emendas que foram incorporadas.

Então, agora, aqui, o Senador Irajá está trabalhando para ser o mais enxuto possível. Todos nós sabemos o quanto é importante a gente ter a prorrogação do CAR, até em função do debate que nós fizemos quando veio da outra medida provisória, porque ainda existe uma parcela de proprietários no Brasil que não conseguiram cumprir isso dentro do prazo.

Por isso, o ideal, como a gente já defendia naquele momento – e nós não teríamos problema nenhum, era possível haver consenso entre 100% dos Deputados e Senadores das duas Casas –, seria que a gente trabalhasse só na perspectiva de prorrogar por mais um tempo; assim, a gente não faria mudanças no Código Florestal.

Eu estou lendo o relatório agora e vejo um problema sério já no primeiro artigo, que é o que trata da prorrogação, da forma, inclusive, como veio do Executivo. Perde-se, talvez, a essência do CAR. O CAR é um dos principais instrumentos que a gente tem no Código Florestal, e todos sabem da importância que teve esse debate sobre o Código Florestal, o quanto que ele mobilizou todos os setores da sociedade. Não estou falando só da bancada da agropecuária ou da dos ambientalistas. Essa discussão envolveu e mobilizou toda a sociedade.

A gente não poderia, como foi um debate muito importante... Por isso, nós dizemos assim: chegou um instrumento, que é o cadastro, que serve para que o Estado tenha a possibilidade de pensar o conjunto de políticas públicas para a agricultura brasileira, independentemente do tamanho dela. É uma coisa que, em determinado momento, a gente tinha de resolver, para a gente ter esse cadastro. Então, nós não teríamos problema algum em simplesmente prorrogar o prazo e seguir no caminho de construir e resolver.

E aí vinculadas ao CAR estão todas as políticas de apoio à agricultura. Então, o proprietário não é obrigado a se cadastrar, mas, se ele não se cadastrar, se ele não entender o quanto é importante o Poder Público – o Estado tem de saber quantos são os proprietários, o tamanho da área, como é que ela está, se ela está adequada à legislação do ponto de vista do planejamento de um país ou de um Estado e das políticas públicas –, ou seja, se a pessoa não entender, ela não pode receber determinados benefícios. Não é que haja uma punição. Ela não recebe os benefícios que aqueles que contribuem com o Estado prestando informações podem vir a receber.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, o CAR vinha neste sentido de fazer políticas não para perseguir, mas para incentivar, para o bem do conjunto da sociedade. O CAR era esse instrumento.

(Soa a campanha.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Então, se ele viesse só nesse caminho, seria tranquilo, mas aqui se coloca... De certa forma, desobriga para sempre, mas abre a possibilidade de que quem não se cadastrar tenha o benefício das políticas. Então, esse é um problema sério.

Outro problema é esse outro artigo, que eu estou querendo entender um pouco mais. Por isso, nós vamos precisar debater. Ele abre aqui que eu posso, na minha propriedade, delimitar um espaço, desenhar no mapa uma área e cadastrar lá. E, se o Estado não vier fiscalizar, não tiver condições de ir lá computar, mesmo que eu tenha colocado além da minha propriedade, mesmo que eu tenha desenhado um espaço diferente daquele que é a minha propriedade, por erro ou por intenção – podemos pensar em alguns locais da Amazônia –, eu posso, de repente, utilizar aquela propriedade para ela entrar no cômputo daquilo que eu deixo de reserva legal, de APP e assim por diante. Com isso, eu posso incentivar, de repente... Eu posso desmatar um pouco mais do que eu tenho na minha propriedade, do que eu poderia, porque, no desenho, a conta vai modificar, vai ser outra.

Como a gente pegou o relatório agora – peço até para o Relator aqui esclarecer –, então, eu queria aqui propor o seguinte. Há outro debate também, que é o fato de haver a reedição de uma medida provisória com o mesmo teor, com o mesmo objetivo. Já há até uma resolução do STF, que já disse que não pode. E nós não tivemos a oportunidade, Presidente, de fazer um debate em audiência pública. Então, são dois artigos que suscitam um debate, sobre os quais é preciso fazer um debate mais amplo, para isso não ficar só restrito entre nós. Há essa questão da constitucionalidade, com que nós também temos que arcar.

Então, eu queria aqui propor, Presidente, que a gente organizasse pelo menos uma ou duas audiências públicas para poder debater em cima do texto enxuto, da forma como está aqui, e tentar construir um relatório de consenso nesse período. Com isso, a gente ganha tempo depois, dentro do Plenário. A gente ganha tempo dentro do Plenário se a gente construir um texto de consenso aqui.

Então, peço pelo menos para a gente fazer duas audiências públicas. Então, já peço vista, para a gente tentar organizar pelo menos duas audiências públicas, em função dessas questões, por mais que o texto esteja enxuto. E aí eu quero parabenizar, porque isso foca o debate e ajuda a gente a construir um texto que pode ter consenso, para a gente não precisar ter todo aquele desgaste que a gente teve da outra vez e poder aprovar rapidamente dentro da Câmara e do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Deputado Nilto Tatto. Passo a palavra para o Deputado Rodrigo Agostinho. Depois, o Relator pode sanar as dúvidas que surgirem.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Para discutir.) – Quero, antes de tudo, cumprimentar o Presidente, Deputado Jose Mario Schreiner, e o Relator, Senador Irajá.

Eu acho que há algo que a gente precisa parabenizar no que diz respeito ao não acolhimento das emendas, das 35 emendas que iam desfigurar por completo o texto.

Nós precisamos, na verdade, de que os brasileiros façam adesão ao cadastro. Nós temos um problema fundiário no Brasil que data do início da nossa colonização, quando o Brasil foi repartido em sesmarias, nas capitânicas hereditárias, enfim, depois nas sesmarias, e, de lá para cá, vimos repetindo erros sistemáticos no que diz respeito à nossa regularização fundiária.

Acho que a gente conseguiu avançar do ponto de vista de não ter toda aquela colcha de retalhos, todos aqueles jabutis, mas eu, particularmente, acho que, em relação ao Cadastro Ambiental Rural, a partir do momento em que a gente tira o prazo do CAR, o PRA também fica sem prazo. O §2º do art. 59 do Código Florestal amarra o prazo do PRA no CAR. Então, eu, particularmente, acho que a gente precisava tentar avançar numa solução para isso.

Eu tenho muita clareza de que, devido à complexidade territorial do Brasil, vai levar tempo para que todo mundo consiga se cadastrar, mas acho muito ruim não haver um prazo de adesão ao PRA. Não é um prazo para que as pessoas se regularizem, mas para que as pessoas façam a adesão ao PRA. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que me causa um pouco de espanto, é a gente mudar a Lei de Registros Públicos, de 1973, no seu art. 213, dentro dessa medida provisória do Código Florestal. Acho que a gente precisa avançar muito no que diz respeito à questão da regularização fundiária. Nós temos um problema seriíssimo de grilagem de terras. Hoje, a maior parte do desmatamento na Amazônia é feito em terra pública não destinada. As pessoas estão avançando e conseguindo cadastrar terra pública como se fosse terra privada. E a gente precisa avançar. Eu não sei se a redação do art. 213 dispensando a necessidade das assinaturas dos confrontantes resolveria esse tipo de problema. Eu acho que a gente precisava avançar um pouco mais.

Eu não sei se, nesta medida provisória, a gente deveria mexer em algo que não diz respeito ao Código Florestal, que diz respeito à questão de terras, mas que não diz respeito ao Código Florestal.

Eu faço essas duas observações.

Eu acho que a gente avançou do ponto de vista de maturidade, ao entender a necessidade de haver um prazo mais dilatado no que diz respeito ao CAR, ao entender a complexidade do nosso Território nacional, a complexidade do Brasil. Há regiões inteiras do Brasil que não têm assistência técnica rural nenhuma. Isso é um problema muito grave! A gente tem um dos maiores centros de tecnologia do mundo, que é a Embrapa, mas não há alguém que vá à ponta prestar assistência técnica em grandes regiões do Brasil.

Eu acho que, em face da grande dificuldade notarial, da dificuldade de regularização fundiária, muitas pessoas têm realmente dificuldade em fazer inscrição, por mais simples que seja o sistema do CAR, mas eu vejo que a gente tem um problema aqui. Se a gente não amarrar o PRA, a gente vai ter problemas. E há a questão de a gente incluir uma mudança na lei de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

registros públicos, que eu acho que tem que avançar. Nós estamos falando de uma lei de 1973, que é um pouco uma colcha de retalhos, porque outras coisas já foram alteradas ao longo do tempo. Mas eu acho muito complicado aproveitar isso.

Eu faço coro com o Deputado Nilto Tatto: a gente precisava ter um tempo para poder amadurecer isso. Se possível, que a gente faça pelo menos um debate, pelo menos uma audiência, para poder discutir esse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Deputado Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, do nosso querido Estado do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu vou na mesma linha do companheiro que me antecedeu, do Deputado, para falar sobre essa complexidade de fazer legislação no Brasil, com o tamanho que é o Brasil, com as diferenças regionais.

Imaginem fazer legislação sobre a questão da terra! Quem viveu os últimos tempos, o grande conflito... Eu acho que, na Constituinte de 1988, fluiu um pacto em todas as áreas, nós fizemos uma Constituição muito importante para o Brasil, que é produto da conquista da democracia, do desenvolvimento, inclusive fazendo chegarem governos, fazendo Estados sociais, avançando em políticas públicas importantes no Brasil. Mas, na Constituinte de 1988, o maior conflito se deu exatamente na questão da terra. O grande conflito lá foi a questão da terra, principalmente sobre a função social da terra, etc., com os diferentes biomas, com as diferentes questões regionais. Só dentro Amazônia, há diferenças de Estado para Estado.

Por mais competente que seja... O nosso Relator é competente, tem experiência na área, vem de um Estado eminentemente agrícola, rural. Eu acho que o Irajá está preparado para fazer uma legislação nesse sentido com a sua relatoria. Mas eu chamo a atenção para a complexidade que existe principalmente na Amazônia. Ele próprio sabe que os nossos Estados estão conjuntamente ali, mas, só para mostrar a diferença na questão da exploração, lembro que, no Tocantins, vigora a Lei 6.535 e, no Pará, vigora a Lei 8.020. Então, são algumas diferenças entre vizinhos, estando um perto do outro. O que nos separa são os Rios Araguaia e Tocantins.

Então, eu acho que é preciso dar um tempo.

Seu relatório vai ao encontro de um conjunto de coisas, mas é preciso fluir o conhecimento de todos os nossos Parlamentares, com a nossa experiência, para ajudarmos a fazer uma legislação capaz de solucionar esse problema.

Vocês veem aí que estamos fazendo essa discussão num grande momento da questão da Amazônia. O próprio Presidente já está fazendo *mea culpa* de que ele entrou errado na discussão sobre a Amazônia.

Então, a ideia é debater mais e analisar mais. Com toda a competência com que você fez o seu relatório, a chance de a gente contribuir mais é importante, para a gente fazer uma legislação capaz de solucionar esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu passo a palavra ao Relator, Senador Irajá Abreu.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Primeiro, eu queria agradecer as palavras ao Nilto Tatto, ao Rodrigo Agostinho e ao meu amigo Paulo Rocha, que está com a gente no Senado Federal.

Primeiro, Mario, eu queria agradecer a compreensão dos Parlamentares. Foram 35 emendas apresentadas. Na maior parte dessas emendas, houve ótimas sugestões, sugestões propositivas, mas, por uma questão até de estratégia e de acordo, a gente optou por fazer esse texto mais enxuto, dado a experiência que nós tivemos na outra MP, que, infelizmente, não avançou e acabou vencendo, caducando aqui no Senado Federal.

Então, não poderíamos incorrer no mesmo erro que cometemos em outra oportunidade, em que houve dezenas de outras emendas sobre temas diversos e controversos, e isso impossibilitou que a MP pudesse ser votada no Senado Federal.

Então, eu quero, neste primeiro momento, agradecer a compreensão de todos os que apresentaram as suas emendas.

O segundo ponto importante para falarmos é a relevância do Cadastro Ambiental Rural no País. Imaginem vocês que, antes de 2014, nós não tínhamos nenhum banco de dados confiável no País sobre o que acontecia dentro das propriedades. Essa é a verdade. Nós utilizávamos, Paulo, o IBGE para poder fazer esse levantamento em campo, em cada uma das propriedades brasileiras. Em que pese o IBGE ser um instituto sólido e confiável, esse era um trabalho feito por amostragem. Não era um trabalho feito com absoluta transparência e confiabilidade como se faz hoje no Cadastro Ambiental Rural.

Então, o CAR passou a ser usado de 2014 para cá, Jose Mario, ou seja, há cinco anos apenas. E foi um período de teste, porque a gente não sabia se ia dar certo. Ao longo desse período, a gente descobriu que é uma ferramenta extraordinária de controle e também de fiscalização por parte dos órgãos ambientais, como o Ibama.

Os órgãos ambientais de cada um dos nossos Estados passam a adotar, então, o CAR como uma plataforma com dados confiáveis, atualizados, com absoluta transparência do que há dentro da propriedade rural. É um raio-X de tudo que há de reserva legal, do que há de área de preservação permanente, do que se está explorando com a atividade de grãos ou de carne ou de piscicultura ou de fruticultura. Então, a gente passou a verificar, com mais precisão, o que acontece no Brasil, na vida real dos produtores rurais brasileiros, desde os pequenos, dos agricultores da reforma agrária, ao médio, até à agricultura empresarial.

Então, na minha humilde avaliação, eu tenho o CAR como um instrumento bem sucedido, que funcionou como um instrumento de controle e de fiscalização ambiental em todo o País.

O CAR foi tão eficiente que ele passou também a ser utilizado pelos bancos, pelas instituições financeiras que financiam a produção brasileira desde os custeios, que é muito comum na atividade de todos os anos, até as linhas de crédito de investimentos, que são de longo prazo, de cinco anos ou até mais, de dez anos, de oito anos. O próprio CAR passou também a ser essa plataforma de planejamento econômico, porque os bancos passaram a





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

enxergar no CAR um instrumento de segurança jurídica, que tem dados confiáveis, e passaram, então, a exigir que os produtores o fizessem. Isso foi muito bem colocado aqui pelo Deputado Nilto, que falou que o produtor passou a ser estimulado para poder ser financiado por esses bancos. Os bancos públicos e também os nossos bancos privados o adotaram.

Então, são dois instrumentos importantes. A gente precisa fazer esse reconhecimento do trabalho que aconteceu em todo o País.

Quando a gente trata da MP 884, para torná-lo obrigatório, nós vamos apenas consolidar uma situação que é real, porque, se o CAR já está presente na vida dos produtores e dos órgãos licenciadores, os órgãos ambientais e de fiscalização, então, nós entendemos que ele funcionou, que ele foi eficaz. Então, é mais do que justo que ele se torne algo contínuo e obrigatório. Por isso, veio na redação da MP a necessidade de o produtor fazê-lo, porque os prazos vêm sendo modificados de forma frequente. Eles vencem, e aí se prorroga por mais ano; aí vence o ano, e se prorroga por mais outro ano. Então, se ele está sendo bem utilizado por todos, então, por que a gente não pode adotá-lo como um instrumento permanente e obrigatório?

Por isso, o parecer vai nesta direção de que a gente possa adotá-lo de forma contínua.

Eu gosto sempre de usar esse exemplo, Jose Mario, para as pessoas que não são do meio rural... Ninguém é obrigado a saber disso. Inclusive, nas entrevistas que eu tive a oportunidade de fazer, eu sempre o comparo ao Imposto de Renda. Todo cidadão brasileiro tem que, anualmente, declarar o Imposto de Renda da Pessoa Física, tem que dizer o que ele ganha, o que ele gasta. Isso já é uma coisa rotineira nas nossas vidas. Esse CAR passa a ser como se fosse o Imposto de Renda da propriedade rural, em que o produtor tem que dizer o que ele tem de reserva, o que ele tem de APP, se ele está devendo. Às vezes, ele pode dever também, porque ele tem um passivo ambiental. E aí ele pode, em alguns programas, ter a oportunidade de se regularizar por compensação ou por recuperação na propriedade ou por cotas ambientais. Aí o Código Florestal veio para poder regulamentar situações semelhantes.

Com relação à preocupação do Deputado Rodrigo – e eu acho que é pertinente – sobre o Programa de Regularização Ambiental, precisamos deixar muito claro, Rodrigo, que aqui não tratamos do PRA, aqui nós estamos tratando só do Cadastro Ambiental Rural.

A todo momento, alguém me questiona: "Ah, mas isto aqui é uma anistia!". Não há anistia aqui, gente, nesse texto. Não há essa palavra, não há essa intenção, não há aqui um artigo que trate de perdão de dívida ou de obrigações ambientais dos produtores. Não há essa possibilidade. Aqui nós estamos tratando única e exclusivamente do CAR.

Agora, se o PRA utiliza as informações do CAR, aí o PRA, sim, precisa dizer qual é o prazo, se é de um ano, se é de dois anos ou de três anos, enfim. Aí nós vamos, em outra oportunidade, legislar e dizer se o PRA precisa ser algo provisório, se precisa de um prazo estabelecido para que os produtores que têm o seu passivo ambiental se regularizem. Agora, a gente não pode misturar o joio com o trigo aqui, fazer uma coisa atrelada à outra. O CAR é o CAR; o PRA é o PRA. Então, nós estamos tratando basicamente aqui do Cadastro Ambiental Rural.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu queria dar aqui, Jose Mario, essas contribuições. Eu estou à disposição para fazer todos os esclarecimentos, para tirar todas as dúvidas que forem pertinentes, para poder esclarecer, porque eu acho que aqui está todo mundo com um pensamento convergente. Alguns detalhes precisam ser ajustados, Paulo, mas eu acho que está todo mundo aqui determinado a fazer com que o CAR permaneça este instrumento confiável de controle e fiscalização ambiental das propriedades brasileiras.

Então, são essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Com a palavra o Deputado Rodrigo Agostinho.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP. Para discutir.) – Eu vou ser bem breve.

Realmente, eu queria concordar com o Relator no que diz respeito a não existência, nesse texto, de isenções, de anistias, nada disso. Com isso eu concordo plenamente. O que a gente tinha no outro? A partir do momento em que se definiam marcos legais, um calendário para a definição do que seria a reserva legal prevista desde o Código Florestal de 1934 para cada um dos biomas brasileiros, ali, sim, estava se estabelecendo uma anistia. Pelos cálculos do Observatório do Código Florestal, a gente estaria falando em quase seis milhões de hectares de área que não seriam passíveis de recuperação. Em relação a isso, há concordância.

O problema para o qual estou alertando é que o §2º do art. 59 do Código Florestal, a Lei 12.651 – trata-se do §2º do art. 59 –, amarra o prazo do PRA no CAR. Então, o Código Florestal também não fala num prazo para o PRA, mas fala para o CAR. Na hora em que você tira o prazo do CAR, fica sem prazo para o PRA. Eu não sei se não seria razoável, por exemplo, definir que, a partir do momento em que você fez a adesão ao CAR, a qualquer momento, fica um prazo de até dois anos para que você faça a adesão ao PRA.

Então, o que eu estou propondo é algo para definir um prazo para que a pessoa pelo menos faça a adesão ao processo de regularização. Por quê? Porque a gente sabe que a recuperação ambiental de uma reserva legal, de uma APP, é demorada, mas a pessoa tem que, em determinado momento, assumir esse compromisso. Hoje, com essa redação, o §2º do art. 59 estaria solto no ar, e não haveria mais esse tipo de prazo. Então, essa é a minha sugestão em relação a isso.

Em relação ao segundo artigo, que muda o §17 do art. 213 da Lei de Registros Públicos, de 1973, eu tenho dúvidas se essa redação é a melhor redação. Em relação a isso, nós estamos mexendo em um tema que não é o tema dessa medida provisória, estamos mexendo na Lei de Registros Públicos. Eu não sei se, do ponto de vista cartorial, isso teria implicações ou não.

Na época de se conceber o CAR, na época da regulamentação do CAR, em um primeiro momento acharam que todas as propriedades tinham de ser georreferenciadas; depois, perceberam que isso é muito caro, que ia inviabilizar. Aí depois falaram de marcar um ponto, de marcar dois pontos. Aí houve quem fez georreferenciamento em um sentido, e, depois, resolveram mudar o sentido: era sentido horário e virou sentido anti-horário, ou vice-versa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, na hora em que a gente dispensa a assinatura dos vizinhos, eu não sei se a gente não cria um problema de mais conflito, porque uma mera declaração... Está aqui no texto: "[...] bastando a declaração do requerente interessado de que respeitou os limites e as confrontações". Eu não sei se uma mera declaração resolveria isso. Às vezes, numa propriedade muito grande, obviamente o próprio proprietário tem dúvida se aquela cerca está no lugar certo, se aquele limite está exatamente no lugar certo. Há limites naturais no Brasil que mudam. A gente sabe que há rio que vai um metro para lá em um ano e que volta dois metros no outro ano. Então, eu não sei, com muita sinceridade, se a simples dispensa da assinatura de confrontantes resolveria esse problema fundiário que a gente tem no Brasil.

Acho que, em relação ao primeiro artigo, a gente tem acordo sobre a questão do CAR, mas falta a gente resolver esse problema do PRA, porque senão vai ficar solto.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Passo a palavra para o Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Deputado Rodrigo, veja bem: o que acontece com o georreferenciamento? Eu acho que foram tirados todos os equívocos que aconteceram no passado, mas foi uma medida extremamente importante, porque as medições das propriedades antigas eram medições imprecisas. Existiam títulos paroquiais que utilizavam como referência os azimutes, havia títulos paroquiais que usavam como referência a cabeça do córrego tal com a montanha não sei das quantas, uma árvore. Então, eram as medidas da época. Não existia a tecnologia que nós temos hoje. Então, a adoção do georreferenciamento, na minha avaliação, foi um grande avanço, porque se corrigiram as distorções das áreas em todo o País. Isso, é claro, promoveu segurança jurídica aos proprietários, principalmente aos proprietários. No papel, o proprietário dizia que tinha uma propriedade de 100ha, e, quando se ia lá fazer a medida do georreferenciamento, verificava-se que a propriedade tinha 80ha ou 120ha. Sempre houve essas distorções para mais ou para menos. Então, o georreferenciamento, na minha avaliação, foi uma medida extremamente preciosa.

Não bastasse a implementação do georreferenciamento, adotou-se um rito extremamente rigoroso do georreferenciamento. Quando o produtor vai lá para fazer o georreferenciamento, ele precisa contratar um agrimensor com ART registrada – há um técnico habilitado para fazer esse trabalho. Ele tem que ir às divisas e cravar os marcos, que, para efeito comparativo, é o mesmo que a gente dizer na cidade que é um muro. Se você vai ao terreno do seu vizinho e constrói um muro, se você fizer o muro do lado errado, o vizinho vai lá, e isso pode dar até em morte, porque vira briga. Então, não se admite isso.

No caso da área rural, os marcos, que são feitos de concreto, delimitam as divisas físicas entre as propriedades. Então, quando você vai lá e crava um marco no lugar errado, o vizinho vai lá e já identifica logo que você o está colocando no lugar errado. Não é isso, Paulo?

Então, existe esse componente de segurança: o agrimensor que assina o ART, a responsabilidade técnica, os marcos; o Incra faz toda a checagem do trabalho técnico que é feito,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com a tecnologia de alta precisão, que é o georreferenciamento, que tem uma margem de erro de 1cm a 2cm apenas, o que é desprezível; e o Incra vai e valida se o trabalho feito pelo agrimensor, os marcos cravados e todas as peças e imagens estão corretas, se não está havendo sobreposição de áreas, porque, como o Deputado Rodrigo falou, é um problema sério quando você tem conflitos ali de áreas entre vizinhos.

Então o trabalho do geo – eu só estou contando essa história, Rodrigo, para contextualizar – é um procedimento extremamente rigoroso e detalhista: há o agrimensor, há os marcos, há o Incra que confirma se está tudo bem feito. Depois de confirmado tudo isso, é que o cidadão, de posse do seu geo, validado pelo Incra, vai ao cartório para averbar na matrícula do seu imóvel o geo.

Era nesse momento que os cartórios estavam exigindo que esse cidadão saísse atrás dos vizinhos de fazenda, das propriedades, para coletar com eles um papel, uma declaração, dizendo que concordavam. O problema – o que estava ocorrendo? – é que os vizinhos, às vezes por uma questão de ordem pessoal, não estavam assinando a carta. Eu não vou nem entrar em detalhes aqui do nível de briga que isso gerou e do mercado paralelo que, inclusive, criaram em torno disso. Então é como se todo o trabalho técnico que foi realizado não tivesse validade. Eu mesmo já assinei várias cartas para vizinhos meus e não fui confirmar se estava certo, se estava errado. A verdade é essa, na prática, porque quem sou eu para dizer se o Incra está correto, se o agrimensor está correto? Então os cartórios de todo o Brasil exigiam isso.

Bem, foi sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro agora, dia 4 de junho de 2019, a Lei 13.838 – ela foi apresentada lá na Câmara dos Deputados, há cinco anos, tramitou durante esse período, foi aprovada por unanimidade aqui no Senado Federal, e o Presidente a sancionou –, que dispensa as cartas de confrontação. Isso já é uma lei. Só que o que estava acontecendo, Rodrigo? Por isso a ideia de poder elucidar isso aqui no texto da medida provisória. Havia cartório que estava dispensando, ou seja, cumprindo o que a lei determina, e havia cartório que não estava cumprindo, porque a alteração dessa lei é no art. 176, e havia cartório usando o art. 213, que é de uma outra lei, para poder usar como justificativa a exigência das cartas de confrontação. Então a ideia aqui é apenas elucidar isso.

Nós fizemos até uma consulta ao CNJ. Eu quero até encaminhar aos gabinetes uma orientação do CNJ, que nós provocamos, em que o CNJ se manifestou pedindo – orientando, na verdade, não é pedindo –, orientando que os cartórios seguissem o que a lei determina.

Então nós apenas, para poder dar mais segurança jurídica e transparência ao geo, que é um instrumento necessário para fazer o CAR, pedimos que isso fosse esclarecido aqui dentro do texto para não haver cartório cumprindo e cartório não cumprindo. A ideia foi apenas dar clareza a essa lei, que já está em vigor, e dizer que o próprio CNJ, eu quero encaminhar a vocês, fez essa recomendação.

Até o Zé Mário uma vez me deu um testemunho – não é, Zé? – de uma situação lá no Estado de Goiás. Eu gostaria que você pudesse falar dessa situação que aconteceu lá em Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria aqui só fazer alguns comentários em relação a essa Medida Provisória 884. Ela foi amplamente debatida na Câmara Federal, através da 867, um debate muito profundo.

Os Deputados que aqui já se pronunciaram deram esse testemunho sobre o debate profundo exatamente porque ela trouxe ali muitos assuntos que, entenderam muitos, não eram devidamente conectados com o eixo da medida provisória. Com isso, nós perdemos o prazo. O Senado Federal não conseguiu votar, e essa medida provisória perdeu o seu efeito.

Agora, vem a 884, que trata do CAR, que é extremamente importante. Sobre o CAR, acho que todos os que me antecederam colocaram, e o Deputado Nilto Tatto colocou uma coisa bastante verdadeira ao dizer que a régua do CAR é debaixo para cima. Ela não castiga, ela não penaliza, mas ela dá direitos. Então, eu penso que todo o sistema devia ser isto: não medir com a régua rasa, mas, sim, do meio para cima, para que as coisas possam avançar. E o CAR trata exatamente disso.

No que diz respeito à matéria dos cartórios, ao artigo que trata dos cartórios, eu penso que nós temos de ter a boa-fé nas pessoas que fazem uma declaração. Eu já tive acesso a várias medições do CAR, a sobreposições, na declaração do CAR, do que o produtor declarou e da realidade da sua propriedade, e é algo que dá realmente uma radiografia completa não só das propriedades, mas de todos os Estados e de todo o Brasil. Portanto, o CAR hoje é um processo de identificação que eu acredito que não haja nenhum país do mundo que tenha, com um banco de dados tão eficiente como o que nós temos. O CAR dá uma radiografia exata do que acontece no meio rural.

E isso tem servido para políticas públicas importantes. Eu vou dar o exemplo aqui de um processo que foi lançado agora, com os Estados de Goiás e do Mato Grosso, que é aquele processo de nós estarmos recuperando as nascentes do Rio Araguaia, um dos rios mais importantes do Brasil. Quem deu as ferramentas necessárias para que a gente pudesse estartar um programa daquele tamanho? Foi o CAR, o Cadastro Ambiental Rural. Ali se pode ver, nos Municípios do Estado de Goiás, que é o meu Estado, e também no Estado do Mato Grosso, onde se precisa de uma intervenção.

E também esse projeto visa, Senador Irajá, exatamente àquilo que a gente imagina, que é um processo que podemos desenvolver a quatro mãos; não aquele projeto de comando e controle, "se não fizer, vou te multar". Não; somos todos nós construindo em prol do meio ambiente. Portanto, ele é extremamente necessário.

No que diz respeito ao georreferenciamento, sobre o artigo que o Senador Irajá se referiu, trata-se de algo extremamente importante, porque quem vive no meio rural sabe da dificuldade hoje de trabalharmos o georreferenciamento. Muitas propriedades que estão em inventário estão praticamente impossibilitadas, porque não há ali ninguém que responda por aquela propriedade. E isso impossibilita centenas, milhares de propriedades de poderem fazer o seu georreferenciamento e, conseqüentemente, ter acesso ao CAR, porque o georreferenciamento é uma ferramenta necessária para que os produtores possam ter acesso ao CAR. Se eu não conseguir resolver a questão do georreferenciamento, eu não tenho acesso ao CAR e, como o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

próprio Deputado Nilto Tatto colocou, não tenho acesso a políticas públicas. Então, todos esses processos são conectados.

Quanto ao sistema cartorial – eu vivo isso no Estado de Goiás –, muitos cartórios não aceitam essa última lei que foi sancionada. Já procuramos a Procuradoria-Geral de Justiça e a própria Corregedoria-Geral do Estado para que isso seja estabelecido, mas eu penso que esse artigo colocado vai dar uma clareza muito maior, e realmente teremos os processos declaratórios.

Para finalizar aqui a minha fala, eu penso que, quando o proprietário declara o perímetro da sua área, nós temos que acreditar na boa-fé do cidadão. O Estado – nós todos, autoridades, mas principalmente o Estado – não pode olhar para o empreendedor com desconfiança, não pode olhar a pessoa com desconfiança, o empreendedor. E, sim, autodeclaração; esse é o processo em que nós temos que caminhar no Brasil. Nós temos que acreditar no empreendedor, seja ele do meio rural, seja ele do meio urbano, e é claro ter leis para poder punir aqueles que não cumprem as regras. É muito mais fácil você penalizar 1% que talvez não cumpra as regras do que penalizar 99% com burocracia. Esse é o processo em que a gente precisa caminhar.

São essas as colocações que eu queria fazer.

Eu quero perguntar se mais algum Deputado, mais algum Senador quer fazer a sua colocação.

Eu queria muito colocar esse depoimento da sobre a questão da declaração do georreferenciamento, porque realmente a gente vê coisas horrorosas, fazendo com que muitas propriedades não possam avançar, não possam ser transferidas, enfim, em função de questões que os vizinhos ou aquelas pessoas que são vizinhas da propriedade criam de dificuldades para que a pessoa possa ter o seu georreferenciamento e, conseqüentemente, o seu CAR.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, diante das propostas que foram colocadas, uma vez que o Relator se colocou à disposição de continuar o debate, qual é o encaminhamento da Mesa diante das propostas colocadas?

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Olha, nós temos uma questão de tempo. Nós sabemos disso. Tanto o Senado Federal como a Câmara Federal precisam ter a responsabilidade de ver aprovada a 884, que diz respeito ao CAR, para que nós não penalizemos milhares de produtores rurais, de pequenas propriedades, assentamentos, médias propriedades e grandes propriedades.

Por isso, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Declaro suspensa a presente reunião...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Só um instante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – O senhor já está decidindo o encaminhamento, e eu queria fazer uma proposta de mediação aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Pelo que eu consultei na nossa assessoria, nós teríamos até o dia 21/09 para completar o trabalho da Comissão mista. Portanto, há tempo de, vamos dizer, continuar com o aprofundamento do debate.

Qual era a sugestão para a Presidência? Que a gente fizesse uma audiência pública na próxima semana. Na terça-feira, parece-me que aqui vai haver uma comissão geral no Plenário da Câmara. Dia 10 é terça-feira?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Então, se for no dia 9, a gente faria uma audiência pública aqui colocando todas as partes – técnicos, empresários e a experiência do campo. Seria uma audiência pública na terça-feira, e na quarta-feira voltaria de novo para o Relator. Aí se daria o prazo de vista e se entraria imediatamente em votação. Se é dia 21, conforme informação da assessoria...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Eu insisto...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... nós temos o papel de devolver para a Câmara até o dia 23.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Não, até dia 23, a Câmara tem que votar.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Eu penso que...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Só caduca em 11 de outubro. Então temos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Eu vou insistir numa tese de que essa matéria do CAR foi amplamente discutida. Houve debates de dez horas, doze horas no Plenário. E tudo aquilo que tinha sido agregado foi retirado dessa medida provisória.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, eu posso falar pela intervenção dos dois, diferentemente da outra vez, e o Senado fez isso, mas o nosso objetivo aqui não é provocar, por esse processo de debate, provocar a caducidade. Muito pelo contrário, nós estamos envolvidos em querer contribuir para aprovar. Conforme o que o Relator disse, é fundamental, é estratégica a questão do CAR para a regularização fundiária no nosso País. Agora, que é complicada essa legislação é, para a gente dar conta de resolver os problemas do País.

Por isso, é um pedido de aprofundamento maior. E eu acho que há tempo suficiente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – A Câmara discutiu exaustivamente. Já o Senado Federal não teve essa oportunidade, porque realmente a matéria chegou de última hora. Agora, na Câmara nós pudemos discuti-la com muita profundidade.

Quer falar, Nilto?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem.) – Deputado Jose Mario, como eu disse na outra intervenção, de fato nós dialogamos e conversamos com bastante profundidade; mas era outro texto. Aqui é um outro texto, de que a gente está tomando conhecimento hoje.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então este texto aqui, da forma como ele está, Senador Irajá, é importante que a gente faça um debate para ter um entendimento, pelo menos uma audiência pública. Pelo menos uma audiência pública, para a gente poder ouvir não só a nós aqui, mas também ouvir outros especialistas, porque é outro texto. Não é porque a gente... Quando da discussão do Código Florestal, também houve um debate muito amplo. Aqui não se está simplesmente prorrogando, aqui se estão embutindo outras questões que carecem de um debate, até para poder dar mais segurança para o próprio Relator. Da forma como está aqui, é muito difícil a gente votar, porque não está muito claro. Eu acho que é possível a gente, em uma audiência pública, tentar um texto de consenso. E aí a gente ganha tempo lá no Plenário.

Eu não estou... Confesso aqui, não está clara para mim, por exemplo, essa novidade que há aqui no inciso XVII, no art. 213. Não estou completamente esclarecido. Não está suficientemente esclarecido.

Então acho que, como um meio-termo daquilo que eu tinha proposto, Deputado Jose Mario, é possível fazer isso que o Senador Paulo Rocha está propondo. De repente a gente faz a audiência pública na terça-feira, e aí é possível votar já na quarta-feira, se a gente chegar a um texto consensual.

Eu volto a insistir: nós deveríamos centrar força aqui em prorrogar, não em embutir outras questões aqui dentro. Se a gente quiser resolver outras questões, aí ela necessita de um debate muito mais amplo.

Como é que a gente resolve? É uma medida provisória que é para resolver o problema daqueles que não se cadastraram ainda e precisam acessar as políticas públicas. Por isso que também precisa haver prazo, inclusive, porque senão a gente vai criar uma regra penalizando quem fez a lição de casa, e nós não devemos fazer isso. Se nós temos o CAR como uma política positiva, da régua para cima, como o senhor diz, Presidente, então nós não podemos agora penalizar aqueles que fizeram o esforço de entrar no cadastro, dando acesso, da régua para cima, às políticas públicas para aqueles que não fizeram o esforço de entrar no cadastro.

Então, eu acho que é possível, sim, a gente chegar a um texto de consenso e ganhar tempo depois no Plenário; ganhar tempo na Câmara e ganhar tempo do Senado.

Eu queria até concordar com essa proposta de meio-termo que o Senador Paulo Rocha fez. Fazemos uma audiência semana que vem e, ato contínuo, votamos depois o relatório.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Eu só queria, Deputado Nilto Tatto, colocar: o CAR foi amplamente discutido na 867. A questão do artigo do Relator – e aqui eu faço as vezes dele – de colocar as questões do cartório é que, sem eu ter o georreferenciamento, eu não consigo ter acesso ao CAR. Repito: sem o georreferenciamento, eu não consigo ter acesso ao CAR. E, na forma como está hoje, muitos cartórios não aceitam aquilo que foi aprovado e foi sancionado pelo Presidente da República.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É claro que é uma matéria que diz respeito à questão cartorial, mas ela é necessária, porque senão nós vamos aqui aprovar uma medida provisória, que é a do CAR, que é muito importante, mas milhares de produtores vão ficar de fora de novo.

Então, eu faço um apelo aqui para que possa haver esse entendimento, para que a gente possa tocar a matéria em frente.

Passo a palavra à Líder no Congresso, a Deputada Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Obrigada, Presidente, Relator, senhores.

Eu queria fazer um apelo, Presidente.

Nós vimos aí que, nas últimas semanas, nós perdemos medidas provisórias muito importantes para o Brasil, que causam prejuízos ao nosso País, justamente porque algumas medidas provisórias, mesmo aprovadas nas Comissões Mistas de medida provisória, acabaram chegando com um tempo muito curto na Câmara e no Senado. É um direito também do Plenário da Câmara discutir as medidas provisórias e também um direito dos nossos Senadores.

Nós não estamos agora em fase de instrução da matéria. Como o senhor mesmo disse, essa matéria já foi amplamente discutida. É hora de votação da matéria.

Então, o meu apelo, Presidente, é para que seja concedido o pedido de vista e a suspensão da reunião, para que nós votemos esse texto amanhã.

Eu quero lembrar a todos também de que nós temos, no Senado, a reforma da previdência, que vai tomar muito tempo de discussão no Plenário, votação em dois turnos. Nós não podemos correr o risco de novo. Vejam que a Medida Provisória 882, tão importante para o Brasil, porque traria dinheiro de investimento externo, acabou caducando, e outras importantes. Nós não podemos deixar que essa Medida Provisória 884 corra esse risco.

Então, eu apelo aos Senadores, aos Deputados, aos nobres colegas, para que nós pensemos no País como um todo. Essa medida provisória não é a única a ser discutida. Nós temos – de novo – reforma da previdência, essa medida provisória, e nós temos a discussão que tem que ser feita nas duas Casas. Então, esse prazo minimamente é importante tanto para a Câmara quanto para o Senado, Presidente.

Senador Irajá, parabéns pelo seu relatório, excepcional! Presidente, parabéns pela condução!

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Líder.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. Pela ordem.) – Posso pedir vista conjunta com o Deputado Nilto Tatto? Vista conjunta, então. Já pediram vista? Posso pedir?

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Já foi pedido, mas V. Exa. incorporando, sem dúvida nenhuma, a vista fica mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – ... mais robusta. *(Risos.)*

Deputado Rodrigo Agostinho.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – Após essa parceria histórica... *(Risos.)*

Presidente, antes de qualquer coisa, quero cumprimentar a Deputada Joice pela presença e dizer que a gente realmente ficou contente com o relatório do Senador Irajá no que diz respeito ao não acolhimento daquele monte de jabuti, que eram as 35 emendas. Algumas coisas são relevantes, outras não. O momento talvez não seja oportuno para a gente debater tudo isso, até porque o Código Florestal é fruto de um longo amadurecimento, um grande debate que houve nesta Casa entre ruralistas e ambientalistas, que resultou naquele texto. E eu nunca imaginei que eu fosse defender aquele texto como defendo hoje.

Acho que a gente tem duas questões, de maneira muito clara. Uma é a mudança na lei de cartórios públicos, para corroborar com a lei que foi aprovada agora, da liberdade econômica. O CAR, Presidente Jose Mario, não exige o georreferenciamento da propriedade. O mundo ideal é que toda propriedade fosse georreferenciada. É o mundo ideal. Isso resolveria o problema que a gente tem de sobreposição de áreas privadas, terras indígenas, unidades de conservação, terra privada com terra privada. A gente tem regiões do País em que há o segundo e o terceiro andar em cada Município. O georreferenciamento resolve, mas a gente sabe que ele tem um custo elevado. Nem todo proprietário consegue fazer, os pequenos muito menos.

Temos uma outra questão, que é o art. 1º, que diz respeito ao CAR. Se houver uma decisão política desta Casa Legislativa de que o CAR não tenha mais prazo, essa é uma decisão política que vai ser consubstanciada no texto legal, mas a gente fica com um vazio, que é a definição do PRA. Então, quero fazer esse apelo, essa sugestão, para que nesse prazo da suspensão dessa reunião, nesse prazo do pedido de vista, a gente procure encontrar um texto simples que resolva isso, senão nós não vamos ter mais a história do Programa de Regularização Ambiental amarrado ao CAR.

Então, quero fazer esse apelo. Acho que a gente pode, sim, encontrar uma redação que resolva isso, para a gente poder avançar com esse texto em Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Pela ordem.) – Eu senti que a presença da Liderança do Governo veio engatar o trator aqui, o que não é bom neste debate. Então, proponho que o pedido de vista coletiva seja feito para que a votação, em vez de ser amanhã, seja na terça-feira, em uma demonstração de boa vontade para a gente arredondar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Olha, eu quero aqui insistir mais uma vez, e vou voltar ao georreferenciamento, Deputado Rodrigo Agostinho. Quem são os maiores penalizados por não terem o seu georreferenciamento? São as pequenas propriedades, em que o Estado ficou responsável por fazer, e nunca fez. Então, este é o momento em que nós também temos que falar algumas coisas que às vezes não vêm à tona. Os maiores proprietários todos fizeram, com mais dificuldade ou com menos dificuldade, catando assinatura de vizinho. Agora, quem é penalizado? Os menores proprietários. Essa é uma realidade que a gente tem





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que conhecer, é o Brasil real. Uma coisa é usar a tribuna para falar e agradar; outra coisa é o Brasil real que acontece. E são essas pessoas que não têm política pública, não têm assistência técnica, não têm acesso ao crédito do Pronaf. Então, quando a gente pensa, a gente tem que pensar no conjunto.

Por isso, eu faço um apelo a vocês: que a gente possa estudar essa matéria e chegar ao fim dela o mais breve possível. Eu sei que o nosso Relator está aberto ao diálogo.

Por isso, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para amanhã, dia 4 de setembro, obedecendo ao nosso Regimento, às 14h30, neste mesmo local.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 51 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 884, de 2019.

Informo que, no dia 3 de setembro, foi feita a leitura do relatório do Senador Irajá, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Com isso, eu passo a palavra ao Relator, Senador Irajá, para as suas considerações, haja vista que houve alguns ajustes no relatório que agora o Senador Irajá estará expondo às Sras. e Srs. Deputados e às Sras. e Srs. Senadores.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, imprensa, todos os membros da FPA também aqui presentes, todo o setor produtivo também representado aqui pelas entidades de classe.

Eu vou, se V. Exa. me permitir, Sr. Presidente, direto ao voto, dada a continuidade da nossa reunião de ontem.

O voto.

Pelo exposto, votamos pela admissibilidade da Medida Provisória 884, de 2019, quanto aos requisitos de relevância, urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa; pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória 884, de 2019; pela rejeição das 35 emendas apresentadas; e pela aprovação da Medida Provisória nº 884, de 2019, com as disposições introduzidas pelo Relator, na forma do seguinte projeto de lei de conversão.

Em síntese, Sr. Presidente, eu gostaria, primeiramente, de lhe agradecer pela competência em conseguir mediar aqui um amplo debate e um amplo acordo com os Parlamentares que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

estavam presentes na reunião de ontem, que fizeram ponderações importantes, considerações que iriam agregar dentro do texto.

Nesse debate que V. Exa. mediu junto com esses Parlamentares, nós conseguimos chegar a um amplo acordo e, com isso, nós praticamente pacificamos essa votação, acredito eu, dada essa contemporização de todos os interesses, de todas as sugestões, de todas as críticas construtivas que foram conversadas desde ontem até o dia de hoje, de forma bastante exaustiva, o que resultou nesse parecer, que já está com os Srs. Parlamentares, já está publicado, que, diferentemente do texto de ontem, traz dois itens apenas inovadores.

Primeiro, foi o atendimento ao prazo do PRA (Programa de Regularização Ambiental), que ficou estabelecido no §4º, e aqui eu vou ler, para que possa ser acompanhado por todos: "Os proprietários possuidores dos imóveis rurais que se inscreverem no CAR até o dia 31 de dezembro de 2020 terão direito à adesão ao Programa de Regularização Ambiental [...]".

No art. 59:

A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental – PRAs de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo.

§1º Na regulamentação dos PRAs, a União estabelecerá normas de caráter geral, incumbindo-se aos Estados e ao Distrito Federal o detalhamento por meio da edição de normas de caráter específico [...], conforme preceitua o art. 24 da Constituição Federal.

§2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que deve ser requerida até 2 (dois) anos, a partir da data de inscrição no CAR, observado o disposto no §4º [...].

Então, aqui a gente fez todo o arcabouço jurídico para poder contemplar o prazo, conforme o acordo feito e mediado pelo nosso Presidente Jose Mario.

E o segundo ponto inovador em relação ao texto de ontem é o §7º, que diz: "Caso os Estados e o Distrito Federal não implantem o PRA, até 31 de dezembro de 2020, o proprietário ou possuidor de imóvel rural poderá aderir ao PRA implantado pela União, observado o disposto no §2º".

Então, em resumo, são apenas esses dois ajustes.

Eu quero me prontificar a poder esclarecer as eventuais dúvidas que surgirem, mas eu fiquei bastante animado, achei que construímos um bom acordo, para que pudéssemos, dentro do prazo hábil regimental, encaminhar essa matéria, que é importante para os produtores, é importante para o meio ambiente, que ganha com a consolidação do CAR como um grande instrumento de controle e fiscalização ambiental. Quem ganha é o País.

Então, são essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Obrigado, Senador Irajá.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero aqui agradecer também pela acolhida às sugestões que foram dadas por vários Deputados, Senadores na nossa reunião de ontem. V. Exa. acatou de pronto, depois de entender esse processo, e trouxe para este momento em que nós estamos. Aqui também há esse entendimento.

Aqui também eu quero parabenizá-lo pela condução desse brilhante relatório que está em face de nossa apreciação.

Com isso, eu passo a palavra aos Senadores e Deputados que estão inscritos aqui.

O primeiro inscrito é o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Presidente, de posse do encaminhamento com que nós concordamos ontem ao final, dadas as questões que nós colocávamos, até de necessidade de audiência pública, com o encaminhamento que foi dado, acabamos contando com a boa vontade do nosso Relator em dialogar, atendendo as nossas...

Quero agradecer, inclusive, ao Irajá.

Eu falo Irajá, Presidente, porque nós temos uma relação de amizade, por isso eu dispense o nome de Senador, mas ele sabe que eu o respeito como um grande Senador.

Eu queria só fazer uma observação, Irajá, porque aí você conquista o voto nosso de toda a bancada.

No art. 59, eu acho que, para ficar mais preciso, falta uma frase ali depois de "A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de posses e propriedades rurais". Aí falta aquela parte que trata de algumas propriedades que têm peculiaridades. Então, estou dando uma sugestão de você colocar, acrescentar aí uma vírgula, "com as peculiaridades", "as propriedades rurais, com algumas peculiaridades", porque aí você sabe quais são: a questão cultural, no caso dos quilombolas, ou situações diferenciadas em termos ambientais, como áreas de Resex, etc.

Então, eu acho que essa frase completaria, digamos assim, o objetivo inclusive seu, como Relator dessa legislação.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Paulo, só uma consulta: "respeitadas as peculiaridades" ou "ressalvadas as peculiaridades"?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – "Na regulamentação dos PRAs, a União estabelecerá normas de caráter geral, incumbindo-se aos Estados e ao Distrito Federal o detalhamento por meio da edição de normas de caráter específico, em razão de suas peculiaridades [...]". Esse era um texto que nós tínhamos, mas, dentro do seu texto, ficaria assim: "A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental - PRAs de posses e propriedades rurais, com as peculiaridades específicas, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo". É uma frase da questão da peculiaridade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Se não quer explicitar "peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais", entendeu?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Eu já fiz a consulta aqui à equipe legislativa e eles estão plenamente de acordo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Correto. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Acatada a sugestão, em discussão. Em discussão.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Pois não, Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para discutir.) – Ainda permanece aqui a dúvida com relação ao art. 213, 17. Ontem nós tínhamos comentado que não deveria ser tratado, não deveria ser objeto desse relatório aqui, na medida em que... Esse aqui que é... Eu entendi... Estou falando assim: eu entendi a questão técnica do momento da atualização, mas a minha dúvida é que... Aqui ainda estou com dúvida. Essa ala abre a possibilidade de ser um instrumento para se apropriar de terras públicas, na hora de fazer...

Então, eu estou falando. Como não é um texto, eu tenho essa dúvida aqui ainda de se a gente não deveria deixar isto aqui, porque ele não é objeto. Ele pode chegar lá, no Plenário, e ter problema lá, no Plenário, na medida em que a medida provisória está incorporando um outro problema que precisa ser discutido, e deveria ser buscado um outro caminho que não nessa medida provisória.

Para não ser incorporado, não ser taxado lá de jabuti, de repente...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Deputado...

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Entendeu? Faz-se todo um esforço aqui, aí chega lá...

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Tudo bem.

Deputado Nilto Tatto, eu vou aqui tomar a liberdade de responder em parte – depois o Relator pode completar –, mas a verdade é aquilo que eu já disse ontem, vou reafirmar aqui hoje: a dificuldade enorme que os produtores rurais tinham, muitas vezes, em conseguir a assinatura dos vizinhos ou dos lindeiros. Cada região do Brasil adota um nome; lá no Sul mesmo é lindeiro, é vizinho, enfim, confrontantes. Muitos confrontantes, até de forma eu diria anômala, prejudicavam propriedades que às vezes estavam em processo de divisão. Também não havia quem assinasse, e isso levava muito produtores a ter uma dificuldade enorme para ter ali o seu georreferenciamento realizado, que é extremamente importante para qualquer tarefa, inclusive para fazer o CAR.

Essa lei que foi idealizada pelo Senador Irajá já foi sancionada pelo Presidente da República, dispensa a assinatura dos confrontantes. O.k. Isso já foi sancionado e já está em vigor. O que acontece é que muitos cartórios do Brasil não aceitam. Inclusive, há até uma determinação do CNJ para que os cartórios aceitem isso, mas muitos cartórios relutam em aceitar essa determinada lei.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, esse é mais um instrumento para que o georreferenciamento possa ser realizado e, conseqüentemente, também nós tenhamos o CAR realizado. E digo mais: vamos supor, ocupação de área pública. Que interesse existe de uma pessoa em fazer o georreferenciamento de uma área pública se ele não tem o documento de origem. Ele pode perder dinheiro fazendo um georreferenciamento ou querendo fazer o CAR, porque o que vale mesmo é o título de propriedade.

Então, eu penso que é o momento adequado aqui – e concordo plenamente com o Relator da matéria – de nós facilitarmos a vida do produtor, principalmente dos assentados, dos pequenos produtores, das pequenas propriedades, porque o Estado ficou responsável por realizar esse trabalho do georreferenciamento, e não o fez até hoje. E não conheço um Estado brasileiro que tenha realizado o georreferenciamento dos proprietários abaixo de quatro módulos fiscais, inclusive o meu, do Estado de Goiás. Talvez agora, com o Governador Caiado, que conhece o assunto e sabe dele, a gente consiga avançar.

Então, é uma ferramenta bastante importante para nós simplificarmos e darmos dignidade a esses produtores que não têm o seu georreferenciamento, não têm o seu CAR, para terem acesso a políticas públicas no nosso País.

Se você quiser complementar, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Se me permitir também, Deputado Nilto Tatto, apenas para colaborar com os argumentos do Presidente Jose Mario, esse assunto já foi pacificado na Lei 13.838, deste ano, de 2019. Foi inclusive sancionado pelo Presidente em abril.

Na semana passada, o CNJ baixou uma resolução – eu quero encaminhar a V. Exa., até para conhecimento mesmo, para colaborar com aquilo de que estamos tratando –, orientando todos os cartórios do Brasil a cumprirem essa lei, embora isso não fosse necessário, porque a lei é para ser cumprida, não é? Senão, não haveria necessidade de a gente existir aqui. Mas havia cartórios que estavam obedecendo e cartórios que estavam excepcionando a eficácia da lei. Então, a gente provocou o CNJ, e ele publicou uma orientação aos cartórios de todo o Brasil, para que pudessem respeitar essa lei.

Então, aqui, nós apenas estamos ratificando uma lei existente para que caia por terra essa dúvida de ter cartório que respeita, de ter cartório que não respeita. É apenas esse o objetivo.

E é claro que isso tem conexão com o tema, porque a gente precisa das áreas medidas com o georreferenciamento para que se dê transparência e também precisão às informações do CAR, porque, do contrário, ficam dados imprecisos.

Então, são temas convergentes.

Eram essas as considerações, só para contribuir com a sua dúvida.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Só para dialogar, tirar uma dúvida...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Mas só um detalhe: isso não tem nada a ver com titulação de terra, não entra em questão de titulação, não entra na esfera de domínio da área de posse, absolutamente. Uma coisa não tem nada a ver com a outra, só para tranquilizar V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Na Lei de Registro de Imóveis, isso não está resolvido, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Está num artigo.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Está num artigo, o art. 176, que é o que essa lei, que está em vigor, alterou e que tem cartório que está obedecendo. Os cartórios que não estão obedecendo estão usando como pretexto o art. 213.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Eu vou na linha, só para...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Sim.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para discutir.) – Eu entendi perfeitamente aqui a justificativa do Relator e também do Presidente, do porquê de estar isto aqui, mas permanece a dúvida. Eu volto a dizer, permanece a dúvida, apesar da explicação do Presidente. Para mim não é impedimento agora, então, tocar isto aqui, mas porque nós temos tempo também. Aí, se esclarecer, e a gente tiver outro entendimento, eu sei que é possível a gente depois acordar e lá no Plenário a gente até resolver se, por acaso... Acho que isso é possível de a gente fazer.

Então, especificamente sobre isto aqui, para mim, então...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, por último.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu já dialoguei aqui com o nosso Senador Heinze... É "Heinze" ou "Hainze"?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Senador Paulo Rocha, em alemão verdadeiro é "Hainze", e o português chama de "Heinze".

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – Então, é o seguinte: eu acho que há uma lacuna aí – viu, Nilto? –, que o Relator já me fez uma explicação aqui, mas eu vou publicizar aqui, diante da conversa que nós tivemos ali, que não colide aqui os interesses entre o grande e o pequeno, que é um parágrafo lá que faltou constar, e já tinha chegado às mãos do Relator. Ele me deu uma explicação aqui para ver de que forma a gente busca.

"Será de responsabilidade do órgão fundiário competente a inscrição dos assentamentos de reforma agrária no CAR, por meio de registro de seu perímetro, se couber, de lotes individuais". O que acontece? Precisa-se da regularização dentro do assentamento dos lotes individualizados, para o cara ter acesso às políticas públicas de financiamento, etc. O Relator está me explicando aqui que a assessoria dele justificou que haveria dificuldade, poderia virar letra morta, porque o Incra é obrigado a fazer licitação ou previsão orçamentária para poder atender esses lotes, etc.

Então, eu acho que tinha que se buscar uma saída para que o órgão fosse obrigado. Claro que as obrigações dos órgãos, depois o orçamento e a licitação são previstos no orçamento do próprio órgão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para discutir.) – Não, pela legislação, quando você já não tem definido o título, ela é uma propriedade só e é do Incra. Ela é tratada como uma propriedade única. Aliás, todo assentamento, inclusive a propriedade como um todo é definida, inclusive a reserva legal, a APP e tal, ela já é definida. Então, ela não pode ser condição.

A mesma coisa um território quilombola; na verdade, ele é enquadrado. Aliás, a grande maioria, Presidente, dos assentamentos, a grande maioria mesmo – eu estou falando – hoje é uma propriedade única; não tem ainda a sua divisão dos lotes regularizada.

Então, nós vamos colocar, eu diria, cerca de 90% dos assentamentos de reforma agrária sem a possibilidade dos benefícios do ponto de vista da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Não, se for aguardar. Então, por isso que estou falando: se a gente não incluir, eles não vão cadastrar, porque o Incra não vai ser obrigado a fazer, e aí nós vamos colocar todos eles fora dos benefícios do PRA – a mesma coisa com os territórios quilombolas.

Então, a gente precisa... Está entendendo? E vai estar muito longe, até por falta de recurso, para você ter a definição dos lotes tudo certo. Então, Senador Paulo Rocha, nós temos que encontrar uma saída aqui, porque são 90% dos assentamentos, e os territórios quilombolas também na mesma situação.

E eu queria só aproveitar, Presidente, Relator... Há uma outra coisa aqui, só uma dúvida que também... Há uma outra dúvida que o senhor acabou não lendo. Aí, no próprio §4º também, esse que nós estamos discutindo aqui, quando, ali no final... "[...] sendo que a convocação prevista [tá-tá-tá] [...] deverá ocorrer no prazo de 3 (três) dias úteis, que, se ultrapassado, implicará os efeitos previstos nos §§4º e 5º do art. 59 e a regularidade ambiental da propriedade". Eu não consegui entender isso, se o proprietário não atender o chamamento do Poder Público...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Não, eu quero entender aqui. É isto que eu estou falando: eu quero entender para ver se não é aquilo que eu, de repente, estou imaginando, que se o cara não o fez em três dias, o Poder Público não acionou, e aí perde-se o efeito da própria lei aqui, da própria... Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Então, vai.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Deputado Nilto, o Relator...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Aqui, só para esclarecer, é o inverso. Aqui, você está estabelecendo, depois que o cidadão aderiu ao Programa de Regularização Ambiental, o órgão ambiental... Aí foi estabelecido um prazo para que o órgão ambiental possa consolidar a sua situação no PRA, porque, do contrário, fica à revelia, não é? Pode fazer, ou pode não fazer nunca.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, aqui é apenas um prazo que foi estabelecido para que o órgão confirme a sua adesão no PRA – apenas isso.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – E esse tempo é razoável?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Hoje, quando você dá entrada no CAR, que é sistêmico, você tem a opção lá, é automático: "Você adere ao PRA, 'sim' ou 'não'?". Aí o produtor faz a opção, se ele precisa ou não. Se ele tiver passivo, ele tem que aderir; se ele não tiver, aí está resolvida a vida dele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Eu posso só... Só para a gente ler junto?

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Pode ler.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Para a gente ler junto aqui: "Os proprietários e possuidores dos imóveis rurais que os inscreverem no CAR até o dia 31 de dezembro de 2020 terão direito à adesão ao [...] (PRA), de que trata o art. 59, sendo que a convocação prevista no § 3º, do art. 59, deverá ocorrer no prazo de [...] 3 (três) dias úteis [...]".

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Qual é a dúvida?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Vamos lá:

Os proprietários e possuidores dos imóveis rurais que os inscreverem no CAR até o dia 31 de dezembro de 2020 terão direito à adesão ao [...] (PRA), de que trata o art. 59, sendo que a convocação prevista no § 3º, do art. 59, deverá ocorrer no prazo de [...] 3 (três) dias úteis, que, se ultrapassado, implicará os efeitos previstos nos §§ 4º e 5º, do art. 59, e a regularidade ambiental da propriedade.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Certo. E qual é a dúvida?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – A dúvida aqui é: se o Poder Público não conseguir atestar ali o registro do PRA nos três dias, em três dias de prazo, automaticamente, a propriedade está regularizada, mesmo que...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Não é regularizada.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Não é regularizada.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Não, está em dia. Eu falo assim...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Está consolidada a posição dela no PRA.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Ela está apta a receber os benefícios do Código Florestal e tal, não é? É isso?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Vou repetir: ela está consolidada dentro do Programa de Regularização Ambiental, porque não basta o cidadão fazer a opção de aderir; o órgão tem que confirmar, tem que consolidar. Então, é para essa consolidação dentro do Programa de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Regularização Ambiental que foi estabelecido um prazo de até três dias para o órgão confirmá-lo dentro do PRA – apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Deixa eu falar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Deputado Nilto Tatto, é o seguinte: o que diz esse artigo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – O que diz esse artigo, Deputado Nilto Tatto, é que ele cumpriu a parte dele de fazer o CAR. Isso não quer dizer que o CAR está correto ou não está correto – a conferência é feita depois. Ele cumpriu a obrigação dele de fazer o CAR. A questão é que ele cumpriu a parte dele de prestar contas. Agora, se o imposto de renda está o.k. ou não, nós só vamos receber a notificação da Receita Federal – fazendo uma analogia aqui – lá na frente. Entendeu? Então, ele entregou o imposto de renda.

Vamos em frente, gente. A discussão está em aberto.

Não havendo mais quem queira discutir... *(Pausa.)*

Aquela dúvida do Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA. Para discutir.) – Você tira essa dúvida? Eu deixei escrita aí, fala da obrigação do Incra regularizar individualmente, dentro do assentamento, o CAR.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – É aquela leitura mais longa aqui. Senador Paulo Rocha.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Senador Paulo Rocha, eu tinha acolhido essa sugestão de V. Exa., porque eu acho que é extremamente pertinente, e realmente é obrigação do Governo fazer o CAR para os nossos assentados, a agricultura familiar, mas o que a nossa equipe do Legislativo ponderou é a restrição, porque não há dotação orçamentária, previsão de dotação orçamentária no Incra para executar esse CAR. Então, isso não seria pertinente por esse único motivo. Foi só por essa razão que eu não acolhi essa sugestão de V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA. Para discutir.) – A assessoria...

Se está na obrigação do órgão como um todo ou do Ministério, é obrigação do órgão prever o seu orçamento anual, inclusive essas tarefas do CAR individualizado. Ele não precisa de licitação específica, etc. e tal. Está previsto dentro do orçamento do órgão como um todo.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Bom, foram essas as considerações que foram feitas.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Bom, eu vou passar aqui a palavra para o último inscrito, o Zé Vitor, e para essas dúvidas nós temos a discussão no Plenário, nós poderemos discutir os destaques e tudo mais. No mais, eu penso que, de ontem para hoje, nós avançamos muito, chegamos a um consenso.

A mim me parece que a gente está tentando aí achar uma perfeição. *(Fora do microfone.)*





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós temos ainda vários passos no Plenário da Câmara Federal, no Plenário do Senado Federal, e essas dúvidas podem ser sanadas com substitutivos ou com destaques.

Eu passo a palavra para o Deputado Zé Vitor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP - RS. *Fora do microfone.*) – Aceita, depois nós resolvemos no Plenário, se for o caso, se tiver outra posição. Aceita ali. Pronto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Deixa o Zé Vitor falar, por favor. Aí a gente resolve.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG. Para discutir.) – Bom, a minha intervenção aqui é rápida, Presidente, Senador Irajá.

O que eu entendo, falando sem nenhuma paixão aqui? Voltando ao art. 29, §4º, quando diz o seguinte: no prazo de três dias, se o órgão não se manifestar e tudo o mais. Eu não entendo que ele está regularizando a propriedade. Na verdade, ele está dizendo que o proprietário rural não está irregular. Ele não está regularizando definitivamente, mas está dizendo que ele não está irregular. É isso que eu estou entendendo do texto, sem nenhuma paixão, o.k.? Por isso, eu vejo que nós estamos numa redação correta.

Então, não sei se fui claro. Não acho que nós estamos regularizando; nós só estamos dizendo que ele não está irregular.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG) – Exatamente. Isso também.

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Olha, eu vejo que há assessores que estão querendo, às vezes, mudar o rumo da conversa. O que o Zé Vitor falou é a maior verdade. Nós temos um prazo para entregar declaração de renda: é 31 de abril. Eu entreguei a minha declaração de renda; eu cumpri com o meu papel com a Receita Federal. É isso que está sendo dito. Agora, se ela está regular ou não está, é uma análise depois que é realizada pelo órgão competente. Pronto. Só isso!

Está bom, então nós vamos discutir no Plenário.

Em relação à emenda do Paulo Rocha...

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Para discutir.) – Mas Presidente... Presidente... *(Pausa.)* Presidente, inclui aí.

Nós não podemos aceitar isso. De repente, vem uma imposição e fala: "Não estão previstos lá, no orçamento, os recursos". Aí nós perdemos a nossa prerrogativa de atender aquilo que a gente acha que é justo, de incluir os territórios quilombolas, os assentamentos de reforma agrária.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ninguém aqui é contra. Aí nós vamos lá. Agora, o orçamento tem que se adequar àquilo que a gente aprova aqui. Nós estamos invertendo aqui as prerrogativas, entendeu? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Está suspensa a reunião por cinco minutos para nós acabarmos de alinhar.

(Suspensa às 15 horas e 52 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jose Mario Schreiner. DEM - GO) – Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório com as alterações propostas pelo Relator, Senador Irajá.

Os Parlamentares que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a cada Deputado, Deputada, Senadores e Senadoras presentes.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 47 minutos e suspensa às 15 horas e 51 minutos do dia 03/09/2019, a reunião é reaberta às 15 horas e 19 minutos e encerrada às 15 horas e 57 minutos do dia 04/09/2019.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 886, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e hum minuto do dia quatorze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Parlamentares Arolde de Oliveira e Dra. Soraya Manato, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 886, de 2019, com a presença dos Parlamentares Simone Tebet, Dário Berger, Antonio Anastasia, Flávio Bolsonaro, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Telmário Mota, Magda Mofatto, Elias Vaz, João Roma, Adolfo Viana, Pedro Lupion, Túlio Gadêlha, Igor Timo, Toninho Wandscheer, Léo Moraes, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Juíza Selma, Bia Kicis, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Alvaro Dias, Weverton, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Marcos Rogério, Arthur Lira, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, André de Paula, Tadeu Alencar, Elmar Nascimento e Diego Garcia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e de Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleita Presidente a Deputada Dra. Soraya Manato e designado Relator o Senador Marcos Rogério. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Dra. Soraya Manato

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 886, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/14>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Havendo quórum, número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 886, de 2019.

Eu vim quase correndo lá de onde estava, na outra reunião. A lei física da ubiquidade não me permite estar ao mesmo tempo nos dois lugares. Então, eu peço desculpas porque ainda estou me recuperando, Lucas. O Senador Lucas estava lá na reunião.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Houve acordo. Então, eu comunico que há acordo de Lideranças para eleição da Mesa, tendo sido indicados para Presidente a Deputada Dra. Soraya Manato.

Consulto o Plenário se podemos fazer eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira se manifestar, vamos, então, fazer esta votação por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação, declaro eleita Presidente a Deputada Dra. Soraya Manato, a quem passo a Presidência logo em seguida.

Bom, eu faço parte também desta Comissão.

A matéria que vai ser tratada é da mais alta importância para o Governo, e é uma matéria de simples apreciação também aqui na Comissão.

Nós esperamos que a gente possa cumprir os prazos legais e regimentais para o encaminhamento do projeto final que sairá do Relator que será indicado pela Presidente, a quem passo a cadeira da Presidência neste momento.

Deus abençoe a senhora e a inspire em um bom mandato, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) – Boa tarde a todos!

Designo como Relator o Senador Marcos Rogério.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 04 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 886, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e hum minuto do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Deputada Dra. Soraya Manato, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 886, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Dário Berger, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Hercílio Coelho Diniz, Coronel Tadeu, Magda Mofatto, Rodrigo Agostinho, João Roma, Beto Pereira, Elmar Nascimento, Toninho Wandscheer, Capitão Wagner, Manuel Marcos, Paulo Azi, Paulo Paim, Acir Gurgacz, José Nelto, Pr. Marco Feliciano, Fred Costa, Eduardo Braide, Reginaldo Lopes, Bia Kicis, Luciano Ducci, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Parlamentares Simone Tebet, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Alvaro Dias, Flávio Bolsonaro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Arolde de Oliveira, Rogério Carvalho, Arthur Lira, Darcísio Perondi, Carlos Zarattini, André de Paula, Camilo Capiberibe, Adolfo Viana, Túlio Gadêlha e Diego Garcia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 886, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Marcos Rogério, que passa a constitui o Parecer da Comissão, o qual conclui pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 886, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com acolhimento da





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Emenda nº 82 e rejeição de todas as demais, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Aprovada a presente Ata, que será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputada Dra. Soraya Manato

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 886, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/17>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 886, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Senador Marcos Rogério, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, nobre Deputada Soraya Manato, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados Federais, primeiro, Sra. Presidente, queria fazer um registro de agradecimento a V. Exa. pela designação desta relatoria, uma importante medida provisória que trata de assuntos importantes para o Brasil, importantes para a organização do Poder Executivo Federal.

Confesso que foi um desafio grande preparar este relatório, preparar este voto, com todas as peculiaridades que envolviam a matéria. E faço um registro de agradecimento a V. Exa. que, no papel de Presidente desta Comissão, não se furtou a participar, inclusive, das reuniões de tratativas que estabelecemos com a presença da Consultoria do Senado Federal, com a presença de representantes do Poder Executivo, de empresas públicas e autarquias no sentido de a gente encaminhar as melhores soluções para o texto que foi apresentado, considerando as particularidades desta medida provisória.

Foi um desafio grande, foi uma missão espinhosa. Confesso que, no início, quando nos mandaram a MP e nos comunicaram da designação de presidência e relatoria, eu imaginei se tratar de uma matéria absolutamente simples, fácil, mas, no curso do enfrentamento dos temas, acabamos encontrando várias nuances que demandaram reflexão mais profunda, análise mais profunda do ponto de vista da tramitação formal, do conteúdo material, dos limites constitucionais, legais e regimentais. Mas, ao fim e ao cabo conseguimos encaminhar um parecer que sintetiza justamente a compreensão do que seja o mais adequado do ponto de vista constitucional, do ponto de vista legal, do ponto de vista da Lei nº 95/98, que é a nossa lei que rege o manual de redação normativo, e do ponto de vista regimental também.

Então, agradeço V. Exa. pela confiança e pela colaboração importante que deu no encaminhamento que tivemos para a elaboração deste parecer.

Como o voto está disponibilizado no sistema de comunicação do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, e à disposição de todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu peço vênia, com a permissão de V. Exa. para fazer a prolação apenas da parte dispositiva do voto e, assim, encaminharmos para a votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) – Autorizado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Agradeço V. Exa.

Diante do exposto, votamos pela presença dos requisitos constitucionais de relevância e urgência, bem como pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Provisória nº 886, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento da Emenda nº 82, e rejeição de todas as demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão a seguir.

Esse é o parecer, o voto que apresento, fazendo apenas um pedido de correção no sistema que fosse suprimido da ementa do parecer que apresento a expressão "a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998"; que seja suprimida da ficha de tramitação, porque essa matéria, especialmente, eu estou retirando do relatório. É a parte que trata do Coaf e, como nós temos uma nova MP que trata dessa matéria, inclusive num outro escopo, com outra abrangência, nós estamos então deixando de apreciar aqui, retirando da MP 886 para que não haja uma tramitação injurídica, posto que uma norma superveniente, uma norma posterior já modifica todo o objeto que está sendo tratado na MP 866.

Com essas ponderações, o voto é pela aprovação da Medida Provisória 886, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) – Em discussão a matéria.

A SRA. MAGDA MOFATTO (PL - GO) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) – Passo a palavra à Deputada Magda Mofatto.

A SRA. MAGDA MOFATTO (PL - GO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Deputada Soraya Manato, Senador Marcos Rogério, quero, antes de comentar sobre a medida provisória, dar os parabéns, mais uma vez, pela aprovação que eu assisti hoje, a sanção do Projeto de Lei nº 3715, de sua autoria, em que foi estendido o porte de arma dentro de toda a propriedade rural. É uma conquista muito grande, muito importante, que vem ao encontro de um anseio da sociedade. Desde 2005 o brasileiro foi às urnas para dizer "não" ao desarmamento, e este é um passo muito importante para muitos outros que virão ainda para a segurança do nosso País, dos nossos homens de bem, das nossas famílias, e eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para lhe dizer sobre isso.

Com certeza escolheram a pessoa certa para este projeto. Sua capacidade e competência mostram que realmente está fazendo da melhor maneira possível e com o apoio ao que o nosso País precisa. O meu comentário é este.

Parabéns pelo relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – Sra. Presidente, só para fazer um registro de agradecimento à nobre Deputada Magda Mofatto.

Nós chegamos juntos ao Parlamento Federal, na Câmara dos Deputados, tivemos uma convivência excelente, e tratando de pautas convergentes. E ela faz registro aqui, faz menção aqui a um projeto que nós apresentamos aqui no Senado Federal, foi aprovado aqui, posteriormente aprovado na Câmara dos Deputados, e hoje nós tivemos a alegria de o Presidente Bolsonaro, mesmo ainda em um processo de recuperação de uma cirurgia que fez recentemente...

A SRA. MAGDA MOFATTO (PL - GO. *Fora do microfone.*) – A primeira ação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – ... A primeira ação após a cirurgia foi o ato de sanção desse projeto de lei que estabelece a chamada posse estendida de arma de fogo para o setor rural. Foi um momento para mim muito especial e o registro que V. Exa. faz aqui me deixa ainda mais orgulhoso, porque é também o meu primeiro projeto aprovado e sancionado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Apresentei vários projetos, mas desse tive a alegria de ter a sanção do Presidente Jair Bolsonaro, e que garante segurança ao homem do campo duplamente: segurança porque tem a arma não só para ficar dentro de casa, a partir de agora pode usar em toda a extensão da propriedade rural, e segurança jurídica, porque, com a modelagem do Estatuto do Desarmamento hoje, se ele é pego com a arma transitando em algum canto da propriedade, ele é preso por porte ilegal de armas, o que é um absurdo, se a arma é para a proteção da vida e da propriedade.

Então, é um projeto que garante mais segurança ao homem do campo e eu queria deixar um registro de agradecimento a todos os Senadores, a todos os Deputados e, especialmente, ao Presidente da República por esse esforço que ele fez para sancionar esse projeto que é emblemático para o Brasil e para os brasileiros.

A SRA. MAGDA MOFATTO (PL - GO. *Fora do microfone.*) – E eu estava lá votando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (DEM - RO) – E V. Exa. estava lá votando pela aprovação e hoje participando do ato de sanção também.

Registro este agradecimento e agradeço também as considerações em relação ao relatório que apresentamos que é fruto, repito, de uma ação conjunta, colaborativa aqui com a nossa equipe técnica, com o nosso assessoramento técnico, os consultores, e, especialmente, reitero, a participação da Presidente da Comissão, a Deputada Soraya Manato.

Muito obrigado a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Soraya Manato. PSL - ES) – Parabéns, Senador. Realmente é um assunto muito importante para nós, que moramos em Estados que têm um alto índice de produtores rurais, isso vai dar segurança.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 887, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Carlos Zarattini e Pedro Lupion, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 887, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Juíza Selma, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Lucas Barreto, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Joice Hasselmann, Diego Andrade, Edio Lopes, Elias Vaz, Gustavo Fruet, Pr. Marco Feliciano, Igor Timo, Confúcio Moura, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Pastor Sargento Isidório, Angelo Coronel, Márcio Biolchi, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Delegado Pablo, Eduardo Costa, Paulo Paim, Rodrigo de Castro, Léo Moraes, Paulão, Da Vitoria, André Ferreira, Jayme Campos, Aline Gurgel, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil, Dr. Jaziel, Nelsinho Trad, Felício Laterça, Átila Lira, Hugo Motta, Kim Kataguirí e Lasier Martins. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Deputado Pedro Lupion para assumir a Vice-Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Pedro Lupion, Vice-Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Gustavo Fruet Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Pedro Lupion

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 887, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/21>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. PT - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 887, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, com a Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Vice-Presidente o Deputado Pedro Lupion.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Vice-Presidente o Deputado Pedro Lupion.

E passo a Presidência ao senhor para que conduza os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Deputado Zarattini pela condução dessa eleição.

Esclareço que a indicação da presidência desta Comissão de Medida Provisória cabe ao Partido Progressista do Senado Federal.

Não houve ainda essa indicação. Por isso, comando os trabalhos aqui, já designando como Relator o Deputado Federal Gustavo Fruet, do PDT do Paraná, para que se sente aqui à mesa.

Proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, acho que o senhor já vai votar a ata e encerrar, não é?

Mas antes de qualquer coisa, eu gostaria de fazer um alerta sobre essa medida provisória. É uma medida provisória que parece simplesmente uma autorização para prorrogação de contratos do Comando da Aeronáutica, relativos à construção de aviões de combate e de transporte. No caso, o projeto F-X2, que é desenvolvido em parceria com a Saab sueca, e também o projeto KC-390, que é o projeto que vem sendo desenvolvido em parceria com a Embraer.

São dois projetos importantíssimos para o Brasil e para a defesa do Brasil, que vem sofrendo com um retardo histórico.

Nos últimos dois anos, a escassez de recursos fez com que esse projeto tivesse sucessivos adiamentos e, com isso, chegássemos a esse ponto, de ter que refazer os contratos que tratam desses projetos.

Então, eu queria sugerir aqui, Presidente e Relator, Vice-Presidente no caso, mas que tem a importância do Presidente, e ao Relator Fruet, que a gente pudesse fazer uma audiência pública com o comandante da Aeronáutica e os oficiais que cuidam desse projeto para que nos colocassem a par do andamento das coisas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu sei que é um projeto ao qual, sem dúvida alguma, nós vamos votar favoravelmente, mas acho que poderíamos aproveitar o ensejo para fazer com que fosse dado conhecimento ao Congresso da situação desses projetos que são estratégicos para a defesa do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Obrigado, Deputado Zarattini.

Eu passo à ponderação do Relator, Deputado Gustavo Fruet, lembrando, inclusive, que esse tema da propriedade intelectual, principalmente da transferência de tecnologia, foi tema de uma matéria da Rede Globo neste domingo, no Fantástico, sobre os caças. É um projeto extremamente importante para a Força Aérea, inclusive tema de preocupação no PLN que seria apreciado hoje pela Comissão de Orçamento, devido a uma alteração nos recursos destinados a esse projeto.

Então, acho que é um tema extremamente plausível e interessante, mas deixo a definição e deliberação pelo Deputado Gustavo, que tinha um plano de efetivamente elaborar o relatório durante a semana e, já na semana que vem, apresentar esse relatório.

Mas cabe ao Relator, Deputado Gustavo, dar sua opinião se gostaria ou não de uma audiência pública ou se deliberamos nesse sentido.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Como Relator.) – Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, de acordo com as observações.

Eu havia consultado o Presidente para, se for possível, já marcamos a próxima reunião com uma audiência pública, com os nomes que venham a ser sugeridos para que sejam convidados, entendendo que a medida provisória tem um foco muito específico, o que para mim parece algo muito objetivo e claro. Mas, de qualquer maneira, para ter a noção da abrangência do projeto pelo qual medida provisória diz respeito se possa realizar a audiência pública.

Eu acho que, se favoráveis, se for possível, já marcamos o quanto antes, de acordo com os nomes indicados e a possibilidade de ajustar as agendas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Feita a consideração do Relator, Deputado Gustavo – e vejo que há a assessoria da Força Aérea aqui também – que se possa fazer, então, de ofício, e já delibero, na semana que vem, uma audiência pública. E que a gente possa ter a sugestão de nomes pelo comando da Força Aérea e também pelos Parlamentares desta Comissão, para que haja esse debate já na semana que vem.

A assessoria fica com a responsabilidade de agendar essa data e buscar as sugestões dos Srs. Parlamentares para que a gente possa fazer essa audiência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É só para sugerir, Sr. Presidente, se for possível, que se convide também alguém da Embraer, um representante da Embraer que esteja envolvido com o projeto, até porque, todos sabemos, a Embraer foi vendida em parte para a Boeing e isso, evidentemente, cria uma nova situação.

Essa matéria a que o senhor se referiu do Fantástico e que também foi reproduzida em outros jornais diz respeito à comemoração – o fundo dela, não é? – dos 50 anos da Embraer, que é uma data histórica. Foi importantíssimo para o Brasil a constituição dessa empresa. É uma empresa que nos colocou num patamar altíssimo da tecnologia aeroviária. E logicamente não se preocupa muito com o que vai acontecer após a incorporação da Embraer pela Boeing.

Então, como o projeto do KC-390 continua com a Embraer brasileira, vamos dizer assim, seria bom a gente ter conhecimento também. Então, é uma sugestão, se possível aí.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Lupion. DEM - PR) – Obrigado, Deputado Zarattini.

Proponho a aprovação da Ata da presente reunião, já constando a sugestão de audiência pública na próxima semana. Que os Parlamentares integrantes da Comissão e também o comando das Forças Armadas, em especial da Força Aérea Brasileira, indique os nomes para participarem dessa audiência pública.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 887, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Parlamentares Vanderlan Cardoso e Gustavo Fruet, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 887, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos, Juíza Selma, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Bia Kicis, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, João Roma, Pedro Lupion, Igor Timo, Gilberto Nascimento, Arolde de Oliveira, Dr. Zacharias Calil, Felício Laterça, Dário Berger, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Camilo Capiberibe, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Léo Moraes. Deixam de comparecer os Parlamentares José Maranhão, Luiz do Carmo, Roberto Rocha, Rose de Freitas, Weverton, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Jaques Wagner, Telmário Mota, Arthur Lira, Baleia Rossi, Carlos Zarattini, André de Paula, Jhonatan de Jesus, Luiz Carlos e Pr. Marco Feliciano. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Eleição. Finalidade:** Eleição de Presidente. **Resultado:** Eleito o Senador Vanderlan Cardoso para o cargo de Presidente. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 887, de 2019. **Participantes:** Coronel Aviador Carlos Eduardo de Almeida Coelho, Gerente do Projeto KC-390 da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, e Alexandre Juliano Bianchi, Gerente de Regulamentos Aeronáuticos da Embraer. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezenove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 887, de 2019





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/27>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Declaro aberta a reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 887, de 2019.

Como ainda não há quórum e número regimental, eu vou deixar para, na sequência ou ao final desta reunião, fazer a eleição do Presidente, comunicando que há acordo de Lideranças para essa composição.

Passamos imediatamente à audiência pública, que foi confirmada na 1ª Reunião, atendendo a uma solicitação do Deputado Zarattini, e para isso eu convido, para compor a Mesa, os seguintes convidados: Coronel Aviador Carlos Eduardo de Almeida Coelho, que é Gerente do Projeto KC-390 da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate, e o Sr. Alexandre Juliano Bianchi, que é Gerente de Regulamentos Aeronáuticos da Embraer.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo endereço senado.leg.br/ecidania ou pelo telefone 0800-612211.

De acordo com as normas regimentais, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: o convidado fará sua exposição por dez minutos, que podemos prorrogar, em função do quórum, e, na sequência, abriremos a fase de interpelação para os Parlamentares que tenham interesse e se inscrevam.

Agradecemos a presença dos nossos convidados.

Imediatamente passo a palavra ao Coronel Aviador Carlos Eduardo de Almeida Coelho.

Bem-vindo.

O SR. CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA COELHO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

É uma honra para mim estar aqui representando o Comando da Aeronáutica.

Na função atual de Gerente do Projeto KC-390, eu tenho um vídeo rápido para passar do que é o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial e depois eu vou fazer uma breve explanação sobre quais as principais atividades que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, que dá suporte às atividades de todos os projetos do Comando da Aeronáutica, faz. O.k.?

Por gentileza, pode passar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA COELHO – Pode passar para a apresentação, por favor. *(Pausa.)*

Então, a apresentação vai falar sobre as principais atividades que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial desempenha, dentre elas a certificação, que é suportada por essa Medida Provisória 887.

Então, identificar as principais atividades realizadas pelo Instituto de Fomento e Coordenação Industrial para o fomento do Complexo Aeroespacial Brasileiro Militar é o nosso objetivo aqui hoje à tarde.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Vou passar à missão do IFI, os principais serviços, as atividades que o IFI faz, que são na área de normalização, metrologia, certificação, certificação de sistema da qualidade, e o caso específico da atuação dos servidores temporários, como que eles estão sendo empregados.

Então, como que começou essa ideia de suporte à indústria nacional?

Quando a gente começou a desenvolver o polo industrial de São José dos Campos, isso estava baseado no tripé do ensino, em que é mais representativo a gente lembrar do ITA: pesquisa e desenvolvimento, que abrange os institutos, que foram os embriões dentro do CTA; a indústria, em que podemos usar a Embraer como o maior exemplo de sucesso; e o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, que dá o apoio à indústria. Então, esse é o tripé que suporta o começo da nossa indústria aeronáutica, lá em 1945. Era a ideia do Prof. Richard Smith, que foi um dos fundadores do ITA e de todo o CTA.

Próximo, por favor.

Então, a missão é prestar serviços de tecnologia industrial básica. Esse conceito de TIB é muito comum para a gente nas Forças Armadas, falando de normalização, metrologia, certificação, transferência de tecnologia e coordenação industrial. Isso fomenta o complexo científico-tecnológico brasileiro no desenvolvimento de soluções no campo do poder aeroespacial, contribuindo para a garantia do desempenho, da segurança e da disponibilidade de produtos e sistemas aeroespaciais militares. Aqui, é muito importante a gente olhar para um projeto e ver que a gente tem a certeza de que, com a certificação, todos os requisitos estão sendo contratados, estão sendo realmente recebidos. O.k.?

Próximo, por favor.

Quanto ao IFI *versus* tecnologia industrial básica, a gente pode olhar, dentro da...

Vai passando os próximos, por favor.

Dentro do DCTA, como autoridade reguladora... Aí temos, dentro das organizações do Governo, as organizações que são pares, que ajudam a estabelecer as normalizações e todo o processo e todo o suporte, como, por exemplo, Inmetro, INPI, ABNT e a agência reguladora Anac.

Aí, dentro da indústria aeroespacial, várias indústrias do *cluster* aeronáutico brasileiro são suportadas, e as organizações do Comando da Aeronáutica também tomam crédito, também são beneficiadas desses serviços do IFI. O.k.?

No tocante especificamente ao projeto do KC-390, a gente usa muito o IFI como autoridade primária de certificação da frota do KC-390, como certificador dos nossos requisitos militares. E há tratativas para reconhecimento mútuo, principalmente com Portugal, e existem também acordos de reconhecimento mútuo já com outros países, para que outros projetos sejam certificados, seja reconhecida a certificação realizada por outros países e vice-versa. Uma certificação feita no Brasil também pode ser reconhecida por outros países. O.k.?

Próximo.

Então, aqui é um exemplo: lá, o nosso KC-390; à direita, o Gripen UFX.

Há outros projetos que a gente tem, e todos envolvidos com a certificação. Temos tanto foguetes quanto mísseis e helicópteros envolvidos na certificação. E todo o pessoal do IFI dá suporte a essas atividades.

A próxima.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Outros exemplos, principalmente dos helicópteros, que a gente tem como projetos envolvidos na certificação.

Mais um.

Então, aqui há um exemplo prático e muito importante: o IFI também atua como autoridade técnica de aeronavegabilidade militar. Então, atua numa dificuldade em serviço; é chamado quando um avião ou helicóptero tem algum problema, e a frota toda é colocada no solo, é impedida de voar. Para isso é preciso uma análise. O exemplo concreto que a gente está trazendo aqui foi o que aconteceu na véspera das Olimpíadas: a frota do EC725, que temos tanto no Exército quanto na Marinha e na Força Aérea Brasileira, estava indisponível no solo, por causa de um problema que houve no Mar do Norte, lá na Noruega, em 29 de abril de 2016. Aí o IFI trabalhou muito, analisou vários relatórios e estabeleceu uma margem de segurança mínima, resolveu essa situação, para que os helicópteros pudessem dar apoio na época das Olimpíadas.

No próximo eslaide temos o relatório do IFI: aí a análise, que passou por diversos ensaios, diversas comprovações, e, aí, foi liberado o voo dessa aeronave, que teve algumas restrições, mas ela conseguiu dar apoio durante as Olimpíadas.

Próximo.

Então, falando de certificação do sistema de gestão da qualidade, também o IFI é autoridade certificadora de ISO 9001. Também atua em parceria com as organizações da NATO, que são representadas pela AQAP, tem certificado de acreditação, e, também na parte de metrologia, temos o IFI como a base da Força Aérea Brasileira, o padrão da Força Aérea Brasileira que transfere rastreabilidade.

Próximo.

Então, o sistema de metrologia espacial também é acreditado, os nossos laboratórios dimensionais... Temos também laboratórios de outras grandezas, que dão a rastreabilidade para os nossos padrões de calibração dentro da Força Aérea Brasileira.

Próximo eslaide, por favor.

A gente recebe do Inmetro, que, por sua vez, recebe do padrão internacional de todas as grandezas, faz a rastreabilidade e dissemina os padrões para as atividades dentro do Comando da Aeronáutica. Então, isso é importante para a gente garantir as calibrações dos nossos padrões. O.k.?

Próximo.

Temos também muitas atividades de cursos ministrados dentro do instituto, tanto na área de certificação quanto de qualidade, metrologia, normalização e ensaios não destrutivos.

Próximo.

Sobre os ensaios não destrutivos, o IFI é o único órgão da América Latina a qualificar pessoal em ensaios não destrutivos segundo as normas norte-americanas. Ele é reconhecido tanto pela Anac, a FAA, que é a Anac dos Estados Unidos, e a Easa, que é o equivalente da Anac na Europa.

Temos também as atividades de *offset*. Os créditos de *offset* que as empresas dos contratos internacionais têm que apresentar, por cumprir as suas obrigações depois de vários projetos com beneficiárias brasileiras, são reconhecidos pelo IFI. Então, o IFI emite pareceres e relatórios a respeito do reconhecimento desses créditos. Então, todo contrato que a indústria brasileira faz com empresas do exterior são elegíveis de *offset*. Vários acordos de *offset* são





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

celebrados e gerenciados pela Copac, e, na sequência, esses créditos são reconhecidos pelo IFI.

No próximo eslaide, a gente já fala sobre os servidores temporários.

Em 2014, tendo em vista a necessidade da Força Aérea de reaparelhamento com a aquisição dos cargueiros KC-390 e dos caças Gripen, o IFI iniciou o processo de contratação por tempo determinado. Com isso, baseada – próximo eslaide – na Lei 8,745, a Força Aérea, desempenhando atividades especiais nas organizações das Forças Armadas, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia, amparava a contratação de interesse público temporário. Esse processo foi autorizado no início de 2015, e esses servidores começaram a trabalhar lá, em 2015, e estão concluindo esses quatro anos, que, a princípio, estavam autorizados por essa portaria do Ministério do Planejamento, e iniciou-se um outro processo para pedir a prorrogação desses servidores.

Aí, como os senhores já devem conhecer, há o sumário executivo da medida provisória, cuja exposição de motivos já explica.

Então, o mais importante: os dois projetos sofreram atrasos para sua conclusão, em função da complexidade dos desafios, bem como das restrições financeiras e orçamentárias impostas pelo momento vigente. Assim, seria necessária a prorrogação dos contratos desses profissionais, para não haver comprometimento dos resultados desses projetos.

Então, é muito importante que nós tenhamos realmente muito controle e que a sociedade brasileira receba os produtos que foram contratados. Ou seja, o IFI dá essa garantia dos produtos contratados, acompanha todos os requisitos, acompanha todos os relatórios, e certifica que isso realmente está de acordo com as normas internacionais.

Então, temos a preocupação também de evitar a perda de experiência, evitar a dificuldade de mantermos essas pessoas trabalhando e manter esse projeto atualizado. O.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Obrigado, Coronel.

Passo a palavra ao Sr. Alexandre Juliano Bianchi, que é o Gerente de Regulamentos Aeronáuticos da Embraer.

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI (Para exposição de convidado.) – Boa tarde.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite.

Tenho formação em Engenharia Mecânica, com mestrado na França na área de aeronavegabilidade, e estou na Embraer há 20 anos. Já trabalhei em diversos projetos, desde derivativos do 145 quanto o Legacy 600, Finom E1, E2, e, atualmente, eu represento a empresa em fóruns internacionais, tanto na Europa como nos Estados Unidos e também aqui no Brasil.

Primeiramente, eu gostaria de falar da peculiaridade do ambiente regulatório na aviação. Ela tem pouca similaridade com outras indústrias. Só como exemplo...

Pode voltar ao anterior.

Apenas como referência: a indústria nuclear e a farmacêutica têm um ambiente regulatório tão restrito e rígido quanto o nosso. Esse contexto, em si, exige tanto investimento por parte da indústria quanto do Governo, para ter capacitação técnica e conhecimento para garantir a competitividade da indústria nacional.

Próximo, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esse ambiente regulatório permeia todo o ciclo de vida da aeronave. Inicia-se durante a concepção do projeto e passa pelo ciclo todo de vida do produto. Inicia-se na concepção do projeto; passa pela produção, para garantir que a fabricação esteja de acordo com os requisitos do projeto; operação – a forma como ele é operado –; e o ambiente, os requisitos de desempenho para isso; qualificação de tripulação; e a parte de manutenção, com oficinas, tarefas de manutenção e também a qualificação desse pessoal.

Próximo, por favor.

O Brasil, hoje, se encontra numa posição de destaque em relação à aceitação de nossos produtos e em relação à qualificação nossa nesse ambiente regulatório. O Brasil participa, hoje, de um grupo seleto, ao qual apenas quatro autoridades pertencem – Europa, Estados Unidos, Canadá –, que controla desde a concepção até a produção e a certificação dos nossos produtos, tanto militares quanto civis. Há países com capacidade de desenvolvimento que não têm uma autoridade que garanta que seus produtos sejam aceitos em outros países. São exemplos de quem tem dificuldade hoje: Japão, Rússia e China. Então, isso acaba inviabilizando a aceitação dos produtos deles por outros países.

O próximo, por favor.

Então, qual que é a importância de certificar um produto?

Um produto sem um certificado – sem uma certificação, como a gente costuma falar – tem inviabilizada a sua comercialização. Sem comercializar, não há operação, e, finalmente, você não consegue vender.

O próximo, por favor.

Inviabilizando a venda do produto, ou seja, o valor comercial, isso afeta a entrega e a aceitação global desse produto em outros países.

Por favor, o próximo.

O processo de certificação é altamente complexo, longo... Para os senhores terem uma ideia, ele dura no mínimo cinco anos para um produto complexo. Ele envolve um time de profissionais altamente qualificados, tanto da indústria quanto das autoridades reguladoras. Há o envolvimento de times não só de autoridades no Brasil, mas também da Europa e dos Estados Unidos, e hoje o Brasil é referência nesse processo.

Nos últimos dois anos, a gente obteve a tripla certificação de três produtos nossos, fato único na indústria. Não há equiparação em outros mercados e de outros fabricantes: o Brasil só que tem isso. Ele certificou e entregou no mesmo dia um certificado da Europa, dos Estados Unidos e da Anac. Para os senhores terem uma ideia, um produto americano demora, em média, de um a três meses para ter uma validação posterior; isso inviabiliza e atrasa a entrada no mercado. Então, essa é uma conquista que vem ao longo desses 50 anos de desenvolvimento do País.

O próximo, por favor.

Aqui, um pouco, só, como o Cel. Coelho já colocou... Os requisitos militares, mas apenas para mostrar que existe uma utilização, já, de um recurso e de uma capacidade instalada, em que a Anac faz a certificação civil daquilo que, claro, tem comparativos e requisitos civis, e o IFI entra com um pacote adicional, com as missões que são requisitos da FAB: apoio humanitário, evacuação médica, busca e salvamento, combate – apenas alguns exemplos de missões para os quais o produto vem sendo desenvolvido para cumprir. Isso é feito pelo IFI.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Próximo, por favor.

Esse é o certificado que a Anac emitiu, no ano passado, atestando que o produto cumpre os requisitos de operação e de certificação civis. Então, hoje ele está equiparado, em termos de nível de segurança, às aeronaves que são comercializadas aí fora, de transporte aéreo.

Próximo, por favor.

Então, o grande desafio do IFI requer uma quantidade enorme de requisitos. Para os senhores terem uma ideia, são quase mil requisitos específicos que são avaliados pelo IFI. Então, há necessidade de um corpo técnico altamente qualificado para acompanhar a análise de relatórios de engenharia. Para os senhores terem uma ideia, há uma quantidade bem grande de relatórios na casa, mais de mil relatórios, testemunhos de ensaios, qualificação de todos os equipamentos, demonstração de voo... Para os senhores terem uma ideia, um avião como esse aí exige, no mínimo, 2 mil horas de voo para que seja atestado que os requisitos de segurança foram cumpridos.

Próximo.

Além dessas atividades, o IFI também se envolve no Certificado de Aeronavegabilidade. Esse é um atestado que é para cada número de série que é produzido. Ele garante que o produto, em si, cumpre os requisitos do projeto.

O IFI também se envolve na aprovação de futuras modificações, pacotes adicionais, modificações que podem ser requeridas pela FAB.

A aeronavegabilidade continuada também é importantíssima; ela garante que a aeronave continua com o nível de segurança adequado e possíveis correções.

E, por último, o envolvimento intenso do IFI nas validações com autoridades estrangeiras. Esse garante que o produto vá ser aceito num país quando a gente exporta. Então, o envolvimento do IFI é importantíssimo. Ele já está em coordenação com Portugal, e, assim que tivermos novidades, mais clientes... O IFI se envolve na validação de cada configuração para cada país desses.

Por último, para encerrar, a importância, como eu disse, da certificação.

Ela é o caminho de acesso que a gente tem para entregar um produto globalmente e ter acesso aos mercados globais. Sem isso, fica inviabilizada a comercialização desse produto. O Brasil hoje, sem sombra de dúvidas, é reconhecido nessa área como referência.

E aqui a gente deixa o recado de que é fundamental para a manutenção dessa capacidade técnica, para que o País continue podendo exportar produtos e sendo competitivo globalmente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Obrigado, Alexandre.

Coronel, só para ficar focado mais na medida provisória... O tema é abrangente e apaixonante – vemos não só pelas apresentações, mas pelos projetos que estão envolvidos –, mas o fato é que, pela primeira vez, acho, nós temos uma medida provisória que cumpre os requisitos de uma MP: é bem objetiva, demonstra a sua urgência...

Portanto, só para reforçar: o texto da medida provisória... Pelos valores aproximados, estima-se um valor próximo de R\$6,7 milhões, num período até 2021.

Qual o perfil desses profissionais? São brasileiros? Estão todos no Brasil? Estão na Suécia ou em outro país?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esses profissionais, de alguma maneira, também estão tendo uma formação excepcional ou há alguma possibilidade de aproveitamento futuro, seja pela Embraer ou para novos projetos do IFI?

O SR. CORONEL AVIADOR CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA COELHO – Sim, esses profissionais são basicamente engenheiros e técnicos com experiência na área aeroespacial, na indústria aeronáutica. Vários já têm experiência na própria Embraer. Eles podem ser designados para alguma missão na Suécia, se assim for necessário, mas, a princípio, não serão períodos muito longos na Suécia, até porque eles já têm um *background*, uma base suficiente para apoiar, e eles podem ir para lá fazer alguma verificação ou alguma missão mais curta, para acompanhar os requisitos que podem vir a ser demonstrados pelo Gripen nos próximos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Quantos foram contratados em caráter temporário?

O SR. CORONEL AVIADOR CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA COELHO – Inicialmente, em 2015, 34. E agora há um pleito de 30 novos temporários. Dos 34 do princípio, quatro saíram, e agora nós vamos manter 30.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – E qual a diferença que será da certificação e do papel do IFI nos dois projetos?

O SR. CORONEL AVIADOR CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA COELHO – Então... No tocante ao KC-390, o IFI toma bastante crédito da parte dos requisitos civis, do que a Anac está fazendo, e faz a extrapolação dos requisitos militares. Aí vê o cumprimento dos requisitos militares.

Do papel do Gripen eu não tenho muito conhecimento para falar dos detalhes, e também o Gripen não é uma aeronave que vai usar muito crédito da parte civil. Então, vai ser uma aeronave que, em princípio, não vai ter um certificado do tipo civil, vai ter um certificado de tipo militar. Então, torna-se mais importante ainda esse pessoal trabalhando na certificação do Gripen no lado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – E esses contratos, são pessoas que participaram, já foram da Embraer ou não? Mas se comunicam com a Embraer, não?

O SR. CORONEL AVIADOR CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA COELHO – Não necessariamente. Eram pessoas que estavam disponíveis no mercado de trabalho, que tinham competência suficiente para ajudar e já tinham alguma experiência no setor aeroespacial inicialmente, aí era preferência. Mas todos, agora, depois desses 4 anos, já adquiriram muito conhecimento e têm muito a contribuir ainda para o projeto nesses próximos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – O tema da medida provisória é esse. Eu consulto os Parlamentares se desejam realizar algum questionamento.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – Sr. Presidente, Deputado Gustavo Fruet, Dr. Alexandre e Cel. Coelho, nosso Senador também, grande representante de Goiás nesta Casa, eu gostaria, neste momento...

Eu acho que a medida provisória, Senador Vanderlan, está muito clara; por si só ela já dá clareza naquilo que nós vamos precisar aprovar e ela veio muito especificada, com muita clareza.

Porém eu queria, neste momento, dizer que sou um grande admirador hoje do trabalho que a Embraer faz, logicamente junto com a nossa Aeronáutica. Eu, nas minhas palestras pelo Brasil afora, tenho dito que uma das grandes conquistas do Brasil é exatamente hoje nós sermos o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

terceiro maior produtor de aviões do mundo, perdendo para a Boeing e para a Airbus. Tive a felicidade de estar lá na fábrica, em Gavião Peixoto, e também em São José dos Campos e ver o grande desenvolvimento de uma indústria brasileira. Isso nos dá muito orgulho, vemos jovens com boas cabeças, como o Sr. Alexandre, que logicamente é o Gerente de Desenvolvimento de Produtos da Embraer... Eu só tenho a parabenizá-lo neste momento.

E, aí, eu deixo uma pergunta, até para me ajudar nos meus comentários, independentemente da medida provisória, porque a medida provisória – volto a dizer, Cel. Coelho –, por si só, já se especificou: qual o nível, hoje, de tecnologia do KC-390?

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Primeiramente, eu queria agradecer ao Deputado. Obrigado pelos comentários. Agradeço.

A aeronave, hoje, é totalmente *full fly-by-wire*, o que quer dizer que ela tem a tecnologia mais avançada em seus aviônicos, capacidade de motores e desempenho para cumprir. Então, é uma aeronave, hoje, com as tecnologias disponíveis mais atuais possíveis.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – Sim, mas hoje, em termos de tecnologia nacional, qual é o nível de tecnologia nacional dela? É de 70, 80, 50... Quantos por cento?

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Infelizmente, Deputado, eu não tenho esse valor aqui comigo. Eu posso anotar esse número e posso providenciar para o senhor em detalhes, posteriormente.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – O 145, qual é o nível de tecnologia dele? Logicamente não está em discussão isso, mas é só para a gente ter clareza nesses números. O senhor tem mais ou menos ideia?

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Não tenho. Não tenho. Infelizmente eu não tenho.

Grande parte dos parceiros que a gente fez desse desenvolvimento são estrangeiros, mas grande parte é capacidade nossa, e a gente tem verticalizado bastante isso, nacionalmente, tanto na parte... Trem de pouso é uma tecnologia que a Embraer não tinha, e hoje ela desenvolve isso; componentes eletrônicos... Para o senhor ter uma ideia, quanto ao avião comercial E1, as leis de controle, que controlam o avião, eram terceirizadas. Os novos aviões, tanto o KC quanto o E2, isso é tecnologia brasileira, desenvolvida aqui.

Então, a tendência, cada vez mais, é a gente ter uma verticalização atual, hoje, nos nossos produtos.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – Qual é o próximo passo, hoje, da Embraer em termos de novos aviões? Em termos de lugar de passageiros... Hoje nós temos aí o 145, que é o maior...

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Avião comercial, hoje, a gente tem a família E2. É uma aeronave que a gente certificou no ano passado. Os modelos 190... O modelo 195, que é um pouco maior, vai ser entregue para a Azul. Ele aconteceu este ano. E a gente tem projetos de estudo...

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – Qual o número de passageiros?

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – A gente está falando da faixa de até 130 passageiros.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – Existem projetos para número maior ou, em função da associação com a outra empresa, se segura esse número de passageiros?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – É difícil eu comentar isso, porque é uma área com a qual eu não tenho contato. Existe um grupo específico que faz esses desenvolvimentos. Eu trabalho na parte em que, uma vez que os projetos são aprovados pelo *board* para desenvolvimento, eu tenho contato com isso. Há estudos internos, mas infelizmente eu não tenho essa informação para passar para o senhor.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC - SP) – O.k.

Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Senador, por favor, com a palavra.

Estamos só aguardando o quórum para efetivarmos a eleição.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) – Meus cumprimentos ao Deputado Gustavo Fruet, que é o Relator dessa Medida Provisória 887, ao nosso Coronel Aviador Carlos Eduardo de Almeida Coelho – eu presenciei aqui só uma parte da sua fala, mas tenho certeza de que falou com muita propriedade – e ao Alexandre Juliano Bianchi, Gerente de Produtos da nossa Embraer.

Eu sou um apaixonado pela aviação. Conheço bastante já a história da Embraer, como começou... Anos atrás, começou por aqueles homens que acreditaram em um País que passava por tantas dificuldades – fabricar avião! –, e hoje nós estamos colhendo esses frutos aí, de termos tantos projetos bons como esse do KC-390.

E fui convidado – acho que é dia 4, viu, Gilberto? –, porque vai estar aqui em Anápolis.

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Exato.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PP - GO) – Eu não sei quantos convidados a gente pode levar, mas só o número que eu já convidei aí, entre Parlamentares e pessoal de Goiás, eu acho que eles vão ter que aumentar bastante o espaço.

Estava conversando com o Deputado Gilberto aqui, grande amigo nosso, e ele falava: "Olhe, esse avião aí, esse Hércules aí vai ficar... Ninguém vai nem se lembrar dele, de tanta tecnologia e do quanto ele é prático, do quanto ele é funcional". Isso aí, logicamente, é motivo de orgulho para nós, além de ser um avião muito bonito. A gente vê o quanto ele é bonito. Ele se impõe mesmo. Então, já que o momento agora... Eu acho que ele vai ser muito usado.

Eu estava vendo aí a explanação ontem, quando fizeram uma apresentação dele – acho que foi ontem a noite –, e dizia: Olha, ele vai ser muito bom para combater incêndio. Pelo momento, não é? Até para isso, porque está essa discussão, agora, de incêndio aí pelo País. Estão querendo botar fogo no Brasil...

Então, quero parabenizar e dizer que essa medida provisória vem pedindo aí um prazo maior, porque, com certeza, essas análises aí...

Eu fui indicado pelo meu partido para a Presidência. Nós vamos estar aí, com certeza, sendo aprovados. Está faltando quórum, mas, sendo aprovado, nós vamos estar trabalhando aí, para que seja – temos um prazo, não é, Sr. Relator? – aprovada. E pode contar conosco aí. O apoio é incondicional.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Obrigado, Senador.

Dr. Alexandre, só aproveitando, saindo um pouco também da questão da medida provisória – mas realmente é um tema empolgante –: como é que fica – ou já ficou –, a partir de agora, com uma empresa, a Embraer, e a outra empresa, vamos dizer, uma parte que era da Embraer agora





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

assumida pela Boeing... Qual o cenário futuro com relação à certificação dessas aeronaves, considerando aquela restrição de países e o tratamento diferenciado, por exemplo, como nos Estados Unidos? Essa nova Embraer terá esse papel também de certificação?

O SR. ALEXANDRE JULIANO BIANCHI – Sim.

Quanto à capacidade hoje instalada lá, a gente tem o time de engenharia dedicado ao apoio do KC e ele permanece. Então, a gente está fazendo um trabalho, ao longo desses meses, de separação, mas a capacidade hoje que a gente tem se mantém e, junto com as parcerias, ela se torna mais robusta, para a gente poder atender a isso e ter a certificação e a exportação desses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Eu consulto os Parlamentares, agradecendo mais uma vez a presença tanto do Dr. Alexandre quanto do Coronel, sobre suspenderemos esta reunião até alcançarmos quórum. E já na sequência, Senador, se não houver discordância, faremos a eleição.

Cumpra-se o papel desta audiência, do esclarecimento com relação à medida provisória. O tema realmente é muito abrangente, apaixonante, mas acho que cumprimos o papel de atender à medida provisória.

Se houver acordo, então suspendo por cinco minutos a reunião, agradecendo imensamente a presença do Dr. Alexandre Juliano Bianchi, Gerente de Regulamentos Aeronáuticos da Embraer, e do Coronel Aviador Carlos Eduardo de Almeida Coelho, Gerente do Projeto KC-390 da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 13 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Fruet. PDT - PR) – Havendo número regimental, declaro reaberta a reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 887, de 2019.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação, sendo indicado para a Presidência o Senador Vanderlan Cardoso, do PP do Estado de Goiás. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, coloco em votação.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por aclamação.

Passo a palavra já ao Presidente, que é quem deve presidir os trabalhos, Senador Vanderlan Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Boa tarde a todos.

Agradeço ao meu partido a indicação para presidir esta Comissão Especial Mista que vai analisar a Medida Provisória nº 887, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial.

Os agradecimentos também são extensivos aos demais membros desta Comissão, que acataram o meu nome para presidir os trabalhos. Trabalhei junto ao Relator da MP, o Deputado





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Federal Gustavo Fruet, do PDT do Paraná, e ao Vice-Presidente da Comissão Mista, Deputado Federal Pedro Lupion, do DEM do Paraná.

Informo aos colegas Parlamentares que já presido a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e que lá tenho feito um trabalho de aproximação entre os membros e as entidades civis e militares que têm relação com a inovação tecnológica de que o País precisa para promover a geração de emprego e renda e destravar a pauta econômica.

Por exemplo: logo que cheguei à CCT, distribuí mais de 200 projetos para serem relatados pelos membros da referida Comissão. Limpei a pauta e também realizamos inúmeras audiências públicas sobre inovação tecnológica em várias áreas de interesse do desenvolvimento do País. Inclusive, a CCT aprovou emenda à LDO, em que prioriza recursos para o desenvolvimento tecnológico na área da Aeronáutica, visando a avançar no Projeto KC-390, extraordinário projeto da Aeronáutica.

A propósito, recebi um convite da Aeronáutica para participar, no dia 4 de setembro – portanto, Deputado Gilberto, no dia 4 de setembro, está convidado, e a todos, viu, Sr. Relator, Deputado? –, na Base Aérea de Anápolis, do lançamento do KC-390, um programa que representa um grande avanço em termos tecnológicos e de inovação, ao conceber uma aeronave desenvolvida para estabelecer novos padrões na sua categoria de mercado.

Informo ainda que apresentei na CCT um requerimento, solicitando audiência pública com o objetivo de conhecer melhor os resultados mais atualizados e ações futuras dos projetos e programas do Ministério da Defesa em conjunto com as Forças Armadas.

E, finalizado, quero aqui, com o apoio dos nobres colegas, promover esse mesmo rito de trabalho, para que a Medida Provisória nº 887 tenha celeridade e que possa ser aprovada em tempo hábil. E, no que depender aqui do Relator – já estivemos conversando –, vai ser rápido mesmo.

Que a Medida Provisória nº 887 tenha celeridade, para que possa ser aprovada em tempo hábil, ou seja, nos próximos 120 dias, que é o prazo de medida provisória, conforme determina a Constituição Federal.

Quero aqui agradecer, como fiz aqui, ao meu partido a indicação. Tenho certeza de que, juntos, nós faremos um belíssimo trabalho, já que o pleito, essa MP é justa e vem a contemplar tanto a Embraer como a Aeronáutica e assim por diante. Então, os meus agradecimentos.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião. Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 18 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 887, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e sete minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Parlamentar Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 887, de 2019 com a presença dos Parlamentares Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Jarbas Vasconcelos, Luiz Carlos Heinze, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Carlos Viana, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Carlos Zarattini, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Edio Lopes, Gonzaga Patriota, João Roma, Luiz Carlos, Beto Pereira, Pedro Lupion, Gustavo Fruet, Igor Timo e Otoni de Paula. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 887, de 2019 - Não Terminativo** – que “Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial”. **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Gustavo Fruet. **Relatório:** Pela aprovação integral da Medida Provisória nº 887, de 2019. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Deputado Gustavo Fruet, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 887, de 2019; pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 887, de 2019; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 887, de 2019; e, no mérito, pela aprovação integral da Medida Provisória nº 887, de 2019. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 887, de 2019





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=67YcMvTqIA>

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 887, de 2019.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Gustavo Fruet, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente Vanderlan Cardoso, Sras. e Srs. Parlamentares.

A medida provisória "autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial".

Passo ao voto.

Dos requisitos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição Federal) e do atendimento ao art. 2º, §1º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Verificamos que a medida provisória atende aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência de acordo com os dispositivos da resolução.

Dos demais requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No caso, a medida provisória em pauta excepciona da referida regra os contratos por ela prorrogados, uma vez que a mesma se aplica a contratos firmados a partir de junho de 2015, que já perduram por quatro anos e que, com a prorrogação pretendida de mais dois anos, terão prazo total de seis anos.

Atendido esse preceito legal, acresça-se que matéria não se enquadra na lista exaustiva de vedações de que trata o §1º do art. 62 da Constituição ou infringe qualquer disposição do mencionado comando constitucional.

Portanto, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa também estão verificadas nesta medida provisória.

Com relação à adequação orçamentária e financeira, a MP não apresenta vícios de compatibilidade e de adequação orçamentária e financeira, uma vez que não estabelece benefícios fiscais que impliquem renúncia de receitas, e o impacto orçamentário-financeiro será autorizado por ato específico. Corrobora esse entendimento a Nota Técnica nº 22, de 2019, elaborada pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, que compõe este voto.

Dessa forma, as disposições da medida provisória encontram-se de acordo com a legislação que rege o controle das finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito da medida provisória, recorrendo à respectiva Exposição de Motivos, nela está evidenciado que "o término da certificação do KC-390, previsto inicialmente para o terceiro trimestre de 2018, deve se estender até o primeiro semestre de 2021, em função das complexidades e desafios técnicos, bem como pelas restrições financeiras e orçamentárias impostas pelo momento vigente, tanto no país como no exterior".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ademais, aponta-se que "os impactos da crescente perda de recursos humanos têm afetado sobremaneira o IFI, por conta da transferência de militares para a reserva remunerada e da aposentadoria de servidores, sem a devida reposição. Completando o cenário, os profissionais contratados por tempo determinado, que perfazem 60% dos integrantes da equipe que apoia as atividades de certificação dos projetos, terão seus contratos encerrados em junho de 2019, por restrição da Lei nº 8.745/93, acarretando perda da experiência obtida nos últimos três anos, com comprovada competência e aprendizado específico nos projetos em execução".

Descarta-se a realização de concurso público, seja por inexistir tempo hábil, seja pelas restrições econômicas atuais.

Assim, a iniciativa do Poder Executivo está adequada, pois o Embraer KC-390, o maior avião até hoje produzido na América Latina, desenvolvido e fabricado pela Embraer Defesa e Segurança, preencherá uma grande lacuna que se avizinha na Força Aérea Brasileira pela breve aposentação dos seus atuais Hércules C-130.

Incorporando tecnologia, essa aeronave cumprirá missões de transporte tático, de transporte logístico e de reabastecimento em voo, com uma autonomia compatível com a extensão territorial do nosso País.

Afora esses aspectos, reúne requisitos que o fazem forte concorrente no mercado internacional da aviação, já tendo despertado a atenção de candidatos a futuros compradores, contribuindo, assim, para a geração de empregos e para a entrada de divisas em nosso País.

Por sua vez, o Gripen FX-1 preencherá também uma lacuna já existente na FAB, que, depois de ter aposentado seus Mirage M-2000, ficou com sua defesa área comprometida e vem se utilizando dos seus F-5 que, mesmo após terem sido modernizados, apresentam limitações, se comparados ao Gripen, e já se aproximam do limite da sua vida útil.

A prorrogação dos 30 contratos, por tempo determinado, até 30 de junho de 2021, do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, que foram firmados a partir de junho de 2015, tem por fundamento fático o novo cronograma do projeto KC-390, com o término das certificações da aeronave.

Na audiência pública promovida pela Comissão Mista da medida provisória com representantes da Força Aérea Brasileira e da indústria da aviação, em 27 de agosto de 2019, foram ratificadas as considerações e informações trazidas por este relatório, demonstrando, cabalmente, a necessidade da aprovação da medida provisória agora em pauta.

Diante do exposto, entendemos que a medida provisória deva ser aprovada na sua forma original.

Portanto, voto:

I – pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 887, de 2019;

II – pela constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa da Medida Provisória nº 887, de 2019;

III – pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 887, de 2019; e

IV – no mérito, pela aprovação integral da Medida Provisória nº 887, de 2019.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Obrigado, Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em discussão a matéria.

Deputado Carlos Zarattini com a palavra.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador. Eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar também o Deputado Gustavo Fruet pelo relatório, pelo trabalho feito aqui nesta Comissão. Acho que esses projetos da Aeronáutica são hoje da maior importância para o Brasil, para o sistema de defesa do nosso Território e, principalmente, do nosso espaço aéreo.

A gente espera que, possibilitando a prorrogação dos contratos, o Governo garanta os recursos para que o projeto não seja paralisado, porque o que nós estamos vendo aí é uma paralisação enorme de vários programas, inclusive na área da educação, de bolsas, há cortes para todo lado; o próprio Exército, agora, dispensando o seu efetivo na segunda-feira. Então a gente espera que, com a autorização legal dada por este Congresso, o Governo resolva o problema do financiamento e o projeto possa continuar; que a gente possa substituir os aviões cargueiros Hércules pelo KC-390 e substituir a defesa do nosso espaço aéreo, que hoje é feita por aviões antigos, por esses caças que serão produzidos em conjunto com a Saab sueca.

Então, parabéns! A nossa posição é pela aprovação desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Agradeço a manifestação do Deputado Zarattini e a incorporo também ao voto.

Duas retificações de ordem material: a primeira, onde se lê sobre a audiência no dia 27 de junho, como consta no relatório, é 27 de agosto de 2019; e, no inciso II do voto, retirar "as emendas a ela apresentas", pois não foram apresentadas emendas a esta medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Eu quero aqui registrar ainda, em tempo, Sr. Relator, a presença do Cel. Fernandes, da Aeronáutica, que muito nos honra aqui nesta tarde.

Quero também dizer que é motivo de orgulho para nós, Deputado, nosso Relator, que um projeto tão avançado como esse seja fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo dos anos. Eu conheço já um pouco do projeto, e inclusive amanhã, creio – não sei se o senhor vai estar lá em Anápolis –, nós vamos estar recebendo esse novo avião cargueiro que vai substituir, como o Deputado Zarattini falou, os Hércules, que já ficaram bem ultrapassados. É um motivo de orgulho para nós.

E aqui quero deixar também na minha fala o que o Deputado falou: que a gente dê prioridade para um projeto tão bonito quanto este. A gente passa por dificuldades – Senador Carlos Viana, seja bem-vindo! –, mas temos que dar prioridade a alguns projetos nesse momento de dificuldade.

Senador Carlos Viana, estamos em discussão da matéria. O senhor quer usar da palavra?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Boa tarde.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Minha saudação também ao Deputado Gustavo Fruet e aos nossos companheiros que estão chegando.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu, com muita satisfação, recebi a responsabilidade de fazer parte dos trabalhos que vão avaliar e, naturalmente, ajudar a melhorar não só as pesquisas, mas todo um sistema que trabalha na proteção do nosso sistema aéreo, e, principalmente, da nossa segurança.

Nós, como homens públicos, estamos sendo chamados aqui a repensar essas questões todas. No passado, Deputado Fruet, isso era tratado apenas como uma questão de segurança nacional, e hoje nós começamos a perceber que os desdobramentos dessas questões caminham também para a segurança pública. Nós estamos mudando o conceito em relação ao uso dos serviços de nossas Forças Armadas e de todo um sistema, que custa muito ao brasileiro, mas que é muito pouco aproveitado. Por quê? Porque o princípio ainda é apenas o da segurança nacional, e nós temos que ampliar isso. As nações mais modernas, todas, colocam tecnologias, colocam todo um sistema, um treinamento. Nós temos entre os nossos militares hoje grandes diplomas, grandes nomes, grandes inteligências que querem servir bem ao País. E somos nós que temos que dar essa oportunidade com um raciocínio muito claro sobre o que nós queremos.

Então, o ponto principal que eu tenho colocado é este: nós estamos mudando o conceito de segurança nacional para segurança pública, estamos ampliando essa visão na questão do nosso povo brasileiro. E, com muita satisfação, Presidente Vanderlan, acompanho e tenho participado dessas discussões. Penso que o Senado tem um papel, juntamente com a Câmara, muito preponderante em chamar a atenção do povo brasileiro sobre como nós podemos melhorar e utilizar o orçamento. É o que está proposto e, naturalmente, nós temos essa contribuição.

Eu acredito que vamos caminhar para uma aprovação, para um consenso que faça com que, mesmo em tempos de muita crise, como nós temos agora, com um orçamento em que nós teremos o menor valor para investimento no Brasil na história do nosso País – nós estamos falando aí em R\$1,4 trilhão de um orçamento, do qual apenas R\$80 bilhões estarão disponíveis para que a gente possa fazer as melhorias em nosso País... Então, é uma responsabilidade muito grande nós usarmos toda essa verba que o povo brasileiro nos dá de uma forma muito responsável, mas com uma visão muito mais aberta de futuro e de aproveitamento dela.

Era o que tinha a dizer.

Estou muito satisfeito de estar participando aqui com os senhores, neste primeiro mandato de muito aprendizado aqui, Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Eu quero ressaltar também, Deputado Gustavo Fruet, Senador Carlos, a rapidez com que o senhor conduziu o seu relatório. Talvez tenham passados uns dez dias desde que foram escolhidos o Relator e o Presidente desta Comissão dessa medida provisória. Já estamos aqui hoje colocando em votação, e tenho certeza de que vai ser aprovado.

Isso, Senador Carlos Viana, mostra, conforme os relatórios que foram apresentados sobre os rendimentos dos trabalhos desta nossa Legislatura, que dos últimos 25 anos ela tem sido a mais produtiva. Eu queria registrar, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, que nós estamos ali num ritmo acelerado. E estou vendo aqui, Deputado, que a Câmara está acompanhando ou está sendo até mais rápida. É por isso que, destes últimos 25 anos, esta nova Legislatura foi a que teve o maior rendimento dos trabalhos.

Então, parabênizo o senhor pelo relatório que fez, um relatório bem fundamentado e rápido.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho que vai ser até um presente, amanhã, quando a nossa Aeronáutica vai receber o nosso KC-390. Está falado isso aqui, Senador, e amanhã vou fazer todo o esforço para estar presente. É um avião muito bonito, e será um prazer para nós recebê-lo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Se me permite, Presidente Vanderlan, até para um complemento, Gustavo Fruet, quero citar aqui como nós precisamos tomar muito cuidado com as nossas decisões, como a história nos cobra muito, especialmente pela pressão que nós sofremos em ceder muitas vezes anos de pesquisa, fruto do esforço do povo brasileiro, e que pode se perder de uma hora para outra quando não atentamos claramente sobre o que nós estamos tratando.

Eu vou ser mais específico aqui.

Quando Itamar Franco era Presidente do nosso País, naturalmente, pela crise, começamos com as questões todas das privatizações. E a Embraer entrou na rota da privatização como uma das empresas mais requisitadas, pelo trabalho que já vinha sendo feito pelo ITA de muitos anos, desde o Bandeirante, o Xavante. Quem gosta um pouquinho de aviação vai entender claramente o que foi essa contribuição desde os anos 70. Era uma empresa que se colocou para ser vendida, e, graças ao trabalho da Aeronáutica na época, um trabalho muito bem feito de convencimento – eu lembro pois acompanhei essa questão –, o Brasil deixou de vender o que hoje nós estamos traduzindo como um dos grandes ganhos do nosso País, não só com a Embraer, com a produção dos jatos, agora numa sociedade com a Boeing, bilionária, mas também com a produção de tecnologia para defesa e para o investimento que o Brasil pode ter com o resultado das pesquisas.

Isso desde os anos 70, que eu me lembre – pode ser até desde antes, o pessoal da Aeronáutica pode fazer correção. E por muito pouco, muito pouco nós não entregamos a preço de quase nada pesquisas que hoje se traduzem como uma soberania em vários aspectos e que chamam a atenção do mundo.

Outro ponto que nós e V. Exa., como Presidente da Comissão, precisamos chamar a atenção para discutir é o Acordo de Alcântara. Nós precisamos chamar a Casa, a Comissão, Presidente, para discutir esse assunto. Não é possível que uma mentalidade retrógrada possa entender que o País queira entregar a soberania de um Território, o que não existe, e possa manter um projeto como aquele – que eu tive oportunidade de visitar, a convite do Comando da Aeronáutica – parado, sem que possamos aproveitar uma condição geográfica que o Brasil tem, privilegiada em relação ao mundo. Nós precisamos encarar isso com mais responsabilidade, tomar essa bandeira, chamar isso e colocar o Brasil na ponta na questão dos lançamentos de foguetes e de satélites. Nós temos, e isso está parado.

Então, a resistência que ainda existe... Há quantos anos esta Casa vem discutindo, Deputado? Há quantos anos vem sendo discutido isso? Nós já avançamos, já aprovamos. Os estudos todos estão aí. Estamos perdendo dinheiro porque deixamos lá parada toda uma tecnologia, todo um centro de lançamento de foguetes, que pode ser um dos melhores do mundo, talvez o melhor em termos geográficos, e nós aqui não conseguimos avançar.

Então, as decisões que nós precisamos tomar precisam ser muito pensadas, mas elas precisam ser tomadas: decisões de proteger aquilo que é o interesse no momento certo, mas decisões também de nos abirmos ao mundo e dizermos que estamos dispostos a participar de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

todo um desenvolvimento de tecnologia, de sermos ponta, não somente nessa questão, mas ponta também na política, na cabeça.

Esses assuntos me interessam muito porque é um Brasil que dá certo. Quando V. Exa. traz aqui o relatório que autoriza as contratações, o que nós estamos fazendo é simplesmente dizendo a eles: "Parabéns pelo trabalho! Vocês têm feito uma excelência em termos de representar bem o Brasil e de usar bem o que nós estamos colocando à disposição", no caso do Comando da Aeronáutica.

Esses atrasos que nós vivemos, Senador Vanderlan, que muitas vezes vêm de uma visão incorreta da realidade até geopolítica internacional, nos prejudicam muito, porque ora nós atrasamos, ora nós podemos muitas vezes dar passos errados e colocar pesquisas como essas que nos levaram à Embraer a perder. Isso já aconteceu em muitos outros setores do Brasil.

Então, esse equilíbrio, e o Senado é a Casa que pode oferecê-lo no debate, eu vejo com muito bons olhos e fico muito satisfeito de participar dessas discussões.

Parabéns pelo relatório! Parabéns pela visão de futuro!

Com toda a sinceridade, o Brasil está esperando muito de nós em relação a esse trabalho de convencimento e de controle daquilo que interessa à Nação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PP - GO) – Inclusive, com relação a Alcântara, desde o acidente que aconteceu – acho que tem cerca de 20 anos –, nós ficamos com aquela, parece-me, síndrome de que não vai dar certo, já que houve o experimento, aquilo tudo que aconteceu, e o pessoal deixou de lado, não é?

E as discussões agora em torno de Alcântara, Senador Carlos e Deputado Gustavo Fruet, são como o que está acontecendo na previdência: é quase que unanimidade o povo brasileiro querê-la – se eu não me engano, hoje está em torno de 70% a aprovação com relação à previdência –, como também há uma aprovação com relação à reforma tributária e ao pacto federativo.

E Alcântara está sendo quase que unanimidade hoje nas discussões. Na audiência pública que fizemos nas discussões de Alcântara, em que esteve presente o Ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, e que foi em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, até a oposição que estava presente aplaudiu a forma como está sendo conduzido atualmente o acordo de salvaguarda com os Estados Unidos, de Alcântara, e os números que foram apresentados, de que o Brasil pode estar recebendo com isso e se beneficiando desses recursos através dos lançamentos, como o senhor falou, de satélites, de foguetes e tudo mais; o Estado do Maranhão recebendo recursos disso, os Municípios do Maranhão, o Município de Alcântara sendo beneficiado. Então, realmente, nós estamos em um novo rumo.

Eu tenho certeza, sou muito otimista. Passamos por dificuldades, sim, mas eu tenho certeza de que nós estamos no caminho certo. Há algumas coisas que precisam ser consertadas, precisamos dar algumas prioridades, já que o recurso está muito pouco, mas eu tenho certeza: nós vamos passar um final de ano ainda um pouco difícil, mas a partir do ano que entra eu tenho certeza de que nós vamos começar a colher os frutos de tudo que está sendo feito. E isso também, como foi com o nosso KC-390, é fruto do trabalho de muitos governos, cada um deixa a sua contribuição, e nós estamos cientes disso.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Sem mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os membros que nos ajudaram a que esta reunião fosse realizada.

(Iniciada às 15 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 888, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Lasier Martins e Paulão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019 com a presença dos Parlamentares Izalci Lucas, Juíza Selma, Major Olímpio, Otto Alencar, Angelo Coronel, Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Márcio Biolchi, Bia Kicis, Joice Hasselmann, Diego Andrade, Elias Vaz, Lafayette de Andrada, Pr. Marco Feliciano, Igor Timo, Da Vitoria, Rodrigo Coelho, Kim Kataguri, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Veneziano Vital do Rêgo, Pastor Sargento Isidório, Styvenson Valentim, Carlos Viana, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Jarbas Vasconcelos, Delegado Pablo, Pedro Lupion, Chico Rodrigues, Eduardo Costa, Léo Moraes, Aline Gurgel, André Ferreira, Alexandre Serfiotis, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil, Dr. Jaziel, Hugo Motta, Felício Laterça, Ruy Carneiro, Átila Lira e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Parlamentares Dário Berger, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Irajá, Arthur Lira, André de Paula, Lincoln Portela, Tadeu Alencar, Eduardo Barbosa, Bilac Pinto, Túlio Gadêlha e Paula Belmonte. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. A Presidência comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual é indicado o nome do Deputado Paulão para assumir a Presidência da Comissão. Submetido o nome indicado ao Plenário, é aprovado por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Paulão, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Senador Lasier Martins Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos. É aprovada a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Paulão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/21>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. PODEMOS - RS) – Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores, Deputados, assessores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 888, de 2019.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Paulão, a quem convido para tomar assento à mesa.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro eleito Presidente o Deputado Paulão, para a Comissão da Medida Provisória nº 888, de 2019, que diz respeito à Defensoria Pública da União.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Deputado Paulão.

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Boa tarde a todos e todas. Queria cumprimentar o Senador Lasier, dizer que é um prazer trabalhar com V. Exa., e cumprimentar todos os pares aqui presentes, a imprensa. Queria também destacar a presença do representante da DPU, que está aqui com a sua assessoria.

Nesse sentido, designo o Senador Lasier Martins como Relator.

Consulto o Plenário. (*Pausa.*)

Proposta consensual. Então, está aprovado o nome do Senador Lasier para a Relatoria.

Esperamos, Senador, que a gente faça um trabalho profícuo.

Neste momento passo a palavra para V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Obrigado, Deputado Paulão.

É com muito prazer que eu assumo essa responsabilidade.

Há coisa de quatro meses, nós estávamos numa reunião do Congresso quando fui abordado por um grupo de defensores públicos da União, dizendo-se muito preocupados porque havia uma ameaça de não mais funcionamento de inúmeras unidades de defensoria pelo Brasil. O risco de fechamento se dava porque não havia servidores próprios das defensorias.

Coincidiu que, naquele momento, estava no Plenário do Congresso o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo no Senado. E aí convidei aqueles defensores que estavam comigo para que falássemos com o Líder Fernando Bezerra.

Fomos, e ele se sensibilizou com o problema, porque Defensoria Pública é algo indispensável nesses dias de hoje de tantas dificuldades, se encarregou de levar o problema ao Presidente da República e daí surgiu essa Medida Provisória 888. De modo que eu participei desde o nascimento do problema, vamos dizer assim, quando foi levado lá ao Congresso Nacional.

Então, vamos trabalhar nele no sentido de que sejam daqui por diante designados os servidores necessários e possa haver o funcionamento normal da Defensoria Pública, nesta infinidade de unidades da Defensoria pelo Brasil afora.

Dito isso, esperamos depois que não haja pedido de audiência pública – a questão é muito simples –, e possamos, Presidente Paulão, dar celeridade ao desfecho dessa medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Relator, Senador Lasier, então nós temos pontos em comum. Eu tive oportunidade, não aqui em nível de Congresso Nacional, como Deputado Federal na Câmara, mas no Estado de Alagoas, quando era Deputado Estadual, houve o início da instalação da Defensoria em Alagoas naquele momento e foram essas mesmas dificuldades.

Geralmente, em uma visão metafórica, é o primo pobre em relação ao MP e à própria Procuradoria. E nós, sem falsa modéstia, contribuimos para que pudesse haver paridade, principalmente salarial, em Alagoas. E isso ocorreu. Hoje, a Defensoria tem salários idênticos aos do MP e da Procuradoria. E estrutura também. Depois o Brasil equacionou.

Quando eu cheguei nesta Casa, em 2013, também houve a discussão da Defensoria, e gente participou. E tenho também um carinho especial pela importância que tem a Defensoria para o Brasil, tanto no plano da União como no plano estadual. É um segmento fundamental, que trabalha com hipossuficientes – e isso não é fácil nessa sociedade.

E V. Exa. toca nessa questão da infraestrutura, que foi o que sensibilizou.

Então, eu queria já ir concluindo, dizendo o seguinte: ontem eu tive a oportunidade de receber o Dr. Gabriel Faria, que é o Defensor Público-Geral, dialogando com ele o conteúdo da MP. Nessa discussão, eu fiz uma consulta, que V. Exa. já está ponderando... É necessário verificar porque a gente, claro, tem uma visão institucional da Defensoria.

Claro que há uma organização dos servidores em nível dos defensores públicos. Nessa linha eu acho que a gente teria que ponderar, claro, dando celeridade. V. Exa. já faz uma proposta de que não deve ter audiência e, de repente, pode ser que a gente se sente, inclusive, com o Defensor. Vamos ponderar isso nos trabalhos, porque pode ser solicitado de repente uma audiência com a presença só da entidade de classe, na perspectiva de a gente sair daqui com a otimização da celeridade, mas, ao mesmo tempo, tentar otimizar essa situação, que é gravíssima, essa falta de recursos humanos, de quadros, de que a Defensoria tem necessidade para prestar um serviço adequado à população.

Então, eu acho que a gente devia chegar a um acordo, ter celeridade. Acredito que é um tema que não tem aqui nesta Casa divergência. Uma das poucas unanimidades, eu acredito, no Congresso Nacional é a temática da Defensoria.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Exatamente. V. Exa. diz muito bem. É um setor de extraordinária prestação de serviço, de assistência, de defesa a uma grande comunidade de brasileiros que não têm recursos e que, se não tiverem esse apoio, serão alvo de grandes injustiças.

Eu tenho muita simpatia por essa instituição e acho que faremos um trabalho eficaz e rápido. E vamos trabalhar, não é, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Eu gostaria de consultar se há algum Senador presente ou Deputado que queira usar a palavra.

Não havendo nenhum Parlamentar presente, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL
Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 01 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 888, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quarenta minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Paulão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019 com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Izalci Lucas, Juíza Selma, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jorginho Mello, Lasier Martins, Diego Andrade, Lincoln Portela, Luciano Ducci, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Carlos Viana, Luis Carlos Heinze, Jarbas Vasconcelos, Delegado Pablo, Pedro Lupion, Jayme Campos, José Nelto, Léo Moraes e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar, Irajá, Rodrigo Pacheco, Arthur Lira, Márcio Biolchi, Bia Kicis, André de Paula, Tadeu Alencar, Lafayette de Andrada, Eduardo Barbosa, Bilac Pinto, Túlio Gadêlha, Pr. Marco Feliciano e Paula Belmonte. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 888, de 2019. **Participantes:** Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público-Geral Federal. Luciana Grandó Bregolin Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Paulão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/08/28>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 888, DE 2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Deputado Paulão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019, com a presença dos Parlamentares Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Juíza Selma, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Otto Alencar, Angelo Coronel, Paulo Paim, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Márcio Biolchi, Bia Kicis, Lincoln Portela, Marcelo Ramos, Elias Vaz, João Roma, Eduardo Barbosa, Efraim Filho, Túlio Gadêlha, Pr. Marco Feliciano, Paula Belmonte, Rogério Peninha Mendonça, Luis Carlos Heinze, Delegado Pablo, Miguel Lombardi, José Nelto, Chico Rodrigues, Léo Moraes, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Eduardo Braide, Dr. Jaziel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Parlamentares Daniella Ribeiro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Lasier Martins, Arthur Lira, André de Paula, Tadeu Alencar, Lafayette de Andrada e Bilac Pinto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 888, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, para dispor sobre as requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MPV, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da MPV nº 888, de 2019, acatada a Emenda nº 1 (de redação) e rejeitadas as demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

DEPUTADO PAULÃO

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 888, de 2019





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/09/11>

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 888, de 2019.

Convido para se sentarem à mesa o Sr. Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público-Geral Federal e a Sra. Luciana Grando Bregolin Dytz, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef). (*Pausa.*)

Gostaria de parabenizar todos os presentes, bem como os internautas, e compreender... É que a gente tinha feito uma conversa preliminar com o Senador Lasier, Relator da matéria, no sentido de que, logo após a audiência pública, que foi importante para tirar qualquer dúvida... Foi acompanhada pelos internautas, participação que faz parte de um sistema fundamental de acompanhamento. Se houvesse qualquer óbice, sem dúvida nenhuma, apareceria. Não ocorreu, pelo menos em nível de correspondência interna nossa e, acredito também, do Senador.

Logo após, nós tivemos uma audiência, que foi uma propositura da minha parte... Procurei conversar com o Senador Lasier, tive contato com seu gabinete, e ele, que já tinha uma visão do seu relatório, procurou saber as motivações, já que havia quatro emendas – uma foi recepcionada, ele vai fazer sua leitura, mas já é de conhecimento público, foi publicizada. E não só ele: nós, junto com a assessoria, fizemos um debate, na minha visão qualificado, tirando qualquer dúvida sobre isso – sobre hoje, inclusive, o horário também. O próprio Senador colocava as dificuldades que tinha no Senado, matérias importantes, e a gente já tinha consciência desse horário, um atraso não proposital, mas um atraso do ponto de vista da atividade de trabalho, que está... O Senado, eu diria, está com a agenda cheia. Enquanto isso, a Câmara, nem tanto. Eu falava aqui com a assessoria que faltou até energia na Câmara por volta das 14h.

Então, neste momento a gente passa...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Então, os senhores tiveram sorte...

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – É.

A gente passa, sem delongas, a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para que proceda à leitura do relatório.

ITEM 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 888, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, para dispor sobre as requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente Paulão.

Srs. Senadores e Senadoras, Defensores Públicos, assessores, trata-se de uma medida provisória que dispõe sobre as requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União.

Eu vou passar o relatório, que trata de matéria bem conhecida, e vou direto para a análise das emendas, porque, afinal, é o que resolve, é o que altera, é o que deve ficar.

Atendendo ao prazo regimental, encerrado em 6 de agosto deste ano, foram apresentadas perante esta Comissão Mista quatro emendas, que podem ser assim resumidas:

– Emenda nº 1, de autoria do Senador Izalci Lucas: esclarece que a redução dos requisitados se dará na medida em que vierem a ser providos novos cargos efetivos, retirando ambiguidade da redação original da medida provisória;

– Emenda nº 2, de autoria da Senadora Zenaide Maia: prevê que o caráter irrecusável da requisição para a DPU de que trata o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.020, de março de 1995, persiste até um ano após o prazo do art. 108 do ADCT, descrito anteriormente;

– Emenda nº 3, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, suprime o art. 107-A acrescentado pela medida provisória;

– Emenda nº 4, de autoria do Senador Weverton, propõe a destinação de 15% dos recursos arrecadados pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos aos órgãos públicos competentes para tutelar os referidos direitos.

No tocante à Emenda nº 1, a redação do parágrafo único do novo art. 107-A é ambígua. Como aponta o autor da emenda na respectiva justificativa, o texto atual não deixa claro se deve a Defensoria reduzir o número de requisitados em quantidade equivalente aos cargos efetivos já providos, ou, pelo contrário, se para cada cargo que o órgão vier a prover deverão os agentes públicos requisitados serem restituídos aos órgãos e entidades de origem.

Nesse sentido, devemos recordar que o art. 11, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, estatui que, para obtenção de precisão, deve-se articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma.

O parágrafo único do art. 107-A com redação dada pela MP, portanto, não atende ao requisito de técnica legislativa da precisão, de maneira que acolhemos a Emenda nº 1, de natureza redacional.

A respeito da Emenda nº 2, assinalamos que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já assentou que após a realização de concursos públicos para a formação do quadro de apoio à Defensoria Pública da União, não mais subsiste a compulsoriedade no atendimento de requisição de servidor para o órgão (Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.652.321, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 2017). O caráter irrecusável da requisição: tratava-se, portanto, de norma de transição; uma interferência excepcional no juízo de conveniência e oportunidade dos órgãos e entidades da administração pública cederem seus servidores enquanto a Defensoria Pública não contasse com quadro próprio.

Por esse motivo, entendemos que referida emenda não deve ser acolhida.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A Emenda nº 3, a seu turno, esvaziaria o propósito da medida provisória. Todavia, entendemos que a medida provisória é meritória, como já apontamos anteriormente, razão pela qual opinamos pelo não acolhimento da emenda em questão.

Por fim, apesar de a Emenda nº 4 ser louvável, carece de pertinência temática. A medida provisória trata de requisição de servidores e a emenda, de vinculação orçamentária. Nesse sentido, devemos recordar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria: se a medida provisória é espécie normativa de competência exclusiva do Presidente da República e excepcional, pois sujeita às exigências de relevância e urgência – critérios esses de juízo político prévio do Presidente da República –, não é possível tratar de temas diversos daqueles fixados como relevantes e urgentes. Uma vez estabelecido o tema relevante e urgente, toda e qualquer emenda parlamentar em projeto de conversão de medida provisória em lei se limita e circunscreve ao tema definido como urgente e relevante (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.127, voto do redator para o acórdão Ministro Edson Fachin, julgamento em 15 de outubro de 2015).

Voto.

Ante o exposto, votamos pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da medida provisória, posicionando-nos, igualmente, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa da matéria, pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da medida provisória nº 888, de 2019, acatada a Emenda nº 1 (de redação) e rejeitadas as demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Temos quórum suficiente.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com a palavra a Deputada Bia Kicis, que não só participou presencialmente da última reunião, mas também nesta, e tem relação direta com este segmento da categoria. Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para discutir.) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sr. Senador Lasier Martins, Relator da presente medida provisória.

É com muita alegria que venho até aqui hoje, como Vice-Líder do Governo no Congresso, para dizer que tenho acompanhado o tema da presente medida provisória atentamente e que é com muita alegria que vemos que o Governo acenou, estendeu a mão para essa categoria da Defensoria Pública, que estava correndo um sério risco de não poder dar o atendimento tão merecido e necessário à população mais carente.

Foi um trabalho, foi uma construção da qual tive oportunidade de participar. Por isso, eu me congratulo com o nosso Defensor Geral que tanto trabalhou junto ao Governo, junto às Lideranças para que tornasse possível essa medida provisória.

Congratulo-me com todos os defensores do Brasil por esse trabalho conjunto, um trabalho que se mostrou não só legítimo, como também um trabalho feito com a boa conversa, com a boa





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

construção. Também me congratulo aqui com a minha amiga Senadora, que trabalhou junto comigo por este momento; com o Relator, pelo relatório; com o nosso Senador Presidente.

Vamos trabalhar para que essa medida provisória chegue logo ao seu fim, que seja votada nesta Comissão, no Plenário da Câmara, no Plenário do Senado para que a população mais carente possa ser devidamente atendida pelos defensores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Agradeço a participação da Senadora Bia Kicis, pela importância do conteúdo.

Neste momento, passo a palavra para a Senadora Zenaide, que já tinha participado da reunião anterior não só do ponto de vista da presença, mas também fazendo uma intervenção, uma fala importante junto com o Deputado Lincoln Portela.

Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos amigos da Defensoria, eu quero aqui parabenizar a Deputada Bia, porque, na primeira reunião em que foi apresentada, havia a medida provisória da AGU, e não havia a da Defensoria. A gente, querendo obstruir uma para a outra, tinha uma escolha de Sofia, Senador Lasier, porque são duas instituições que a população brasileira referencia, no momento em que muitas instituições são demonizadas, a Defensoria Pública e a AGU. Então, ela, a Bia assumiu o compromisso, e eu disse: "Bia, eu vou cobrar de você, viu? A gente vai votar aqui, não vai obstruir, vai votar a favor da AGU, mas eu quero a MP". Aí ela ficou demorando, devia estar negociando. Então, quando a Defensoria passou para mim, Bia, a relação da quantidade de Municípios dos interiores que iriam perder a Defensoria Pública, eu resolvi fazer um pronunciamento lá e falar com os bastidores, porque a gente vive numa correria tão grande que, de repente... Aí tivemos uma reunião no Congresso, e eu disse: "Estou esperando". Quando saiu...

Quero parabenizar a Bia por esse compromisso e por a gente saber que a Defensoria jamais... Isso nem vai criar despesa. É apenas para botar servidores dedicados, como foi mostrado aqui, em algumas audiências públicas, com poucos servidores, aumentar o número de atendimentos, e, com certeza, atender os mais carentes e vulneráveis deste País.

Estamos todos de parabéns. Vamos ver se isso...

Eu costumo dizer que urgência é parada cardíaca, mas isso aqui vamos fazer de conta que é uma parada cardíaca e vamos correr com essa MP.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Gostaria de parabenizar a Senadora Zenaide, sem dúvida nenhuma, uma das defensoras deste importante projeto, e registrar a presença do Senador Dário. Gostaria de saber se V. Exa. quer usar da palavra. (*Pausa.*)

Então, faço o registro.

Gostaria de saber se há algum Parlamentar ainda que queira fazer a discussão. (*Pausa.*)

Então, neste momento, em votação o relatório.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Eu queria aqui, antes de fazer o encerramento...

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A gente percebe aqui o desenho, que eu já tinha dito na reunião anterior, do ponto de vista do espectro ideológico nesta Casa: bancada, Governo, oposição, Senado, Câmara, já que é uma matéria congressual, e a gente verifica uma unidade de ação, não é, Senadora Zenaide?

O relatório do Senador Lasier... Eu queria destacar, Senador Lasier, em nome da bancada de que faço parte, a assessoria do Rodrigo, que está aqui presente, o relatório de Sabrina Durigon Marques, que é da nossa assessoria técnica, que, por coincidência, teve a mesma consonância com o conteúdo do relatório de V. Exa. Isso é muito importante. A gente verifica, pela presença dos servidores, a importância que há em votar essa matéria.

Como foi dito pela Senadora Zenaide e pela Deputada Bia, a tarefa agora é trabalhar com celeridade para que o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, possa pautar rapidamente até porque esse relatório, a medida provisória teria um tempo, uma temporalidade até novembro, se dependesse do modelo presidencialista, no sentido de tentar ficar com essa matéria até engavetada... Agora, engavetada, por quê? Não há sentido.

A gente tem de ter a prudência de verificar que algumas matérias com um conteúdo como esse e com a importância que tem esse segmento, como disse a Deputada Bia, é importante para os hipossuficientes, principalmente os da região de que sou integrante, que é a Região Nordeste, que é a região com maior densidade demográfica, com maior número da população brasileira, em que você tem, sem dúvida nenhuma, um *gap* social muito forte. E a Defensoria tem esse papel singular.

Então, com a aprovação desse relatório, eu tenho certeza absoluta de que, independentemente do Relator, Senador Lasier, com quem a gente trabalhou pela primeira vez... E foi uma honra, Senador, trabalhar em consonância com todos os Parlamentares aqui presentes... O Senador Paulo Paim, que veio não só na reunião anterior dar um abraço e justificou que não poderia ficar presente, mas só o fato de ele aparecer, de vir aqui, ele que tem uma história de sensibilidade nas causas sociais no Brasil...

Então, dito isso, antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação das atas da presente reunião e da anterior.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Pois não.

Antes disso, passo a palavra ao nosso Relator.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Presidente, só queria dar uma palavra final para dizer que essa medida provisória foi bafejada por alguns momentos de sorte e, com isso, alcançou uma magnífica, uma extraordinária agilidade. No finzinho de junho, nós estávamos numa sessão do Congresso quando apareceu uma comitiva, uma comissão de defensores e servidores aflitos, preocupados com a ameaça de perderem servidores e fecharem algumas defensorias pelos interiores do Brasil.

Nesse momento passava por nós o Líder do Governo no Senado, Senador Fernando Bezerra. Nós o puxamos para o lado, os próprios interessados expuseram a sua angústia, e o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Fernando Bezerra disse: "Olha, imediatamente vou levar isso ao Presidente para entrar com uma medida provisória". Dez dias depois, tínhamos a medida provisória.

Então, a rigor, em tempo útil de Parlamento, tivemos aqui 40, 45 dias no processo todo. E hoje estamos aqui comemorando a aprovação, salvando uma atividade que presta magníficos serviços, humanitários serviços àquele pessoal, àqueles brasileiros que não têm condições de contratar advogados para defender os seus interesses.

Eu acho que estamos todos de parabéns com a aprovação e esperamos que passe rápido pelos Plenários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulão. PT - AL) – Agradeço as palavras do nosso Relator, que também foi célere.

Quebrei o protocolo. Queria agradecer a toda a equipe aqui do Senado, à Vívian, que foi a nossa coordenadora, porque hoje é uma reunião ordinária e, em tese, só haveria a presença na Mesa de Parlamentares, mas eu fiz questão, como Presidente, de fazer uma composição. Está presente aqui o Gabriel, Defensor Público-Geral Federal, e a Luciana, representando a Anadef, até para, simbolicamente, aqui, ao mesmo tempo, destacar a presença dos servidores.

Sem mais alguém que queira discutir, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 05 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

